

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,
EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bruno Almeida Silva

**MEMÓRIAS DE MILITARES DISSIDENTES (1964-
1985).
DEPOIMENTOS À COMISSÃO NACIONAL DA
VERDADE**

Passo Fundo

2023

Bruno Almeida Silva

**MEMÓRIAS DE MILITARES DISSIDENTES (1964-1985).
DEPOIMENTOS À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2023

CIP – Catalogação na Publicação

S586m Silva, Bruno Almeida
Memórias de militares dissidentes (1964-1985) [recurso eletrônico] : depoimentos à Comissão Nacional da Verdade / Bruno Almeida Silva. – 2023.
11 MB : PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2023.

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Ditadura. 3. Comissão Nacional da Verdade (Brasília). 4. Dissidentes. I. Reckziegel, Ana Luiza Setti, orientadora. II. Título.

CDU: 981.088/.089

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

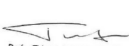
Bruno Almeida Silva

Memórias de militares dissidentes (1964-1985). Depoimentos à Comissão Nacional da Verdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Aprovada em 26 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Thiago Ingrassia Pereira
SIAPE 1207619 - UFFS / Erechim

Dr. Thiago Ingrassia Pereira (UFFS)



Dr. Alessandro Batistella (UPF)



Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)



Dedicatória

Para todos os pretos(as) e a população LGBTQIAP+ que não alcançaram a vitória contra a violência estrutural.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, é difícil realizar um agradecimento em virtude das grandes pessoas, projetos e ações que me formaram enquanto indivíduo participante, seja na graduação ou no mestrado. Primeiramente, acredito que sem a força e coragem da minha orientadora Ana Luiza Setti Reckziegel, este trabalho não existiria. Em inúmeros momentos, ela acabou sendo a pessoa que mais acreditou que chegaria até aqui. Muito obrigado por sua paciência, dedicação e confiança. Não existem palavras no mundo que reflitam o meu carinho e agradecimento que tenho pela senhora. Agradeço também a todos os professores do programa de pós-graduação em História, especialmente ao professor Alessandro Battistella, que desde o primeiro semestre da graduação fez grandes reflexões e apoiou minha trajetória acadêmica. Por fim, tenho a obrigação de agradecer à Fundação Universidade de Passo Fundo pela bolsa que me possibilitou construir este trabalho e também à CAPES pela continuidade da bolsa no final do mestrado. Agradeço ao Nathan Ferrari Pastre pelo carinho, amor e paciência que teve durante meu mestrado. Viva a universidade brasileira, em especial a pública.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a dissidência que um grupo de militares manifestou em relação às diretrizes institucionais adotadas pelas Forças Armadas a partir do golpe militar de 1964 e durante a ditadura que se seguiu até 1985. As raízes das divergências e os reflexos político-institucionais que se fizeram sentir sobre o grupo foram investigadas tendo como fonte principal o conjunto dos depoimentos de militares dissidentes, coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 2012. Tais depoimentos, colhidos no ano de 2013 e 2014, possibilitaram comprovar que foram alvo de sistemática perseguição política diversas arbitrariedades, sem desconsiderar que as falas dos envolvidos ocorreram num intervalo de mais de três décadas após os eventos analisados. Compreende-se que o contexto jurídico-político em que se desenvolve e se justifica a repressão contra esses militares está sustentado em termos teórico-conceituais na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que previa a eliminação de toda e qualquer ação que pudesse ser considerada subversiva e perigosa para a sustentação e manutenção da ditadura militar. Outro pilar basilar de sustentação da ditadura está relacionado ao conceito de Terrorismo de Estado (TDE), por onde se justificaria o mais rígido controle da ordem social como decorrente de um estado atingido por constante ameaça de desarticulação social. As dissidências no meio militar foram tratadas de forma rigorosa, pois não se admitia contestações internas, visto que se presumia uma correlação entre a quebra da ordem hierárquica das Forças Armadas e a possibilidade de fragmentação do regime por suas forças intrínsecas. Percebendo que havia uma lacuna no que se refere à pesquisa sobre a dissidência no âmbito militar, a problemática deste trabalho foi a organização dos depoimentos e suas possibilidades de lançar luz sobre esse particular, uma vez que maior parte da historiografia aborda a defecção de estudantes, sindicalistas e/ou trabalhadores urbanos e rurais. A ação de militares dissidentes, que questionaram o golpe em 1964 e se insurgiram contra a repressão que perdurou por 21 anos, é importante para contrapor à concepção de que na instituição militar havia perfeita coesão ideológica.

Palavras-Chave: comissão nacional da verdade; ditadura militar; militares dissidentes

ABSTRACT

This research aims to analyze the dissidence that a group of soldiers manifested in relation to the institutional guidelines adopted by the Armed Forces from the civil military coup of 1964 and during the dictatorship that followed until 1985. The roots of the divergences and the political-political reflexes institutional aspects that were felt about the group were investigated having as main source the set of testimonies of dissident military, collected by the National Truth Commission (CNV), installed in 2012. Such testimonies, collected in 2013 and 2014, made it possible to prove that several arbitrary acts were the target of systematic political persecution, without disregarding that the speeches of those involved occurred in an interval of more than three decades after the events analyzed. It is understood that the legal-political context in which the repression against these soldiers is developed and justified is supported in theoretical-conceptual terms by the National Security Doctrine (DSN), which foresaw the elimination of any and all actions that could be considered subversive and dangerous for the support and maintenance of the regime. Another basic pillar supporting the dictatorship is related to the concept of State Terrorism (TDE), which would justify the strictest control of the social order as a result of a state affected by the constant threat of social disarticulation. Dissidences within the military were dealt with rigorously, as internal disputes were not allowed, since a correlation was assumed between the breakdown of the Armed Forces' hierarchical order and the possibility of fragmentation of the regime due to its intrinsic forces. Realizing that there was a gap with regard to research on dissidence in the military, the problem of this work was the organization of testimonies and their possibilities of shedding light on this particular, since most of the historiography deals with the defection of students, trade unionists and/or urban and rural workers. The action of dissident soldiers, who questioned the coup in 1964 and rebelled against the repression that lasted for 21 years, is important to oppose the conception that the military institution had perfect ideological cohesion.

Keywords: comissão nacional da verdade (national truth commission); dissident military; military dictatorship.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Total de Militares Perseguidos Durante a Ditadura Militar..... | 20 |
| Quadro 2 – Identificação dos Militares Perseguidos..... | 24 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ADNAM – Associação Democrática e Nacionalista dos Militares

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

AMIC – Associação dos Militares Cassados

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DOI - CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados Brasileiros

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informação

STF – Supremo Tribunal Federal

TDE – Terrorismo de Estado

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1. ODIADOS PELO EXÉRCITO E ABANDONADOS PELA SOCIEDADE: QUEM SÃO OS MILITARES DISSIDENTES?..... | 24 |
| 1.1 Adir Figueira..... | 25 |
| 1.2 Aloísio Cerqueira Lima..... | 27 |
| 1.3 Darcy Rodrigues..... | 28 |
| 1.4 Eduardo Chuahy..... | 30 |
| 1.5 Amadeu Felipe da Luz Ferreira..... | 31 |
| 1.6 Bolívar Marinho Soares de Meirelles..... | 32 |
| 1.7 Pedro Lobo..... | 33 |
| 1.8 Francisco Jesus da Paz..... | 34 |
| 1.9 Jorge Borges..... | 35 |
| 1.10 Kardec Lemme..... | 35 |
| 1.11 Vicente Sylvestre..... | 36 |
| 1.12 Memória e ressentimento..... | 37 |
| 1.13 Os filhos de alguém: a importância de humanizar os perseguidos políticos..... | 41 |
| 1.14 A vinculação partidária dos militares dissidentes..... | 45 |
| 2. “PEDAGOGIA DO MEDO” COMO PRÁTICA DE TERRORISMO DE ESTADO..... | 55 |
| 2.1 Vidas clandestinas: a memória dos militares dissidentes..... | 65 |
| 3. O QUE FALAM OS MILITARES DISSIDENTES?..... | 72 |
| 3.1 O Estado..... | 72 |
| 3.2 Tortura e prisão..... | 76 |
| 3.3 Anistia: afirmações e controvérsias na visão dos militares dissidentes..... | 84 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| REFERÊNCIAS..... | 97 |
| FONTES..... | 102 |
| ANEXOS..... | 104 |
| ANEXO A - Cartaz procurado da época, destaca na foto Carlos Roberto Zanirato, Jose Mariane Ferreira Alves, Darcy Rodrigues e Carlos Lamarca, todos militares dissidentes das forças armadas..... | 105 |
| ANEXO B - Recorte de jornal coletado pela Secretaria de Segurança Pública da cidade de Bauru em relação ao retorno de Darcy Rodrigues do exílio..... | 106 |
| ANEXO C - Relatório de monitoramento coletado pelo serviço nacional de informações (SNI) referente as atividades políticas do depoente Amadeu Felipe da Luz Ferreira..... | 107 |
| ANEXO D - Relatório do Centro de Informações da Aeronáutica, referente as atividades de Eduardo Chuahy..... | 111 |
| ANEXO E - Discurso do então deputado, Eduardo Chuahy, em 14.03.1984, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro..... | 112 |
| ANEXO F - Relatório coletado pelo Serviço Nacional de Informações sobre as atividades de Francisco Jesus da Paz..... | 113 |

| | |
|---|-----|
| ANEXO G - Militares no exílio e os perseguidos pela operação condor..... | 115 |
| ANEXO H - Ficha de cadastro do depoente Vicente Sylvestre para comissão nacional da verdade..... | 116 |
| ANEXO I - Ficha de cadastro do depoente Jorge Borges..... | 117 |
| ANEXO J - Ficha de cadastro do depoente Darcy Rodrigues..... | 118 |
| ANEXO K - Ficha de cadastro do depoente Aloísio Cerqueira de Lima..... | 119 |
| ANEXO L - Ficha de cadastro do depoente Adir Figueira e José Bezerra da Silva..... | 120 |
| ANEXO M - Ficha de cadastro do depoente José de Menezes Cabral..... | 121 |
| ANEXO N - Ficha de cadastro dos depoentes Amadeu Felipe da Luz Ferreira e Pedro Lobo de Oliveira..... | 122 |
| ANEXO O - Ficha de cadastro do depoente Kardec Lemme..... | 123 |
| ANEXO P - Ficha de cadastro do depoente Eduardo Chuahy..... | 124 |
| ANEXO Q - Ficha de cadastro do depoente Bolívar Marinho Soares Meirelles..... | 125 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetivo compreender a perseguição, prisão e tortura sofrida por militares dissidentes durante a ditadura militar de 1964 a 1985. Para tanto, foram utilizados como fontes os depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) ao longo do ano de 2013 e 2014, os quais revelam que no âmbito militar não havia consenso entre os militares sobre os métodos e concepções do governo ditatorial que se estabeleceu durante este período.

O percurso da pesquisa teve início ainda no curso de graduação, quando identificamos essas fontes e nos debruçamos sobre o caso de um militar dissidente, que nos possibilitou compreender as violações de direitos humanos no próprio meio militar¹. Em termos de contextualização, a Ditadura Militar foi o período na história brasileira no qual as Forças Armadas concentravam o controle sobre as estruturas administrativas e coercitivas do Estado brasileiro. Também cooptavam civis e militares para exercerem cargos estratégicos na tecnocracia estatal sob a argumentação da necessidade em controlar o avanço da esquerda, uma vez que esta poderia desembocar na instalação de um regime comunista, a exemplo do que ocorria com os países sob domínio da URSS. Tem-se, portanto, uma ditadura que nasce com um golpe em 1964 e se consolida nos anos seguintes sob o contexto internacional da Guerra Fria². Por definição, esta significa a acirrada disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética pela influência mundial, que ocorreu durante o período de 1947 - final da Segunda Guerra Mundial - até 1989, com a queda do Muro de Berlim³.

A burguesia nacional foi pilar central na organização da classe média brasileira para constituir apoio ao período antidemocrático. Este se justificava pelo ganho econômico, em que a burguesia nacional era diretamente beneficiada pela política repressiva e sem diálogo com as massas populares⁴. O apoio da classe média e da elite empresarial brasileira ao golpe militar é crucial para compreender as funções desses grupos nas trocas de favores políticos e econômicos, contando como papel fundamental mobilizar o apoio desta parcela da sociedade em garantir uma negociação sem grandes turbulências. Assim, o golpe aplicado em 1964 é

¹ SILVA, B. (2020). “Lembrar e Nunca Esquecer”: O caso Darcy Rodrigues perante a Comissão Nacional da Verdade. Encontro discente de pós-graduandos, II, 2020, Passo Fundo. Anais [...]. Passo Fundo: Arcevus, 2020, pp. 158 - 171.

² HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³ Ibid., p. 178.

⁴ Fica destacado o trabalho “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, de Carlos Fico, sobre o ganho que a elite empresarial obteve durante a ditadura para conseguir manter um apoio da classe média brasileira.

resultado das articulações políticas concebidas por militares nas relações de apoio mantidas com a classe média brasileira através da organização da elite empresarial⁵.

Caracterizar o regime político inaugurado em 1964 como ditadura justifica-se pela existência de traços na sua organização político e administrativa que levam à compreensão do período como ditatorial e repressivo, tais como censura, autoritarismo, sequestros, execuções articuladas e aplicadas por agentes militares que ocupavam espaços de poder à frente do Estado brasileiro. Para iniciar uma reflexão mais aprofundada sobre esse momento, torna-se necessário realizar alguns destaques sobre as definições e características comuns entre os regimes ditatoriais. Entre os fatores a serem considerados, podemos identificar a perseguição política aos opositores como elemento central na descrição de uma ditadura.

Conforme o depoimento do militar dissidente que faz parte do núcleo de fontes desta pesquisa, Darcy Rodrigues⁶ (CNV, 2013), sua primeira detenção estava articulada à perseguição e vigilância de seu cotidiano: durante um processo de interrogatório, ele foi questionado sobre sua vinculação a bispos da igreja católica da cidade de São Paulo, que realizavam um trabalho de apoio e proteção aos presos políticos da ditadura. Em seu depoimento, afirma que para sua detenção foi apresentada uma série de fotos que foram utilizados como forma de sustentar as acusações de sua relação com a igreja, as quais acabaram justificando uma primeira detenção de dez dias. Darcy Rodrigues, que foi preso, torturado e viveu durante muitos anos na clandestinidade junto de outros militares dissidentes, talvez seja um grande exemplo de como a ditadura militar iniciada em 1964 foi cruel e impiedosa, conforme demonstra a foto (Anexo A), que mostra um cartaz de procurado da época, destacando as imagens de Carlos Roberto Zanirato, José Mariane Ferreira Alves, Darcy Rodrigues e Carlos Lamarca, todos militares dissidentes das Forças Armadas.

As violações de direitos, o controle das forças coercitivas do Estado, a regulação do comportamento da mídia e o controle do comportamento da sociedade se devem a um mecanismo utilizado pela ditadura e identificado como Doutrina de Segurança Nacional

⁵ A base para argumentação da articulação da elite sobre a classe média é visualizada no trabalho de Carlos Fico, em que é destacado que “Essa ação ideológica, entretanto, não seria suficiente para levar a uma troca de regime. Desse modo, o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a culminância de um movimento civil-militar. Como argumento final, e contrapondo-se à visão de que os governos militares seriam conduzidos por uma tecnocracia parcial e apartidária, em vários casos, importantes cargos do governo de Castelo Branco foram dados a homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais: seria a plena realização dos interesses do bloco multinacional e associado” (FICO, 2004, p. 24).

⁶ Darcy Rodrigues, militar, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, julho de 2013.

(DSN), como uma forma de legitimação jurídica da tortura enquanto método de segurança nacional interna. Padrós e Marçal (2000) definem a DSN da seguinte forma: “A Doutrina de Segurança Nacional, foi o esqueleto teórico que fundamentou os regimes militares justificando a emergência e o papel protagônico das Forças Armadas no conturbado cenário político do Cone Sul a partir dos anos 60” (PADRÓS; MARÇAL, 2000, p.13).

O Terrorismo de Estado (TDE) se estabeleceu como política principal no controle da ordem social, onde caminhava como ferramenta necessária para controle tanto da oposição que questionava as articulações que levavam ao golpe de 1964 quanto das ações jurídicas adotadas a partir daí para que as Forças Armadas se mantivessem no poder. A exemplo disso, no dia 1 de abril foi decretado o Ato Institucional⁷ n° 1, levando ao início um ciclo de atos que garantiam à organização militar uma ação conservadora e autoritária, que ao todo totalizaram 17 Atos Institucionais. O mais conhecido foi o Ato n° 5 ou popularmente conhecido como AI5.⁸ Importante compreender que as violências ocorridas durante a ditadura se baseavam principalmente na justificativa de barrar o avanço do comunismo no Brasil, obtendo apoio dos Estados Unidos que participava ativamente da Guerra Fria⁹. O TDE levou muitos militares dissidentes a uma condição de perseguição, clandestinidade, tortura e o desaparecimento da vida pública e privada, o que configurava grande êxito da política do medo, a qual tinha um pilar no aspecto jurídico-político, justificado através dos Atos Institucionais conforme já mencionado.

Os documentos escolhidos como fonte desta pesquisa se referem aos depoimentos de militares dissidentes que sofreram perseguição, torturas e que consecutivamente foram expulsos de suas carreiras, o que acabou acarretando problemas sociais e psicológicos, aspecto que não pode deixar de ser observado. Ao optar por pesquisar militares caracterizados como subversivos e traidores, fomos movidos pela constatação de que a eles faltou o reconhecimento

⁷ Normas de segurança elaboradas no período de 1964 a 1969, durante a ditadura militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que garantiam dentro do aspecto jurídico a legalidade do golpe de 1964.

⁸ O AI 5 suspendia a garantia do *habeas corpus*; dava ao Presidente da República o direito em decretar: estado de sítio; ampliava a intervenção federal, sem qualquer limite; suspensão de direitos políticos; cassação de mandatos eletivos; encaminhava um recesso ao Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores.

⁹ A instituição que realizou um grande combate dentro da linha do anticomunismo no Brasil durante a Guerra-Fria foi a igreja católica conforme destaca a pesquisadora Rodeghero (2002) que o “anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infraestrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, locuções radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais”. RODEGHERO, C.S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 466, 2002.

histórico sobre o sofrimento imposto mesmo após o término do período de exceção, visto não terem sido contemplados em suas reivindicações quanto ao arbítrio sofrido.

O conjunto dos depoimentos destes onze militares dissidentes que integram parte do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), demonstra o que De Britto (2012) classifica como “entrevistas informais”, que não seguem um planejamento estruturado e tem como objetivo apenas a coleta de dados¹⁰. As entrevistas seguem um padrão de “liberdade”, pois o depoente vai respondendo às perguntas do entrevistador ao longo da conversa. De Britto (2012) ao dissertar sobre como as entrevistas informais em um tema específico ocorrem aponta que em vários momentos se percebe tons de um diálogo de conversação, deixando aberto ao depoente poder registrar suas memórias sem maiores impressões espontaneamente, sem uma condução estruturada.

É necessário entender que os depoimentos são fragmentos de memórias baseados em um momento histórico vivenciado no passado remoto, o que pode transversalizar a narrativa com questões do presente, nas quais os ressentimentos certamente exercem influência. Tanto o tempo que se percorreu até a coleta desses depoimentos, quanto as mágoas e ressentimentos deixados, podem fazer com que ocorra alteração na memória do indivíduo. Contudo, é importante registrar que as informações trazidas por esses militares dissidentes vêm com um sofrimento psicológico e uma questão moral abalada.

Sobre isto é importante destacar o que Le Goff (2013) aborda em torno de que a memória pode se tornar uma propriedade de conservar informações, que acaba remetendo à interferência de algumas funções psicomotoras ao longo do tempo. Ele afirma ainda que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal (LE GOFF, 2003, p.466).

¹⁰ O tipo de entrevista informal é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. É recomendado nos estudos exploratórios, que visam a abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. A entrevista focalizada é tão livre quanto a anterior; todavia, enfoca um tema bem específico, quando, ao entrevistado, é permitido falar livremente sobre o assunto, mas com o esforço do entrevistador para retomar o mesmo foco quando ele começa a desviar-se. É bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Também é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, como assistir a um filme, presenciar um acidente, etc. (DE BRITTO, 2012, p. 3).

Ao questionar sobre a conservação da memória e as possíveis alterações de informações que são trazidas pelos depoentes, não estamos afirmando a nulidade das mesmas ou um possível questionamento sobre o que é verdadeiro ou falso. Mas que tanto pela violência sofrida quanto pelo tempo decorrido desde os fatos, há de se ponderar as falas desses depoentes.

Ao trazer como fontes de pesquisa os depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade, estamos correndo o risco de encontrar algumas dificuldades na exatidão da memória destes indivíduos, considerando que as ações do tempo podem constituir alterações no discurso. Importante orientar que algumas questões de cunho psicológico podem sim realizar mudanças na forma que o indivíduo percebe as ações sofridas no passado, podendo assim trazer para o presente um desencontro das informações, conforme Le Goff (2003) abordou.

Pierre Ansart (2004) esclarece que apesar das distorções do tempo que a memória pode sofrer, as marcas trazidas pelos ressentimentos desses militares com as violências sofridas não são esquecidas, podendo aflorar uma constante reivindicação pelo esquecimento coletivo do sofrimento causado.

Marquemos a diferença entre o esquecimento dos fatos e o esquecimento dos ressentimentos. Por mais diversos e contraditórios que tenham sido os sofrimentos de cada um, pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi autor ou vítima, mas esquece-se, ou ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos (ANSART, 2004, p. 5)

Considerando a impossibilidade de instaurar-se uma compreensão completa do passado ou mesmo de tentar descrever todos os fatos tais quais aconteceram, a tarefa enquanto historiador deve sempre atender às perguntas do tempo presente. Em relação a isso, Walter Benjamin (1994, p. 224), considera que: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. O autor criticava o paradigma positivista, que pode eliminar a historicidade no discurso histórico em contraposição a uma objetividade. O autor continua: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é um privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, p.224).

As memórias individuais podem se inserir no espaço público através da ação e do discurso de cada ser humano, visto que estes carregam sempre a marca pessoal de quem os faz. Se há um impedimento dessas memórias virem à tona, há um impedimento de que o dissenso

se manifeste no espaço público e uma falsa sensação de consenso que impede a reapropriação do passado para a transformação do presente. Nas palavras de Ricoeur (2007, p. 462):

Mas o defeito dessa unidade imaginária não seria o de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado e, ao privar a opinião pública dos benefícios dos dissensos, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã? Ao se aproximar assim da amnésia, a anistia põe a relação com o passado fora do campo em que a problemática do perdão encontraria com os dissensos seu justo lugar.

É necessário salientar que o discurso anticomunista, que justificava essas violências, estava vinculado a uma conjuntura internacional, marcado pela Guerra Fria.¹¹ Assim, a violência física, psicológica e econômica aplicada contra esses militares foi, em muitos casos, justificada pelo temor do avanço do comunismo tanto na sociedade civil quanto a possibilidade de minar, em âmbito interno, os quartéis de uma possível insurgência. A política de Terrorismo de Estado foi aplicada contra qualquer indivíduo que a ditadura acreditasse que fosse necessário para manter o controle social e político sem qualquer turbulência na esfera pública da sociedade o que acaba dando o papel de polícia civil para as Forças Armadas, tratando de ações como prisão, organização de inquéritos, intervenção em instituições públicas ou privadas conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade publicado em 2014 (CNV, 2014).

O nascimento das questões que envolvem este trabalho passa por compreender a repressão que se instalou no meio militar¹², tomando como fontes principais os documentos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade¹³ (CNV), que atuou de 2012 até 2014, e levantou vários casos e depoimentos¹⁴ de prisões, tortura e expurgo de militares que antagonizaram o regime.

No que se refere ao histórico das chamadas Comissões da Verdade, identificamos que uma primeira experiência se deu na África do Sul, para investigar as violações de direitos

¹¹ Para maior esclarecimento sobre a influência da Guerra Fria no Brasil ver: FICO, C. **“O grande irmão”. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹² Ainda diante da produção historiográfica sobre a ditadura militar brasileira conta-se com uma significativa produção ao que se refere em conflitos do regime contra estudantes, sindicalistas, movimentos de trabalhadores rurais e artistas, faltando uma maior abordagem sobre a participação dos militares que estiveram no combate ao golpe de 1964 e contra a política da ditadura militar.

¹³ Os documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) estão disponíveis em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/654-v%C3%ADtimas-militares.html> . Acesso em: 05 jun. 2022

¹⁴ De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, foram ao todo 12 audiências públicas realizadas sobre o tema com coleta de centenas de depoimentos de testemunhas, com objetivo de apurar todas as violações de direitos humanos ligados à categoria aqui debatida.

individuais que ocorreram durante o regime de *apartheid* dando uma possibilidade de ação na reparação em defesa das vítimas. A pesquisadora Simone Rodrigues Pinto (2010) destaca que o diferencial das Comissões da Verdade é que seu foco se atém aos relatos que as vítimas trazem para o processo, da mesma forma que ocorreu nas relatorias da Comissão Nacional da Verdade brasileira.

Um dos diferenciais da Comissão da Verdade é a ênfase na vítima. Enquanto julgamentos criminais procuram analisar os fatos e sua relação causal com o acusado, a comissão permite uma maior atenção aos relatos dos lesionados pela ditadura e de seus grupos familiares. Este fato beneficia uma cura psicológica e um alívio aos traumas causados pela violência das violações (PINTO, 2010. p. 130).

As Comissões da Verdade não têm um papel jurídico, mas orientativo e são compostas por membros da sociedade civil e principalmente por membros de organizações que buscam garantir que os direitos dessas vítimas sejam efetivados. Porém acaba com uma participação limitada, com a parcialidade das ações.

A consolidação da existência de um grupo grande de militares torturados, perseguidos e expulsos das forças armadas é apontada por Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 144) que descreve sobre as cassações, reformas, aposentadorias e demissões.

Quanto aos militares, esse foi o grupo proporcionalmente mais perseguido, e mesmo não havendo números exatos, acredita-se que 7.500 militares foram atingidos, sem falar em cassações, reformas, aposentarias e demissões do serviço público por atos discricionários. Um dado a mais se refere ao assassinato de 27 militares e soma ainda dez militantes mortos cuja origem era militar, em que pese, naquela ocasião, já não estivessem mais na ativa. Seguramente, esses números devem ser maiores, especialmente quando forem contabilizados os policiais militares. (CUNHA, 2014, p. 144).

Ao todo, a Comissão Nacional da Verdade conseguiu realizar o levantamento muito expressivo de militares perseguidos, torturados, mortos ou expulsos das Forças Armadas no qual pode ainda ser ampliado se caso existir necessidade de novas investigações, com novas fontes e novos depoimentos. Constata-se, até o momento, um total de 6.591 militares perseguidos (Exército: 800, Marinha: 2.214, Aeronáutica: 3.340 e Forças Policiais: 237), conforme a publicação do Volume I, do relatório final (CNV. 2014). Segue a descrição no quadro 1.

Quadro1 – Total de militares perseguidos durante a ditadura militar

| FORÇA | OFICIAIS | PRAÇAS | TOTAL |
|----------------------------|----------|--------|-------|
| Aeronáutica | 150 | 3.190 | 3.340 |
| Exército | 354 | 446 | 800 |
| Marinha | 115 | 2.099 | 2.214 |
| Forças Policiais Estaduais | 103 | 134 | 237 |
| Total de oficiais | | | 722 |
| Total de praças | | | 5.869 |

Fonte: As informações foram retiradas do relatório do Texto I “Violações de direitos humanos no meio militar - CNV” (2014)

Dentro da estimativa apresentada no quadro acima pela CNV, os números são considerados apenas aqueles casos em que ocorre a judicialização do processo da vítima. Não são contabilizados números extraoficiais; nesses casos inferimos que essas pessoas podem encontrar-se debilitadas pelo avanço da idade ou não estão mais vivos.

A historiografia sobre o período da ditadura muito se debruçou sobre as narrativas de resistências daqueles considerados alvos *tradicionais* do Terrorismo de Estado, como o caso do movimento estudantil, dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, o que talvez tenha contribuído para fortalecer um imaginário estereotipado acerca de boa parte dos membros militares das Forças Armadas como também dos agentes de segurança pública, identificados e classificados quase que na sua totalidade como reacionários e autoritários. No entanto, houve os que questionavam e se colocavam tanto contra o golpe de 1964 quanto contra à ditadura que se sucedeu.

Carlos Lopes Pimentel afirma que sempre existiu inconsistência e divergência dentro das linhas políticas das Forças Armadas, o que não garante uma hegemonia nas decisões sobre o apoio ou não ao golpe:

O Exército brasileiro não consiste em um grupo homogêneo. Houve - e sempre haverá - divergências e controvérsias no seio da organização. Entretanto, por se tratar de uma organização hierarquizada, os grupos que assumem a cúpula tendem a impor e articular suas ideologias e práticas no conjunto da instituição, valendo-se de repressões e expurgos para a consolidação de suas ideias. Assim, a concretização de uma prática anticomunista no interior do Exército se mostra totalmente compreensiva. Cada grupo que controlava a cúpula da organização ou disputava essa condição passava a se utilizar deste discurso como fator de união entre os militares e de preocupação do Exército em relação à nação, devendo as Armas sempre se manter em guarda contra um suposto “perigo vermelho” (PIMENTEL, 2011, p. 2).

A alta cúpula militar mantinha um discurso abertamente anticomunista, que vinha com grande influência da Guerra Fria. Porém, como afirma Lopes Pimentel (2011), torna-se equivocado tomar esse discurso como algo incontestável.

No trabalho intitulado como “A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70” Maud Chirio afirma o seguinte:

uma parte desses oficiais, no primeiro plano da conspiração contra o governo de João Goulart, tem sua identidade política marcada por um violento anticomunismo, uma forte desconfiança perante a mobilização popular e uma renúncia assumida aos pilares marcadores da democracia representativa” (CHIRIO, 2011, p.30).

A hierarquização foi fator crucial para manter um único discurso diante da sociedade, sem qualquer possibilidade de se cogitar uma resistência interna nas baixas ou médias patentes. De acordo com relatório final da Comissão Nacional da Verdade constituída pelo Estado de São Paulo¹⁵, o golpe de 1964 e a ditadura que se instalou utilizaram em suas justificativas o uso da força como forma de controlar a ordem social¹⁶. Será nesse contexto de intolerância à contestação da nova ordem que os militares que compõem nosso *corpus* documental e que representam dissidência serão abordados.

Em relação às nossas fontes, optamos por analisá-las a partir da seguinte ordem: Adir Figueira, Aloísio Cerqueira Lima, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Pedro Lobo de Oliveira, Darcy Rodrigues, Eduardo Chuahy, Francisco Jesus da Paz, Jorge Borges, Kardec Lemme e Vicente Sylvestre. No quadro 2, apontamos o estado de nascimento, a patente que detinha à época da prisão, o local em que foram presos, a data e o tempo de serviço que tinham naquele momento.

Aqui se faz necessário realizar um pequeno destaque para os responsáveis pelas entrevistas. A Comissão Nacional da Verdade era integrada por professores universitários, membros da comunidade civil, membros da estrutura do Estado e funcionários das redes de comunicação nacional. Assim, destacamos os nomes dos integrantes que entrevistaram os

¹⁵ COMISSÃO DA VERDADE. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/CEVSPII_Tomo_Dossieditaduramortosedesaparecidospoliticosnobrasil19641985.pdf Acesso em: 13 jan. 2023.

¹⁶ O Golpe Militar de 1964 se tornou o ápice de uma política de utilização das Forças Armadas, de forma repetida e continuada, de conquista de poder e também de quebra de disciplina. Uma vez voltada para a ruptura da legalidade, da constituição, as Forças Armadas quebram a hierarquia, a subordinação ao chefe da nação a quem deveriam garantir a ordem. Apesar disso, a indisciplina de qualquer patente era sempre a desculpa utilizada pelos altos comandos para perseguir e punir os militares, quando seus interesses políticos estavam em risco (CNV-SP, 2014).

militares dissidentes: Carolina de Campos Melo¹⁷, Daniel Josef Lerner¹⁸, Guaracy Mingardi¹⁹, Marcelo Oliveira²⁰, Maria Rosa Loula²¹, Mariana Barros²² e Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha²³.

É necessário realizar uma crítica sobre a ausência de historiadores na composição da CNV. Embora, em nossa opinião, essa falta não desqualifique as atividades realizadas pela comissão, a participação de um pesquisador da área poderia ter qualificado mais ainda os trabalhos realizados pela CNV, dando maior suporte na coleta dos depoimentos. É importante essa constatação, pois poderia ter existido uma maior contribuição da área a qual tem profícua produção sobre a ditadura militar. Gallo (2016) comenta que uma das limitações da CNV era sua composição, que mantinha um número muito pequeno:

No que diz respeito àquelas que seriam suas limitações iniciais, é possível mencionar pelo menos três: 1ª) o número dos membros da CNV, somente 7, para analisar crimes cometidos em um país da dimensão do Brasil; 2ª) o tempo de duração dos trabalhos da Comissão: dois anos; 3ª) o período a ser investigado (GALLO, 2016, p.331).

A dissertação está estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro é intitulado “Odiados pelo exército e abandonados pela sociedade” Quem são os Militares Dissidentes?”. Nele, abordaremos o perfil desses militares dissidentes buscando compreender sua inserção política naquele contexto. A continuação deste capítulo está na compreensão do conceito de família que se pode compreender sobre a identificação dos militares perseguidos e torturados e expulsos das Forças Armadas durante a ditadura militar, dando destaque sobre o núcleo familiar e quais ações tem influência seja dos pais ou mãe desses presos políticos.

No segundo capítulo, “Pedagogia do Medo” Prática de Terrorismo de Estado”, buscamos identificar as características que acabaram definindo as formas de violências praticadas pelo Estado durante a ditadura, enquadrando as ações no conceito de Terrorismo de Estado (TDE). Este capítulo abordará as violências estabelecidas durante a vigência da ditadura militar, destacando o conglomerado de práticas violentas estabelecidas pelos militares, baseado diretamente ao conceito de TDE.

¹⁷ É Advogada da União. Foi assessora e membro do Comitê de Relatoria do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Foi Conselheira da Comissão de Anistia.

¹⁸ Delegado da Polícia Federal.

¹⁹ Cientista político e Assessor da Comissão Nacional da Verdade.

²⁰ Jornalista, assessor de comunicação na Comissão Nacional da Verdade.

²¹ Procuradora Federal.

²² Oficial de Inteligência da ABIN e Assessora Técnica da Comissão Nacional da Verdade.

²³ Professor da UNESP.

No terceiro capítulo, “As narrativas dos Militares Dissidentes”, faremos um levantamento das categorias discursivas mais presentes na narrativa dos entrevistados, o que nos guiará na tentativa de interpretação das memórias reveladas pelo grupo.

Por fim cabe reafirmar a proposição deste trabalho, que nasceu com o objetivo de compreender as perseguições, prisões e torturas sofridas por militares dissidentes durante a ditadura militar de 1964 a 1985. Foram utilizados, como fonte principal, os depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o período de vigência dos trabalhos ocorridos em 2013 e 2014, os quais revelam que dentro das Forças Armadas existiu, com grande potência, perseguição aos militares contrários ao golpe de 1964 e à Ditadura Militar.

1. ODIADOS PELO EXÉRCITO E ABANDONADOS PELA SOCIEDADE: QUEM SÃO OS MILITARES DISSIDENTES?

Neste capítulo será realizada uma apresentação dos militares dissidentes que constituem nosso corpo documental, ouvidos pela Comissão Nacional da Verdade, levantando dados sobre a origem social, vinculações políticas e atividade profissionais e informações gerais. O objetivo foi compreender os percursos em suas semelhanças e diferenças, inferir as motivações que os levaram aos depoimentos e principalmente compreender as atuações desses perseguidos durante a ditadura militar brasileira.

Quadro 2 – Identificação dos militares perseguidos

| Agentes Militares | Data de nascimento/falecimento | Patente | Data da Prisão | Tempo de Serviço nas F.A. |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|---|---------------------------|
| Adir Figueira | 1959 - * | Cabo da Força Aérea | Segundo semestre de 1978 | 4 anos e 29 dias |
| Aloísio Cerqueira Lima | 1959 - * | Sargento Músico da (PM) | Não mencionada | Não mencionado |
| Amadeu Felipe da Luz Ferreira (Exército) | 1936 - 2021 | Sargentos do Exército | Amadeu Felipe – Não mencionada | Não mencionado |
| Bolívar Marinho Soares de Meirelles | 1939 | Segundo tenente | 1964 | Não mencionado |
| Darcy Rodrigues | 1941 - 2022 | Sargento do Exército | abril de 1970 | 60 dias |
| Pedro Lobo de Oliveira | 1931 - * | Sargento | 23 de janeiro de 1969 | Não mencionado |
| Eduardo Chuahy | 1934 - 2021 | Oficial de artilharia do Exército | 1964 a 1969, | Não mencionado |
| Francisco Jesus da Paz | 1940 - 2020 | Sargento do Exército | 3 de julho de 1975 (45 dias) | Não mencionado |
| Jorge Borges | 1944 - * | Soldado do Exército | 10 meses em 1972 | 8 anos |
| Kardec Lemme | 1917 - * | Coronel do Exército | 1964 – (tempo de prisão não identificado) | Não mencionado |
| Vicente Sylvestre | 1930 - * | Sargento do Exército | 1967 | 27 anos |

Fonte: Elaboração do autor (2022)

Legenda: * data da morte não identificada ou o depoente ainda permanece vivo.

1.1 Adir Figueira²⁴

Filho de um sargento da Força Aérea, que também foi torturado e perseguido durante o período que Castelo Branco, esteve no poder, foi preso pelo seu posicionamento considerado subversivo. Adir veio de uma família pobre, que passava por muitas necessidades. Acabou sendo inscrito em 1977 na Força Aérea, talvez pela necessidade de conseguir um emprego que tivesse uma renda fixa. Esbarrado na pobreza, Adir acabou seguindo os passos do pai, tanto por acreditar numa possibilidade de mudança na esfera econômica do país quanto por ser a única oportunidade de crescimento econômico:

Eu sou conscrito do terceiro comando aéreo regional, ano de 1977. Vindo a servir na base aérea do Galeão no dia 16 de janeiro de 1978. Feito um curso de inteligência no Rancho das Praças, eu fui designado à estação rádio da base ZWP, sob o comando do tenente Aguinaldo Bernardo dos Santos²⁵, e ali fiquei prestando serviço, recebendo rádio e conferindo rádios de todas as unidades do Brasil e fora do Brasil também, tendo em vista esse serviço sigiloso, da base aérea do Galeão, e eu tendo que levar esses rádios aos oficiais, e a outras unidades militares como a Marinha e também ao Exército brasileiro.²⁶

Adir Figueira se caracteriza como um exemplo do perfil inicial dos militares abordados neste trabalho. Um militar em carreira dentro das Forças Armadas que, em um certo ponto da repressão, se tornou alvo pelas atividades exercidas. Tinha uma base familiar pobre e realizava questionamentos em busca de melhorias para o baixo escalão, as quais foram consideradas subversivas aos olhos da ditadura.

Adir Figueira era residente em São João de Meriti, Rio de Janeiro. Foi Cabo da Força Aérea, sendo designado para a Estação de Comunicação da Base Aérea do Galeão. Em seu depoimento, no dia 16 de abril de 2013, fez graves denúncias sobre as violências que sofreu na Base do Galeão. Sua prisão não ocorreu em uma sala arranjada, mas em uma cela de presos por crimes comuns, ficando praticamente em torno de quinze dias, sofrendo violência de cassetete de borracha e curtindo nos pés, na cabeça e nas costas. Ficou preso na base aérea em uma cela subterrânea. Sofreu agressões com queimaduras, ficou alojado em conjunto do grupo

²⁴ FIGUEIRA, Adir. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Adir_Figueira_e_Jose_Bezerra_da_Silva_16.04.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023

²⁵ Não foi possível descobrir qualquer informação em relação ao militar citado.

²⁶ FIGUEIRA, Adir. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

reconhecido como *cabeludos e barbudos*²⁷, pelo Pelotão de Investigação Criminal, busca e captura, sob o comando do capitão que na época era primeiro tenente, Dalton Antônio Dias Mosqueira²⁸, que designou a prisão de Adir.

A primeira prisão de Adir passa por algo extremamente corriqueiro. Ele estava designado a entregar um documento oficial, que a princípio estava endereçado ao então presidente da República, Ernesto Geisel. Então, quando percorreu o caminho onde ficava localizada a base de tráfego militar, esbarrou em um ministro, não ficando explícito no depoimento de quem se tratava. Devido ao esbarrão, acabou sendo autuado em prisão, a qual foi acompanhada pelo coronel Jair do Amaral Vasconcelos²⁹, que na descrição do depoente, era coronel-aviador e comandante da Base Aérea do Galeão.

Adir foi preso seis vezes, conforme as declarações para Comissão Nacional da Verdade, praticamente durante todo o período que esteve na Força Área. Durante um total de quatro anos, ele sofreu algum tipo de agressão, seja tortura psicológica ou física.

A história das Forças Armadas foi marcada por momentos de repressão à militares que se posicionavam contra atividade violenta seja ela interna ou externa. Um grande exemplo foi a condução do julgamento dos militares que participaram da revolta dos Marinheiros³⁰, em 1964. Apesar de grande parte ser julgada ainda no período em questão, outra parte foi suspensa durante a ditadura militar, como foi o caso do tenente José Ribamar Pereira, acusado de ter participado da revolta dos marinheiros em março de 1964, como segue apontamento de Cláudio Vasconcelos sobre o ocorrido.

Um exemplo de que o caráter preventivo da política repressiva esteve presente desde o início do regime e, ao mesmo tempo, de como a repressão atingiu militares que não fizeram parte dos conflitos ocorridos nos anos anteriores ao golpe é o caso do segundo-tenente José Ribamar Pereira Torreão da Costa. Este militar foi acusado de ter participado da revolta dos Marinheiros em 25 e 26 de março de 1964, mas provou, em inquérito, que estava ausente do Rio de Janeiro nestas datas.

Segue afirmando:

²⁷ No relatório da Comissão Nacional do Rio de Janeiro, publicado em 2015, faz referência a ações deste grupo de torturadores reconhecidos como “*cabeludos e barbudos*” Sonilson Pereira da Silva, também ex-militar dissidente, menciona que o início das violações sofridas ocorreu quando ele fez reconhecimento da frequente presença de um grupo de perseguidos “barbudos, cabeludos e encapuzados”, que eram colocados diretamente na prisão subterrânea no Galeão. Outros casos podem ser vistos diretamente na fonte: COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. **Relatório Comissão da Verdade do Rio**. Relatório dezembro. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-averdade/estaduais/CEVRioRelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

²⁸ Não foi possível descobrir qualquer informação em relação ao militar citado.

²⁹ Não foi possível descobrir qualquer informação em relação ao militar citado.

³⁰ Ver: NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

Entretanto, o tenente servia, à época, na Diretoria de Intendência da Marinha, sob o comando do capitão de mar-e-guerra Renê Magarino Torres, que foi punido três vezes pelo regime: transferência para a reserva, suspensão dos direitos políticos por dez anos e demissão em abril, junho e agosto de 1964, respectivamente. Em face disto, o relator do inquérito sugeriu que ele fosse afastado da Marinha “a pedido, ou mediante qualquer dispositivo de lei” (DE VASCONCELOS, 2006, p.161)

Ao considerar um inimigo da ditadura, o histórico político de qualquer agente de Estado se tornou motivo para realização de violação no contexto da política de Terrorismo de Estado, que já mantinha sinais repressivos fortes contra aqueles militares que não estivessem de acordo com as ordens dentro dos quartéis. Aqui é importante destacar que as perseguições ocorriam de forma variada durante a ditadura militar de 1964, não seguindo um padrão sobre que tipo de investigação seria realizada ou qual tipo de punição praticada contra os subversivos encontrados dentro das Forças Armadas.

1.2 Aloísio Cerqueira Lima³¹

Em seu depoimento, Aloísio afirma que foi aluno do Colégio Salesiano Santa Rosa, que fica localizado em Niterói, Rio de Janeiro. Filho de empregada doméstica, colocou que a mãe tinha um vínculo próximo com os patrões, que possibilitou o acesso de Aloísio ao colégio Salesiano Santa Rosa. Vale destacar as constantes vezes que Aloísio faz referência ao apoio que conseguiu para estudar. Em seu depoimento faz menção, a uma relação de grande proximidade com as ideias de Dom Hélder Câmara³², que garante o desejo de liderança e abnegação em participar das atividades de cunho social.

Aloísio foi sargento no Distrito Federal, sendo designado para invadir a Universidade de Brasília (UNB) com um grupo de sargentos da Polícia Militar, por ocasião do golpe de 1964. Em seu depoimento, afirma que estava carregando fotos de estudantes universitários que estavam sendo investigados sob suspeita de perturbação da ordem durante seu período de formação nos quartéis. Contou que as instruções permitiam aplicar aos estudantes considerados subversivos, agressão física sem qualquer pudor ou moderação contra qualquer indivíduo que pudesse ser considerado subversivo. Afirma que em alguns momentos se recusou a aplicar a

³¹ LIMA, Aloisio CerqueirA. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Aloisio_Cerqueira_Lima_-_06.06.2013_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022

³² Dom Hélder Pessoa Câmara foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. Pregava uma Igreja voltada para os pobres e a não-violência. grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura, ver: GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

violência física, psicológica ou moral contra os estudantes o que acabou ocasionando o seu afastamento.

As acusações eram relacionadas às atividades de práticas de violências que deveria exercer durante o trabalho contra os inimigos da ditadura, algo que ele ao longo do depoimento deixa clara suas dificuldades em cumprir essas ordens. E assim, diante as ordens para perseguir e matar, questionava o golpe e a ditadura: “Eu sou seu segurança e vou ter que matar ele, nada disso. Depois, por ser minha profissão, não quer dizer que eu tenha que fazer o que um coronel queira (...) Matar? Dar-me (sic) por escrito que eu vou lá e mato, assine”³³.

Aloísio foi responsável, por vezes, pela patrulha de verificação da UNB, onde eram preparadas as ações articuladas com um grupo que possuía as identificações dos alunos suspeitos e considerados perigosos. Um aspecto importante que é exposto pelo depoente, diz respeito à identificação do Exército como grupo familiar, no qual não poderia existir qualquer tipo de dúvida ou questionamento sobre as ações definidas pelo comando.

1.3 Darcy Rodrigues³⁴

Ao trazer para explanação a trajetória de Darcy Rodrigues é importante destacar alguns aspectos: Darcy tinha envolvimento com pautas políticas antes de seu ingresso no Exército, foi secretário-geral da Associação de Secundaristas em Três Lagoas, Minas Gerais, no ano de 1958 até 1959. Descendente de imigrantes espanhóis, relatou que a família tinha uma prática política intensa, sendo que seu avô fora preso no presídio Maria Zélia, em 1935, por ocasião de seu envolvimento na Intentona Comunista³⁵.

³³ LIMA, Aloisio Cerqueira. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

³⁴ RODRIGUES, Darcy. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Darcy_Rodrigues_-_Completo.pdf . Acesso em: 06 fev. 2022

³⁵ Posteriormente vem a Lei de Segurança Nacional, que, na prática, antecipou a ditadura do Estado Novo, que chegaria em 1937, em função do comprometimento da autonomia do Legislativo. Reflexo da política aplicada pelo novo governo de Getúlio Vargas foi à criação do presídio Maria Zélia, que é explicado por Caroline Antunes Martins Alamino (2018) “Uma das hipóteses para compreender a existência do Maria Zélia como instrumento de repressão aponta para o receio de Getúlio Vargas quanto à articulação de uma oposição, por meio de sindicatos e partidos políticos, sobretudo com a Constituição de 1934, além dos próprios levantes de novembro de 1935. Outra hipótese refere-se a Armando de Salles Oliveira, interessado na repressão ao comunismo como plataforma eleitoral. Embora o Presídio Maria Zélia tenha sido ativado no fim de 1935, encerrando suas atividades em 1937, o recorte abarca duas décadas de 1930 e 1940, pois a partir da tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, foi construída a atmosfera política que culminou na abertura desse presídio. Além disso, seus efeitos sociais e políticos se prolongaram pela década de 1940, o processo pelos assassinatos que ali ocorreram foi aberto em 1937 e prosseguiu e se encerrou na década de 1940. Ver: ALAMINO, Caroline Antunes Martins. **Presidio Maria Zélia: repressão política no governo constitucional de Getúlio Vargas**. Universidade Federal de Santa Catarina, **Programa de Pós-graduação em História** (Tese de doutorado) p. 21, 2018.

Teve, se assim podemos afirmar, uma oportunidade de observar o pai envolvido numa greve de ferroviários, depois foi aluno em uma escola municipal, local que havia sido sindicato e foi apropriado pelo Estado e transformado em uma escola pública, o que ficou frisado pelo depoente. Com um histórico familiar muito próximo aos debates políticos, seja pela prisão do avô ou pela participação do pai em greves trabalhistas, todas essas ações acabaram influenciando o posicionamento político de Darcy nas Forças Armadas e as críticas pontuais ao golpe de 1964 e à ditadura militar que se seguiu.

Em 20 de junho de 1960, em Minas Gerais, vai ingressar nas fileiras do Exército, com a crença de que era uma instituição que servia para a defesa dos interesses populares. Foi aprovado em primeiro lugar no curso de cabo, passou em primeiro lugar na escola de sargento.

Darcy foi preso em 1970, em São Paulo, quando estava no campo de futebol e chegou o segundo sargento, Rinaldo Paz Braga³⁶ e lhe deu ordem de prisão, sendo levado à Fortaleza de Itaipu, onde acabou conhecendo Erasmo Dias³⁷. Posteriormente, foi transferido para um campo de concentração, segundo ele, da Base Aérea, em Itapema, São Paulo, cercado com arame farpado, com intervalo de dez centímetros entre um arame do outro, e uma metralhadora colocada estrategicamente em cima de numa caixa d'água.

Com seu retorno do exílio Darcy Rodrigues continuou sendo perseguido pela estrutura coercitiva do Estado, conforme demonstra o relatório coletado pela Secretaria de Segurança Pública da cidade de Bauru e acabou destacando uma publicação de jornal sobre este retorno, conforme anexo a que descreve o seguinte: *“O ex-banido baurense Darcy Rodrigues, que viveu quase 10 anos exilado em Cuba depois de ter participado de operações guerrilheiras e ter sido trocado pelo embaixador alemão Von Hollben, chegou a Pauru ontem às 20 horas acompanhado pelos membros do CBA local. Ele vai ficar morando em Bauru e aqui pretende lecionar e continuar estudando econômica”*.

³⁶ não foi possível descobrir de quem se tratava

³⁷ Foi um militar do Exército e durante muito tempo, político. Ocupou o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; comandou a tomada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 22 de setembro de 1977, no episódio chamado de "A invasão da PUC", onde estudantes pretendiam refundar a União Nacional dos Estudantes (UNE); e foi encarregado das operações de combate à guerrilha de Carlos Lamarca, no Vale do Ribeira.

1.4 Eduardo Chuahy³⁸

Eduardo Chuahy, de longe é um dos depoentes que deixa uma certa curiosidade em saber sua origem e principalmente como se consolida sua formação política, pois ele mesmo se descreve como um “*marginal*” em relação ao que se diz sobre o sistema tradicional de comportamento reconhecido pela sociedade como *normal*, tanto que sua afirmação sobre ser marginal é sempre em relação ao que se pode definir como homem de bem e de valores tradicionais. No início de seu depoimento, ele repete duas vezes seguidas a palavra *marginal* para se referir a si mesmo. Essas afirmações vêm pela participação de Eduardo enquanto estudante secundário, das suas participações das ações sobre a campanha do “o petróleo é nosso”, onde ele saía à noite e pichavam as paredes, durante o período de 1946³⁹.

Algo que o depoente sempre frisou foi seu desejo em ingressar nas Forças Armadas, que começou a se intensificar no 3º ano da Escola Preparatória de Cadetes⁴⁰, quando tinha 17 anos. Eduardo nunca foi um aluno exemplar e muito menos tinha o hábito de estudar durante o ensino básico, talvez seja este o fator que leve ele a se referir a si mesmo como “*marginal*”. Com seu tom de rebeldia, se considerava pró-Jango, no contexto dos anos 1960.

Foi preso, entre 1964 e 1969, nove vezes e ficou em 10 prisões diferentes, num total de 2 anos. Apesar de ter origem em um núcleo familiar consolidado financeiramente, como ele mesmo descreve em seu depoimento, que de certa forma auxiliou durante seu período de clandestinidade, não escapou da perseguição do Estado. Não conseguia emprego e quando chegava a entrar em algum trabalho era logo demitido. Em grande parte de seu depoimento, afirma não ter mágoa sobre as ações que sofreu, porém, em vários momentos, fica explícita sua insatisfação com a Lei da Anistia, de 1979, que poderia ter auxiliado a ter se colocado no mercado de trabalho.

Foi eleito deputado estadual pelo Partido Democrático Brasileiro em 1982, que durante o seu mandando pelo PDT, continuava sendo monitorado, conforme se pode comprovar ao documento, produzida em 22 de março de 1984 contendo uma cópia do discurso pronunciando

³⁸ CHUAHY, Eduardo. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Eduardo_Chuahy_17.06.2013.pdf . Acesso em: 03 fev. 2022

³⁹ "O petróleo é nosso!" é uma frase que se tornou famosa ao ser pronunciada pelo então presidente da república Getúlio Vargas, quando descobriu as reservas de petróleo na Bahia, para maior aprofundamento fica indicado o trabalho de MARANHÃO, Ricardo. O petróleo é nosso. **Revista de Geopolítica**. 2017.

⁴⁰ A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) localiza-se na cidade de Campinas, estado de São Paulo. Tem como missão preparar candidatos para o ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), responsável pela formação do oficial combatente do Exército.

na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 14 de março, quando o Eduardo Chuahy era deputado pelo PDT/RJ, fazendo um recorte da importância da luta pela organização popular e o fim do aparelho institucional do estado. Esse documento acaba se destacando pela denúncia ativa de Eduardo Chuahy contra os torturadores da ditadura e a corrupção do regime, ver Anexo D.

1.5 Amadeu Felipe da Luz Ferreira⁴¹

Amadeu Felipe da Luz Ferreira, nasceu em Blumenau, Santa Catarina, em 1935. Foi casado com Neyde Guedes da Luz⁴², com quem teve quatro filhos. Amadeu talvez seja um dos grandes pontos fora da curva dentre o grupo de militares abordados neste trabalho, devido à sua condição de ser neto de Hercílio Pedro da Luz⁴³, governador, senador e vice-governador de Santa Catarina, com vários mandatos nas décadas iniciais da República.

Amadeu Felipe da Luz não ficou conhecido pela trajetória política do avô ou por sua origem na classe alta catarinense, mas sim quando se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em Criciúma, como ele afirma várias vezes no seu depoimento foi *um marxista convicto* até sua morte, em 2021.

Luz Ferreira, perdeu o pai com um ano de idade, passando a ser criado por Josil Palmero da Costa⁴⁴, que era marido de sua irmã e militar das Forças Armadas, coronel do Exército, e também era filiado ao PCB. Josil foi encaminhado para Blumenau, onde deveria desmembrar um núcleo nazi-fascista. Pode-se afirmar que esse ambiente familiar proporcionou a Amadeu se afinar com o perfil de comunista vinculado à classe alta.

⁴¹ FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/especialistas/fv_Amadeu_Felipe_da_Luz_Ferreira_e_Pedro_Lobo_19.03.2013.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022

⁴² Não foi possível descobrir qualquer informação em relação a sua esposa.

⁴³ Hercílio Pedro da Luz, nasceu em 29 de maio de 1860 e morreu, em Florianópolis, em 20 de outubro de 1924. Foi um engenheiro e político. Ocupou o cargo de senador pelo estado de Santa Catarina por três vezes, posteriormente foi governador do estado. Hoje a principal ponte da cidade leva seu nome. Para mais informações, ver: PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

⁴⁴ Não foi possível acessar mais informações sobre Josil Palmero da Costa.

Entre 1952-1954, viveu no Rio de Janeiro, capital, onde conheceu Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré⁴⁵, João Saldanha⁴⁶ e Luiz Carlos Prestes⁴⁷. Em 1966, comandou a organização do movimento armado de resistência à ditadura, que ficou conhecido como a Guerrilha do Caparaó⁴⁸. Quando capturado, foi torturado física e psicologicamente.

Em relação ao caso de Amadeu Felipe, segue em “anexo c” com quatro páginas, percebe-se a existência de uma perseguição constante, conforme o relatório da SNI do dia 22 de abril de 1981, onde entregue as seguintes aproximações políticas dentro do Partido do Movimento Brasileiro Democrático (PMDB) entre outras atividades políticas, porém o que mais se destaca é página três com as seguintes acusações: Militante ativo do Diretório do PMDB, onde acabava mantendo vinculações com o PC do Brasil pela corrente do “Tendência Popular” sendo ponte através de um estudante da Fundação Universidade Estadual de Londrina e integrante da Tendência Estudantil Fabio Caldas de Mesquita. 2º Participante ativo do curso de Formação Política em Londrina organizado pelo PMDB 3º Mantém ligações com subversivos do PCB e outras entidades de esquerda, atuantes em Londrina. 3º Organizador do movimento de rearticulação dos sargentos da ativa e da reserva. 4º ex-comandante da guerrilha do Caparaó, em 1966, condenado a prisão e liberto.

1.6 Bolívar Marinho Soares de Meirelles⁴⁹

Bolívar Marinho Soares de Meirelles, nasceu em 24 de dezembro de 1939, na cidade de Recife, Pernambuco. Em seu relato, Bolívar descreve que seu ingresso enquanto militante de esquerda acabou ocorrendo aos 16 anos de idade enquanto membro do Partido Comunista

⁴⁵ Nelson Werneck Sodré foi um militar, professor, escritor, colunista e considerado um intelectual marxista, publicou obras como História militar do Brasil, A farsa do neoliberalismo entre outros.

⁴⁶ Foi um militante político e acabou sendo mais conhecido por ser treinador de futebol da seleção brasileira. Atuou profissionalmente por alguns anos no Botafogo, se formou em jornalismo, acabou sendo considerado uma das grandes influências dentro do futebol brasileiro e principalmente pela sua atuação política dentro e fora dos campos de futebol.

⁴⁷ Era um militar e político comunista, podendo ser considerado uma das personalidades mais importantes de esquerda brasileiro do século XX. Acabou ganhando fama nacional ao liderar a Coluna Prestes na década de 1920, manteve um caso com Olga Benário, a qual acabou sendo morta pelo regime nazista.

⁴⁸ Aqui se faz necessário abordar um ponto importante sobre a trajetória de Amadeu, onde é importante referência a dissertação de mestrado de Dinoráh Lopes, sobre a Guerrilha de Caparaó, o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar. Ver ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014.

⁴⁹ MEIRELLES, Bolívar Marinho Soares. **Depoimento de vítimas**. Fevereiro de 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Bolivar_Marinho_Soares_de_Meirelles.pdf . Acesso em: 8 fev. 2023.

Brasileiro (PCB). Acabou que no ano de 1962, se formou como oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

De acordo com o depoente as lembranças familiares afirmadas têm um início em com destaque para sua avó paterna, que era cearense, tinha três irmãos sendo todos eles oficiais do Exército, porém apenas um deles chegou ao posto de general, acaba sendo destacado pelo mesmo que eram da mais alta patente à época, onde apenas um se tornou general de divisão, era reconhecido enquanto general Luís Furtado, sendo afirmado pelo mesmo que era comandante da Polícia Militar no Rio de Janeiro. Outro destaque é que essa avó paterna teve onze filhos dos quais dois deles tiveram destaque pela atuação no Movimento Tenentista, na década de 1920 e na Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935.

Bolívar Marinho informou que acabou ingressando no Exército em 1956, com uma formação político-ideológico fortemente comunista, ele mesmo, em alguns momentos destaca que essa base foi influenciada pelo tio chamado Antônio, que exerce grande influência nessa construção ideológica.

Logo após o golpe de 1964, foi preso e afastado das Forças Armadas. Nesse mesmo período, destaca que se envolveu na luta pela anistia dos militares perseguidos, torturados e cassados pela ditadura. Em 1980, foi membro fundador da criação da Associação dos Militares Cassados (AMIC) que, mais tarde, viria a ser conhecida enquanto Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM), que permanece ativa em defesa da anistia política e principalmente pela reparação da memória dos militares atingidos pelo golpe de 1964 e pelo sofrimento ocorrido pela ditadura militar.

1.7 Pedro Lobo⁵⁰

Pedro Lobo, nasceu em 27 de julho de 1931, em Natividade da Serra, São Paulo. Foi trabalhador rural de poucas condições socioeconômicas. Mudou-se para a capital aos 18 anos de idade, onde começou a trabalhar na área da construção civil, atuando como pedreiro. No ano de 1957, ingressou na carreira militar no exército. Foi militante da Vanguarda Popular

⁵⁰ LOBO, Pedro. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/especialistas/fv_Amadeu_Felipe_da_Luz_Ferreira_e_Pedro_Lobo_19.03.2013.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023

Revolucionária⁵¹ (VPR) e participou de diversas ações armadas em oposição e à ditadura. Em janeiro de 1969 foi preso e banido, viveu exilado até 1980.

Começou a atuar na antiga Força Pública do estado de São Paulo em 5 de abril de 1955, realizando a escola de cabo em 1957 e a escola de sargento, em 1960. Terminada a escola de sargentos foi direcionado à rádio patrulha, porém antes já tinha trabalhado no regimento de cavalaria e depois no serviço de trânsito e posterior na escola de sargentos, que atuou até a exclusão da PM⁵². Optou por ser militar por influência dos amigos, como ele descreveu no depoimento. Sendo torneiro mecânico, acabou observando que ingressar na carreira militar poderia ser mais vantajoso financeiramente.

1.8 Francisco Jesus da Paz⁵³

Francisco Jesus da Paz foi preso pelo DOI-CODI em 3 de julho de 1975, acusado de ser membro do Partido Comunista Brasileiro, em seus primeiros dias de prisão ele ficou isolado, sofreu torturas psicológicas e físicas. Francisco Jesus afirma que nunca fez parte do PCB, apesar de grande parte dos seus amigos mais próximos terem uma vinculação. Realizava atividades filantrópicas como auxiliar nas atividades da Igreja Católica com a população em vulnerabilidade social, o que também acabou sendo usado para enquadrá-lo como inimigo da ditadura. Foi um militar reformado, dissidente das Forças Armadas e apoiador de João Goulart. Em 1964, Francisco era cabo da Força Pública.

Acabou ganhando uma promoção para 3º sargento, em outubro de 1964, nesse momento que começou sua atuação contra a ditadura militar. Em 1968 acabou concorrendo ao Centro Social dos Sargentos da Força Pública. Foi estudante de Economia na Universidade de São Paulo (USP) em 1968. Pelo depoimento não temos como verificar maiores informações sobre a biografia pregressa ou a atual do depoente e não encontramos outros dados.

No “ANEXO E”, demonstra-se um pouco da perseguição e monitoramento realizado a Francisco Jesus da Paz, observado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), descrevendo suas atividades em São Paulo.

⁵¹ A VPR29 criada em 1968, principalmente por militantes que saem da Política Operária (Polop), se caracterizando principalmente por estudantes universitários e militares. Sua organização se consolidou com o fim da Guerrilha de Caparaó. Ver: CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)**. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2000.

⁵² Não fica identificada a data no depoimento.

⁵³ PAZ, Francisco Jesus. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vm_Francisco_Jesus_da_Paz_00092_000438_2013_39.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023

1.9 Jorge Borges⁵⁴

Em janeiro de 1964, Jorge se alistou e se apresentou ao 1º Batalhão de Fronteira⁵⁵ onde foi incorporado. Depois de três anos, acabou sendo direcionado para a um destacamento num distrito de São Miguel do Iguçu, onde permaneceu por quase três anos. As perseguições sofridas por Jorge, acabaram indo além das violências físicas contra o próprio perseguido, pois foram presos os amigos que poderiam contribuir para que Jorge tivesse que abrir para mais informações, pelas atividades e envolvimento com pessoas suspeitas, principalmente por proximidade das ações dos Grupos dos Onze⁵⁶.

Quando foi preso⁵⁷, acabou ficando em torno de vinte e oito dias sem qualquer comunicação. Descreve que ficou em uma cela escura, sem nenhuma possibilidade de apoio. Dormia em pé, encostado na parede devido ao tamanho da cela, chegou a sofrer violências físicas e psicológicas durante o período que ficou preso. Casado com dois filhos, sendo um menino e uma menina, o filho homem foi criado por algum tempo por desconhecidos enquanto a filha estava aos cuidados da avó. Jorge relata que durante o período de clandestinidade acabou enfrentando grandes problemas para conseguir sustentar a família, observando que não tinha emprego e nenhum suporte familiar para se sustentar na clandestinidade. Separado da esposa ainda no início do casamento, acabou ao longo do tempo encontrando muitas dificuldades para criar os filhos e regressar à normalidade da vida econômica.

1.10 Kardec Lemme⁵⁸

Kardec Lemme veio de uma família abastada financeiramente, pai se chamava Antônio Lemme, um italiano que tinha como prática religiosa, o espiritismo. Quando chegaram ao Rio

⁵⁴ BORGES, Jorge. Depoimentos de vítimas militares. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Jorge_Borges_28.06.2013.pdf . Acesso em: 08 fev. 2023

⁵⁵ Não fica esclarecido no depoimento qual a localização.

⁵⁶ Os chamados Grupos de Onze Companheiros, simplificadaamente, Grupos dos Onzes ou Gr-11, e também conhecidos como Comandos Nacionalistas foram concebidos por Leonel Brizola no fim de 1963. Ver: ALMEIDA, Marli. **Excessos de patriotismo**: terrorismo de estado e os grupos de onze companheiros - 1964-1965. Tese - (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade de Passo Fundo. 2018. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2018.

⁵⁷ Não foi possível descobrir a data da prisão para um maior aprofundamento desta pesquisa, observando a idade do depoente e a falta de documentação para maiores esclarecimentos.

⁵⁸ LEMME, Kardec. Depoimentos de vítimas militares. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Kardec_Lemme_28.06.2013.pdf . Acesso em: 06 fev. 2023

de Janeiro, se instalaram em Barra Mansa, onde tiveram oito filhos, um deles, Kardec. Ingressou primeiro no Colégio Militar, que lhe abriu possibilidade de entrar na carreira militar. Dentro do colégio, ele conheceu o Partido Comunista Brasileiro e a partir daí acabou descobrindo que seu tio era envolvido na articulação de organização do partido.

Kardec integrou a Força Expedicionária (FEB) e, em 1945, em conjunto com 282 companheiros, assinou um manifesto, enquanto lutavam na guerra intitulado “A FEB - Símbolo Vivo da União Nacional⁵⁹”. Nunca foi torturado diretamente, mas foi preso e em uma de suas prisões acabou vendo seu filho de 15 anos de idade ser torturado, com a finalidade de extrair mais informações de Kardec.

1.11 Vicente Sylvestre⁶⁰

Vicente Sylvestre, nascido em 1930 em São Paulo. Pobre, cresceu em um bairro popular de vila operária e, em seu depoimento, fica claro que por crescer na Vila Anastácio, um bairro que tinha constantes manifestações de trabalhadores, foi mobilizado a ingressar no Partido Comunista Brasileiro.

Em 1949, ingressou na Guarda Civil de São Paulo, e em de junho de 1975, foi promovido à patente de coronel, quando foi descoberto seu envolvimento com PCB e ele e seus colegas acabaram sendo presos e torturados pelo DOI-CODI, Vicente Foi anistiado e reincorporado à carreira militar.

Ao realizar este breve apanhado sobre a biografia dos depoentes, cabe inferir que em sua grande maioria não foi possível realizar um aprofundamento em suas informações, principalmente pela falta de outros materiais documentais sobre eles. Indo além é possível destacar que grande parte dos depoentes não observaram por parte da Comissão Nacional da Verdade esclarecimentos sobre objetivo nessas tomadas de depoimentos, o que tornou difícil para os depoentes seguir uma narrativa mais encadeada das suas trajetórias individuais, pois grande parte das entrevistas acabaram ocorrendo de forma desordenada e sem um fluxo de perguntas que pudesse possibilitar ao depoente uma maior identificação de seu papel na CNV.

⁵⁹ Cunha, Paulo Ribeiro Rodrigues da. O Antimil: o Setor Militar origens de uma organização. **Lutas Sociais**, v. 29, n. 1, p. 59-71, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115200>>.

⁶⁰ SYLVESTRE, Vicente. **Depoimentos de vítimas militares**. Julho de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Vicente_Sylvestre_-_18.03.2013.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023

1.12 Memória e ressentimento

Durante as primeiras semanas do mês de março de 2021, emergiu uma mobilização popular que buscava questionar e buscar uma nova reinterpretação sobre a Lei de Anistia diante do Supremo Tribunal Federal (STF). As organizações que buscavam uma releitura da Lei de Anistia, iniciada principalmente para colocar em debate o julgamento de crimes cometidos pelo Estado a partir do golpe de 1964 entendiam que a lei acabou nascendo apenas para dar garantia de uma transição pacífica para os torturadores que cometeram crimes de violação de direitos humanos segurança de que esses militares fossem a julgamento pela Lei da Anistia, para Bruno Konder Comparato (2011) que a democracia exige em funcionalidade a necessidade de exigir justiça daqueles que desrespeitaram os direitos básicos através da violência.

Para tanto, a tarefa central na construção de instituições democráticas duradouras é a imposição do controle civil sobre os militares. E o assunto mais complicado é como tratar os responsáveis por violações dos direitos humanos cometidas durante as ditaduras militares. A justiça exige que aqueles que desrespeitaram não somente as normas legais, mas também as mais elementares normas humanas, sejam responsabilizados (COMPARATO, 2011, p.28).

Objetivamos compreender como o ressentimento pode afetar esses militares dissidentes e muito além disso, como o impacto dessas mágoas continuaram causando sofrimento diante do abandono do Estado da falta de um possível reconhecimento da sociedade. Como Pierre Ansart (2004) destaca, é necessário considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento.

Para Maria Rita Kehl (2003) o ressentimento faz parte da trajetória do pensamento comum, seu pertencimento está vinculado diretamente aos afetos construído pelo sujeito em relação ao outro e suas características onde pode ser explorador pelo suposto mal que o outro atribuiu ao sujeito.

O ressentimento não é uma categoria da clínica psicanalítica. Faz parte do senso comum e pertence ao campo dos afetos. Neste campo, o que o diferencia de outros afetos é a possibilidade de ser acionado por um ato de vontade ligado ao domínio do eu. O ressentido tem um apego todo especial em relação ao que o faz sofrer: apego que se manifesta em lamentos e acusações repetidas, dirigidas não contra si mesmo (como na melancolia) mas contra um outro, supostamente mais poderoso que ele, responsável por seu mal (KEHL, 2003, p.70).

Assim, o sujeito ressentido acaba por cessar seu sofrimento, carrega consigo em toda sua trajetória os lamentos sofridos ao longo do mal que o outro pode ter causado, conforme destaca Maria Rita Kehl:

Aqui já se observa uma importante diferença em relação ao tipo de atividade psíquica do ressentimento, que se caracteriza por uma recusa da ação e um lamento referido a um dano ocorrido em um tempo passado que o ressentido não cessa de rememorar. Se a histérica sofre de reminiscências recalçadas, o ressentido, como bem percebeu Nietzsche (1887), é incapaz de se esquecer (KEHL, 2003, p. 69).

Ao longo da trajetória desses depoentes podem ser encontradas alterações, mudanças sobre os fatos e principalmente o desejo imediato por reparações que ao passar dos anos não ocorreram. Para Maria Paula e Myrian Sepúlveda (2007) “como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida” o que acaba colocando várias interpretações em torno da ditadura, que de fato não acaba mudando o fato, mas amplia a percepção sobre o período que entra em análise.

As observações apontadas pelos depoentes em torno das lembranças a partir de 1964, se cruzam pelo acúmulo de vivências coletivas ao longo da ditadura militar. As memórias foram constituídas através das interações com os seus torturadores conforme, Paula Maria e Myrian Sepulveda afirmam:

A memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo. Ainda que o indivíduo pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objetos que só ele presenciou e viu, ela é coletiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interações sociais. Ele vê o mundo através de construções coletivas como a linguagem. Dois indivíduos, de tradições culturais distintas, ao se perderem em um mesmo deserto terão lembranças, descrições e sentimentos diferenciados de suas experiências (PAULA; SEPULVELDA, 2007, p.97).

Ainda de acordo com Paula e Sepulveda (2007) a partir de 2006 emergiu uma movimentação para revisão da Lei de Anistia estabelecida para perdoar os crimes cometidos ocorridos durante a ditadura militar:

Nos anos 80, na América Latina, governos democráticos sucederam as ditaduras militares. Em diversos países, foram decretadas leis de anistia e do perdão que permitiram a reintegração dos antigos opositores ao regime, mas que também evitaram o julgamento dos que foram responsáveis por torturas e outros crimes bárbaros. Apenas nos últimos anos, os pactos de perdão e esquecimento formados começaram a ser revistos. Em 2006, pela primeira vez no Brasil, vítimas de sequestro e tortura durante o regime militar, que tiveram suas vidas brutalmente mutiladas, questionaram a Lei de Anistia, decretada em 1979 (PAULA; SEPULVELDA, 2007, p.97).

Porém, o que de fato ocorreu com essas movimentações e como elas foram observadas um período democrático? Para Paula e Sepulveda (2007), esses debates em torno da possibilidade de perdão e esquecimento pode ser utilizado conforme o período político que a atual sociedade está vivenciando e também quais os objetivos que se tem em alcançar sobre esses debates:

Em meio ao ódio e ressentimento acumulados ao longo de muitas gerações, o que pode ser lembrado? Como instrumentos de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas. O esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos democráticos em determinados períodos. Esses exemplos são importantes porque eles nos mostram que as associações entre memória, autonomia e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas. (PAULA; SEPULVELDA, 2007, p.97).

Ainda conforme as autoras, é necessário não realizar uma generalização sobre o uso da memória e do ressentimento, onde ambos os momentos políticos, sejam ele autoritários ou democráticos tendem a ter o mesmo objetivo para uso dessas memórias. Porém, é necessário realizar um levantamento sobre a utilização desses depoimentos para se construir um debate em torno da ditadura militar. Ao utilizar esses arquivos acumulamos o maior número de informações sobre a ditadura e conforme destaca Paula e Sepulveda sobre o Holocausto ocorrido na Alemanha nazista:

Arquivos, testemunhos, depoimentos, registros são trazidos à tona com o objetivo de transmitir para futuras gerações o absurdo da violência desnecessária. O arquivo e memorial Yad Vashem, em Jerusalém, contém o maior número de informações sobre o Holocausto em todo o mundo, e desempenha ainda hoje um importante papel político nas denúncias e condenações de participantes do regime hitlerista. Diversos outros arquivos desempenham papel similar (PAULA; SEPULVELDA, 2007, p.107).

Ao utilizar as memórias desses depoentes, o pilar de destaque para sustentação dessa utilização é o fato de que a memória de certa forma se torna a identidade desses depoentes, conforme vai destacar Lucília de Almeida:

A memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder. São as lembranças – em suas dimensões mais profundas – que conformam as heranças e acumulam os detritos, que segundo a tradição bejaminiana, refundam mitos de origem e alimentam o cortejo triunfante dos vencedores de todas as épocas (DELGADO, 2003, p.18).

Entendendo a importância da utilização de depoimentos como processo de identificação dos fatos ocorridos da ditadura, ainda cabe destacar a importância da narrativa para essa proximidade entre interlocutores, conforme ainda destaca Lucilia de Almeida:

As narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições. Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram da História da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo (DELGADO, 2003, p.23).

A importância de utilizar o depoimento desses depoentes, vai muito além de trazer para a historiografia um grupo que sofreu com a ditadura, mas sim em aproximar quem viveu a ditadura daqueles que escutam sobre a perseguição e a tortura. E sua importância está em tornar esses eventos uma identidade coletiva que não tenha no esquecimento um lar permanente.

Tentando compreender quais os impactos o ressentimento percorre nas narrativas desses militares, realizamos uma análise quantitativa dos temas mencionados. Percebe-se uma repetição seguida de termos que se pode começar a entender como o ressentimento de um passado de mágoas que influenciou na descrição do golpe de 1964 e da ditadura militar. Conseguimos identificar algumas palavras com termos semelhantes que podem ser enquadrados como sofrimento no universo dos depoimentos à CNV, tais como Tortura, Tempo, Perder, Repressão e Tempo que juntas se repetiram ao total de 822 vezes, que neste momento acabam não entram na análise deste trabalho.

Para buscar compreender o momento do nascimento desse sofrimento, é necessário retornar para o discurso que a ditadura militar adotava à época, onde a aplicação da Lei de Anistia poderia parecer que beneficiaria "ambos os lados", quando nascia uma percepção de que se retirava a culpa dos guerrilheiros e grupos esquerdistas pelos seus crimes de subversão diante do regime, mas na verdade estava beneficiando apenas torturadores.

Ponto fundamental no questionamento dos grupos sociais e políticos sobre a revisão da Lei de Anistia é que grande parte dos perseguidos políticos não estão vivos para receber esse

benefício, pois uma boa parte já havia sido presa, torturado e morto durante os anos da ditadura, esse benefício da Lei de Anistia para a oposição não passava apenas de uma desculpa que buscou beneficiar apenas os grupos dos militares golpistas.

Indo além de compreender o ressentimento e a mágoa desses personagens, é necessário se atentar para o detalhe que os mesmos vivem e socializam sobre um regime democrático de direito, que torna legítimos as inquietações sobre um passado não resolvido.

A dificuldade é redobrada quando se trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais (ANSART, 2004, p. 29).

Essas inquietações têm uma legitimidade tanto histórica e social, necessitando de um olhar atento e cuidadoso para essas vítimas. Tanto o Estado, quanto a sociedade brasileira, necessitam assumir um compromisso diante da memória dessas vítimas, demonstrando que o significado de Estado de Direito é a reparação sobre toda e qualquer violência que tenha infligido a qualquer cidadão, sejam fatos ocorridos durante um regime ditatorial ou durante a democracia.

1.13 Os filhos de alguém: a importância de humanizar os perseguidos políticos

No início deste capítulo, fizemos breve apresentação dos militares dissidentes, com base no que acessamos pelos depoimentos para a Comissão Nacional da Verdade. Esse subcapítulo tem o objetivo de abordar a origem do grupo, destacando algumas perguntas iniciais importantes para sustentar nossa argumentação: De onde eles vieram? Quem são seus familiares? Quais foram suas caminhadas anteriores e qual a importância delas durante a ditadura?

Carlos Eduardo Pinheiro, faz uma abordagem interessante da percepção de “famílias políticas e ideológicas”, referindo-se que não existe apenas uma tendência de família para os militares políticos. A família, portanto, passava a ser muito mais os companheiros, o grupo de camaradas do partido ao qual se vincularam ideologicamente do que as mães, pais e irmãos biológicos:

Retornamos assim, às questões que orbitam a memória, principalmente aos fatos de sua organização pelos diversos grupos. Quando se observa a resistência durante o regime militar, não tivemos homogeneidade e sua diversidade é uma dificuldade a mais a ser considerada quando se pretende organizar a sua memória, pois no período ditatorial tínhamos várias as ‘famílias políticas e ideológicas’. (PINHEIRO et al., 2015, p.85).

Feita essa constatação, o fato não implica em que as origens familiares, o núcleo familiar ancestral, não tenha exercido influência na opção política e profissional. Pelo contrário, quase em todo momento os depoentes deixam registrado que a família biológica teve fator crucial para a tomada de decisão no que se refere à participar ativamente da oposição à ditadura militar.

Dos onze depoentes, seis acabaram, por diversas vezes, destacando a importância da sua família na escolha de ingressar nas Forças Armadas ou nos partidos de esquerda, muitos deles utilizam até a moral familiar para se valer da importância de lutar contra os crimes cometidos durante a ditadura. Assim, é importante ampliar o conceito de família que esses militares acabam desenvolvendo ao longo da sua trajetória, tanto como a concepção de “amigos” ou “companheiros de luta”.

Kardec Lemme um de nossos depoentes, rememora uma infância de um garoto de 10 anos, filho de imigrantes italianos, onde seu pai, barbeiro, e sua mãe, cozinheira considerada como uma mulher católica, tem como base os princípios éticos e morais estabelecidos pela Igreja Católica, como por exemplo, o conceito de honestidade. Segundo Kardec Lemme,

Nessa época eu tinha mais ou menos já (sic), uns 10 anos, estava garotinho, que eu estou descrevendo agora. Então, essa família vem para a capital do subúrbio, que era o Meyer, o meu pai, que já sabia, de profissão de barbeiro na Itália, minha mãe que era uma exímia cozinheira portuguesa e a vida começa a existir com um barbeiro e uma (sic), a mulher Maria, que era um mulher lutadora, não tinha nada na cabeça, político, tudo aquilo que ela tinha na cabeça era visão católica, mas, de uma mulher honesta, contra toda, contra toda sacanagem que pudesse passar de longe, aquele moralismo típico.⁶¹

A afetividade da família, principalmente a lembrança da mãe como “honesto” e “lutadora” dispõem da importância em compreender que muitos desses depoentes colocam nas referências à família o principal motivo que os levaram a se insubordinar contra a ditadura militar.

⁶¹ LEMME, Kardec. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Observamos que essa influência afeta outros depoentes, que é o caso de Darcy Rodrigues, que trouxe o exemplo do pai, ferroviário e sindicalista ativo, conforme ele vai descrevendo abaixo:

Em realidade a minha participação política [é] anterior ao Exército. Eu fui secretário-geral da associação Três Lagoense de secundaristas no ano de 58, 58-59 (sic). Além disso, eu venho de uma família de imigrantes espanhóis que tinham uma prática política muito intensa, e meu avô inclusive foi hóspede do presídio Maria Zélia em 35. E eu tive a felicidade de pegar um livro de uma escritora de Sorocaba e ela coloca a relação dos presos do Maria Zélia, e Agostinho Rodrigues é o primeiro, é o número um.

Continua descrevendo,

Então nós tivemos oportunidade de, logo no começo da nossa vida, vermos o meu pai envolvido numa greve de ferroviários, estudei numa escola municipal que tinha sido um sindicato antes de ser desapropriado pelo município. E todos esses termos, todos esses vocábulos viraram conceitos nos questionamentos que eu fazia com meu pai, com meu avô. Aí, em 1960, mais precisamente no dia 20 de junho, ingresso no Exército, com uma visão de que o Exército era uma instituição, que em princípio, servia para a defesa dos interesses do povo brasileiro.⁶²

Darcy Rodrigues, traz da base familiar as referências da formação sindical e respectivas formas de luta, de uma forma idealizada. Tanto que, ao ingressar no Exército, menciona a questão de “servir aos princípios do país”, com a mesma intensidade que observava no núcleo familiar quando era criança, com mais ênfase do que a própria motivação pela carreira institucional propriamente dita.

Aloísio Cerqueira Lima, foi aluno do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, filho de empregada doméstica, descreve em seu depoimento que mantinha um grande apreço pelos patrões da mãe, pois considerava que lhe proporcionaram oportunidades que acabaram influenciando, de certa maneira, na forma como Aloísio realizaria seus enfrentamentos enquanto militar:

⁶² RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013

Então, eu vou começar pela minha vida. Meu nome é Aloísio Cerqueira Lima. Desde que iniciei na atividade de saber para sobreviver, fui aluno do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, não foi por acaso. Minha mãe era empregada doméstica devido a ser uma mestra no ofício de cuidar de uma cozinha, limpar apartamento, cuidar das dependências de lar de luxo e ser admirada por outros patrões. O termo é esse, por outros patrões. E aconteceu, esse outro patrão, era da família de famosos editores do Brasil, chamado José Ourive. Devido a eles estudei no melhor colégio da época indicado pelos patrões, que não eram patrões da minha mãe, eram pessoas santificadas de Deus, contando pelo que já passei por várias situações inusitadas, por intermédio de um santo chamado dom Helder Câmara, onde aprendi como ser líder, não envolvendo a vaidade.⁶³

Por sua vez, Vicente Sylvestre relata um pouco sobre o seu local de infância e como ele constitui uma inspiração, visto que era um bairro operário. Com a legalização Partido Comunista Brasileiro⁶⁴, os moradores do bairro realizaram uma grande festa, o que de certa forma demonstra como a articulação política dentro da comunidade exerceu influência para o posterior engajamento profissional e partidário do depoente. Referindo-se às suas origens, ele vai deixando isso cada vez mais evidente conforme segue:

Gostaria até de fazer uma retrospectiva mostrando o seguinte: eu, quando terminou a Segundo Guerra Mundial, eu tinha 16 anos, ou 15, e logo em seguida (sic), eu morava em um bairro operário, o meu pai era operário e, logo em seguida, é legalizado o Partido Comunista. E foi uma festa muito grande no bairro porque trabalhadores, operários que a gente conhecia, chefes de família, homens exemplares e se revelam, então, integrantes do Partido. Aquilo foi um entusiasmo muito grande, a gente vinha falar (ininteligível), queria saber tudo sobre o partido. Então, eu me entusiasmo e... Mas não me envolvo com nenhuma organização, fiquei só na Recebendo notícias, tal, mas sem participação na vida do Partido. Aí vem a luta pelo petróleo, que entusiasma muito mais, então essa luta, a gente procurou se engajar da melhor forma possível. Aí eu completo 18 anos de idade e ingresso na Guarda Civil de São Paulo⁶⁵

Por fim, vale destacar o depoimento de Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que demonstra que grande parte do posicionamento vinha da vivência no núcleo familiar. Seu padrasto, a quem considerava como pai, era membro do Partido Comunista Brasileiro e também era oficial do Exército e o tio, irmão do padrasto, também era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Nitidamente, a influência das aspirações comunistas garantia seu posicionamento contrário à ditadura militar. Conforme relata:

⁶³ LIMA, Aloísio Cerqueira. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

⁶⁴ Para mais esclarecimentos sobre o PCB, ver: ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929)**: Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

⁶⁵ SYLVESTRE, Vicente. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Minha mãe tinha se casado duas vezes, mamãe era uma moça muito bonita casou a primeira vez em 34, eu acho. E eu nasci em 35. E depois em 38, 39 minha mãe ficou viúva e casou em 40 e poucos. E esse meu pai era comunista que era oficial do exército. O irmão dele era comunista. Tinha dois irmãos. Um tinha sido sargento do exército e lutou participou de 35. Aí o pai dele que era coronel tirou ele fora pra não ser preso. O outro irmão do meu pai o Neco teve na escola militar, caiu naquilo que eles chamavam de carro de fogo, era uma série de provas antes de você ficar (sic) chamavam o carro de fogo. O Eduardo que era o mais moço ficou no exército.

Continua no depoimento,

Meu pai ficou no exército. Mas não gostava. Ele dizia “Esse exército serve as ditaduras e eu não saí oficial pra isso” pra servir nesse exército. Não gostava. Os irmãos tinham três irmãos antes, dele já tinham saído por essas consequências. Ele então, o pai estava morrendo e ele acabou ficando. A mesma coisa aconteceu com esse que eu gostava muito. O Eduardo que também depois o pai se recuperou e ficou (...)⁶⁶

Inferimos que esse círculo familiar tenha aproximado Ferreira tanto das Forças Armadas quanto da esquerda. Não seria descabido aventar que a insatisfação do padrasto em relação ao apoio do Exército à ditadura, tenha somado para a posição dissidente de Amadeu que foi base na construção da ética do entrevistado.

Analisando as falas dos depoentes em relação ao histórico familiar, observa-se o quanto esse teve seu peso nas decisões tomadas ao longo da trajetória desses militares ao menos de quatro desses onze desses militares. Apesar de observar que o restante dos militares abordados nesta pesquisa aprofundarem detalhes da relação familiar, nos que relataram podemos constatar os impactos que as relações familiares podem provocar, inclusive na definição ideológica desses sujeitos.

Por fim, cabe destacar que a família não é uma regra de análise para entender o perfil desses militares, mas tornou-se necessário trazer para o debate a importância de humanizar o perseguido político, desvinculando daquela imagem de um militar que mantém uma história apenas durante seu período de militância política, desconsiderando a importância de entender sua trajetória anterior e suas influências.

1.14 A vinculação partidária dos militares dissidentes

Quatro dos perseguidos abordados nesta pesquisa, estava vinculada a partidos de esquerda ou tinha um posicionamento dentro do campo partidário, notadamente o PCB. Após

⁶⁶ FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

o Ato Institucional n. 2, que instituiu o bipartidarismo em 1966, passaram a abrigar-se no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), grande guarda-chuva que abrigava a esquerda.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade instalada pelo governo de São Paulo, no capítulo *Histórico da participação política militar*, faz uma abordagem sobre a percepção de qual o papel político e institucional das Forças Armadas pós independência:

Desde a independência do Brasil, fato, aliás, que contou com participação ativa militar, as Forças Armadas tiveram como tarefa, além da manutenção territorial, a garantia do exercício de uma autoridade central, garantindo a unidade nacional e, portanto, combatendo qualquer mobilização interna que colocasse em risco a centralidade e manutenção do poder (CNV-SP, 2014, p.1).

Qualquer mobilização interna das Forças Armadas, seja uma articulação de pensamento dos militares de baixa patente, seja um questionamento das decisões do alto escalão, essas movimentações acabam colocando em xeque essa centralidade que garante um apoio massivo em qualquer tomada de decisão. O relatório ainda aborda que, até 1930 existe uma mudança drástica no papel exercido pelo Exército, principalmente focalizado no interesse das necessidades da elite local:

De uma forma geral, até pelo menos a revolução de 1930, há uma alteração na importância e nos papéis exercidos pelo Exército conforme os interesses das elites, que buscavam medidas de combater qualquer pensamento progressista que florescesse no interior das Forças Armadas. O sucateamento, especialmente do Exército, mas também em determinados momentos da Marinha, e o fortalecimento da Guarda Nacional, era utilizado de forma estratégica com o fim de garantir os interesses da elite latifundiária (CNV – SP, 2014, p.2).

Ações como estas, de interferências acabam de certa forma constituindo a necessidade de mobilização interna dentro das próprias forças, conforme o relatório vai demonstrando:

As condições e dificuldades estruturais das Forças Armadas, assim como o desenvolvimento político do país como um todo, influenciaram nas vertentes políticas que se apresentaram em suas fileiras, conformando adeptos nacionalistas e mesmo progressistas e, por outro lado, expoentes de profundo reacionarismo. (CNV-SP, 2014, p.2).

As expressões com múltiplas divergências sempre existiram dentro das Forças Armadas, pode-se destacar conforme afirma Maud (2011) que essa narrativa de “Forças Armadas Unidas”, nasce logo após o golpe, onde mascarava as tensões internas sobre qual linha seguir na condução da ditadura conforme ela aborda:

No entanto, apenas algumas semanas após o golpe de Estado, o discurso recorrente dos homens no poder sobre as “Forças Armadas unidas e coesas” dissimulava a emergência de tensões internas. O governo Castelo Branco foi imediatamente criticado por oficiais que exigiam uma intensificação das medidas punitivas e a utilização cada vez mais avançada de instrumentos de exceção. Destas contestações, públicas e reiteradas, nasce a ideia de um grupo radical e turbulento, a “linha dura”. (MAUD, 2011, p.2).

Maud (2011) apresenta como a disputa dentro das Forças Armadas por uma linha mais dura e principalmente pela necessidade de se caracterizar enquanto mais autoritários e demonstrar quem realmente está a favor do golpe contra aqueles que devem seguir uma linha mais “moderada”, demonstra que sim, dentro das Forças Armadas sempre existiu divergências, porém, o que acabava ligando esses grupos mais reacionários e conservadores era a DNS no qual legitimava o Terrorismo de Estado:

Originalmente, a “linha dura” era, portanto, apenas uma maneira de expressar certa oposição ao governo de Castelo Branco. Sua transformação em facção é, para os protagonistas, uma ferramenta de luta política. Para o poder, ela delimita as fronteiras de um adversário; para os contestadores, ela constrói a imagem de uma força organizada da qual cada oficial pode reivindicar o monopólio ou a direção. A oposição dos duros contra os moderados embrenhou-se profundamente no imaginário e na memória dos militares, mesmo que as características dos dois grupos variem em função de seus locutores. Duros imponderados, fanáticos, autoritários ousados e tendendo à violência política, ou “revolucionários autênticos”; moderados legalistas, democratas e preparados para o poder de Estado, ou frouxos e traidores da causa. (MAUD, 2011, p.2).

Essas divergências demonstram que sempre existiu disputa política dentro das Forças Armadas, seja ela na disputa de poder dentro da ala mais conservadora e reacionária ou mesmo aqueles que se consideravam de esquerda ou com proximidades de ideias nesse espectro político.

O movimento político de militares mais à esquerda ou mesmo aqueles que mantinham uma participação no campo nacionalista ou progressista foi, ao longo do tempo confrontado com alas reacionárias, conservadoras, que ganhou folego e foi consolidada em 1964 com o golpe e a ditadura que se estabeleceu, conforme Augusto Buonicore relata:

O impacto do golpe militar e os anos de arbítrio que se seguiram apagaram da memória social o fato de que existiram, no seio das Forças Armadas, setores progressistas que fizeram suas às causas nacionais, democráticas e populares. Ou seja, esqueceram que, durante mais de um século, existiu uma ativa - e prestigiada - “esquerda militar” no Brasil (BUONICORE, p.65, 2010).

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, até o ano de 1964, existia um bom número de militares ativos em partidos de esquerda que atuavam na legenda do PCB e outra parte vinculados a UDN, quando se tratava do grupo conservador.

Os militares foram uma presença constante no processo político brasileiro em todas as eleições presidenciais até 1964. Na Constituinte de 1945, dezenas de oficiais e praças concorreram a cargos legislativos nas várias esferas parlamentares, por diferentes partidos políticos. Entre os militares que futuramente comporiam o grupo dos militares perseguidos constata-se maioria significativa concorrendo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, mais restritamente, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Por terem posição política e ideológica diversa, muitos militares vincularam-se a uma agremiação conservadora, como a União Democrática Nacional (UDN). (CNV, 2014, p.13).

Os militares brasileiros estiveram em grande parte na articulação da política nacional brasileira, prevalecendo a memória de que só havia o grupo conservador:

a existência de uma esquerda militar parecerá duvidosa a todos aqueles que, tendo presentes ao espírito os últimos quarenta anos de nossa história política, se esqueceram de que a atmosfera de anticomunismo obsessivo, a mentalidade anti-sindical, a concepção policialesca da “ordem interna” e outros sintomas característicos da mentalidade reacionária da corporação militar brasileira, não constituem uma fatalidade inexorável, mas o resultado (contingente, como o é qualquer “evento” histórico) da grande derrota sofrida pelas forças democráticas anti-imperialistas em nosso país em 1964. (MORAES, 2005. p.33).

O que de certa forma leva a debater sobre a participação dos militares abordados neste trabalho. Ponto importante é que grande parte desses depoentes mantinham vinculação partidária antes de entrar nas Forças Armadas, como é o caso de Kardec Lemme, que mesmo dentro do Colégio Militar mantinha ligações com o movimento de estudantes secundaristas, naquele momento vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE):

e quando é que o senhor vai ter o contato mesmo com o Partido Comunista? Kardec Lemme – Dentro do Colégio Militar, o Colégio Militar, naquele tempo, tinha uns cinco anos, eu, quando chego no terceiro ano, com essa, no estilo (sic), eu estudava, passava em todas as matérias por média, como era naquele tempo, comecei a aproximar, me aproximei do autor da lei 2004, que fez a Petrobrás, que era, também, colega, meu.⁶⁷

Marcelo Auler – Eusébio Rocha⁶⁸.

⁶⁷ LEMME, Kardec. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

⁶⁸ Eusébio Martins da Rocha Filho foi um político brasileiro. Exerceu o mandato de deputado federal constituinte por São Paulo em 1946.

Com influência do movimento secundarista⁶⁹ Kardec Lemme se aproxima dos movimentos de esquerda, o que garante uma participação ativa na sua formação política.

Algo importante em destacar é que que grande parte do movimento estudantil, seja dos estudantes do ensino ginasial⁷⁰, ou de nível superior, mantinha uma certa aproximação com os partidos esquerdistas pois algumas pautas tinham similaridades, tais como reivindicação de uma melhor educação, saúde e moradia. Kardec explica em sua concepção de comunismo que vai sendo formada durante período no ginasial:

Havia uma célula da qual eu pertencia, o Camarão era outro companheiro que pertencia também e recebíamos instruções de fora, eu recebia documentos, lia tudo, porque nessa altura, o que eu tinha na cabeça sobre comunismo era uma coisa muito mais completa do que eu tinha ao iniciar essa atividade que era mais por ouvir dizer, porque via o Pascoal, Antônio Lemme Júnior, ligados ao partido, falavam coisas e eu ia me inteirando, já era sem ser, porque eu ainda não tinha, profundamente, consciência do que se tratava, nessa época eu já fui me esclarecendo, fui me movimentando⁷¹.

Kardec Lemme foi um dos jovens que tiveram sua formação política construída na base do movimento estudantil, porém sua aproximação ao PCB, vai se dar mais tarde, conforme pergunta Paulo Ribeiro da Cunha: O senhor teve contato com o Partido Comunista nessa época, no Colégio Militar? Kardec Lemme – Tive, mas, não nesta época, esse é o colégio inicial. O que inferimos que possibilitou uma maior aproximação com novos quadros ainda na juventude que estivessem dispostos em debater os problemas sociais e se aprovados pelo partido pudessem ingressar e militar nas organizações.

o senhor não doutrinou ninguém? O senhor não doutrinou nenhum deles? Kardec Lemme – Não, doutrinava todos eles, mas, em geral. Marcelo Auler – Conquistava para o partido? Kardec Lemme – Conquistava.

Continua descrevendo

Coronel, mas, o senhor se constituiu numa célula e teve aquele manifesto: A FEB símbolo da união nacional e teve vários signatários que eram, como é que foi isso, que eram do partido, era uma célula, o que era aquilo?⁷²

⁶⁹ Outro importante movimento foi a recriação, desde 1977, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), ato consolidado em 1981 na cidade de Curitiba. Essa entidade havia sido fundada em 1948 e atuava em colaboração com a UNE. No início da década de 1960, passaram a integrar a Frente de Mobilização Popular que envolvia outros importantes movimentos sociais brasileiros da época (BITTAR; BITTAR, 2014, p.159).

⁷⁰ O ginásio corresponde ao atual ensino médio.

⁷¹ LEMME, Kardec. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

⁷² LEMME, Kardec. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

O oficial Kardec, da atuação política dentro do movimento estudantil, iria compor o importante manifesto da FEB chamado “A FEB — Símbolo Vivo da União Nacional⁷³” que iria de certa forma marcar esses militares enquanto participantes progressistas e nacionalistas como até mesmo comunistas. Em torno do debate do Manifestado da FEB, podemos destacar a sua importância conforme é apontado por Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 141) onde sua assinatura teve grande influência na queda do Estado Novo, quanto na mobilização dos militares que se colocaram contra o golpe de 1964.

mas é necessário pontuar que nos campos de batalha italianos foi elaborado um manifesto político, FEB: símbolo de união nacional, assinado por centenas de oficiais, a maioria tenentes e capitães. Contemporaneamente, é um documento bem pouco conhecido, e que teve um papel importante na queda do Estado Novo. Entre aqueles que o subscreveram, havia dezenas de militares nacionalistas e de esquerda que atuavam pela legalidade democrática no período posterior a 1946 até 1964, e também depois do golpe civil-militar de 1964 (CUNHA, 2014, p. 141).

Para Maud Chirio (2011), boa parte dos militares que se manifestaram publicamente contra as práticas de perseguição aplicadas por Castelo Branco e Costa e Silva eram oficiais participantes da FEB, combativos ao fascismo europeu e articulados intelectualmente, conforme descreve:

Mas os coronéis contestadores dos anos 1964-1969, que não são todos encarregados de IPMs, têm um perfil profissional idêntico, sob vários aspectos, ao dos generais castelistas que eles criticam com veemência e dos quais são vinte anos mais novos. Quase todos são membros da arma de artilharia; muitos foram integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combateram os fascismos europeus ao lado do Exército americano; são geralmente alunos brilhantes de escolas militares e antigos estagiários da Escola Superior de Guerra – alguns são membros do corpo permanente da Escola; e quase todos estudaram nos Estados Unidos. (CHIRIO, 2011, p.5).

Kardec Lemme, foi um caso dentre tantos outros militares que conheciam muito bem a estrutura das Forças Armadas. Antes de realizar seu ingresso, manteve contato com outros oficiais que estavam dispostos a ajudar a formar novos quadros dentro do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, o que possibilitou uma maior organização desses militantes de esquerda, vinculados ao PCB, garantindo assim uma atuação diferenciada em cada estágio, de forma estratégica.

⁷³ DA CUNHA, Paulo Ribeiro. **Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2014.

Eu conhecia, por exemplo, bem, os elementos que eu defendia lá, da Marinha e da Aeronáutica, da Aeronáutica, todos pelo Fortunato⁷⁴, que era uma pessoa cujo pai havia sido do Exército, mas, ele sempre teve uma atitude firme e era o meu guia dentro da Aeronáutica, então, isso foi, da Marinha, a mesma coisa, o Comandante Godoy⁷⁵, que era minha ligação lá, ele me punha à vontade dentro da Marinha, porque todas as nossas ligações das outras armas, elas vinham sempre de alguém que tinha prestígio e que era ouvido com respeito por essas organizações. Então, na prática, essa divisão em forças separadas, para nós, desapareceram, porque na organização que nós participávamos, nós sempre tínhamos um elemento de cada força presentes, respondia pelas artes e nós sentíamos o papel da organização, um elemento de lá, que era nosso amigo do peito e confiante político e que nós, ao fazermos a reunião, reunidos, se tivesse reunião, sempre presente, da Marinha, Fortunato, da Aeronáutica e da Marinha, o Godoy, são caras que hoje, Godoy está morto, a ligação passou até para a mulher dele, de Brasília, que assumiu todas as responsabilidades dele, é a pessoa com quem eu tenho ligação até hoje e, da Aeronáutica, pelo filho do Godoy, continua sendo a pessoa de contato das coisas possíveis⁷⁶

O ingresso no Partido Comunista Brasileiro durante a ditadura não passava apenas pelo desejo individual, mas também pela formação rigorosa do militante e principalmente a comprovação constante de que estava realmente apto em realizar as atividades para o partido. Além da formação política-ideológica desenvolvida, eles também deveriam estar alinhando ideologicamente com os preceitos do partido.

O depoente Jose de Menezes, abaixo vai afirmar em seu depoimento como as desconfianças ao ingressantes se mantinha até ter total confiança de que o militante estava alinhado.

⁷⁴ Não conseguimos identificar quem era Fortunato.

⁷⁵ Não conseguimos identificar quem era o comandante Godoy.

⁷⁶ LEMME, Kardec. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

eu gostaria de dizer que seria membro estruturado do Partidão, do Partido Comunista, mas nós tivemos algumas coisas meio estranhas, que a gente não entendia bem. O pessoal às vezes não confiava muito na gente, porque nós éramos um pouco liberais, eles queriam... Nós éramos meio livres na coisa. Então esta razão foi que nos dificultou ter acesso à cúpula do Partidão, mas sempre ligados com os companheiros. Por exemplo: a minha mulher tinha parente que era ligado ao Prestes⁷⁷, na minha casa eu dei refúgio a uns três parentes dela, que foram capturados junto com o Gregório Bezerra⁷⁸. Vieram para São Paulo fazer tratamento, arrebentaram, foram arrastados pelas ruas com jipes, etc., dois deles ficaram na minha casa uns seis meses, se trataram e voltaram para o Nordeste. Por exemplo: Viana Arcoverde⁷⁹ que é tio da minha mulher, Júlia Arcoverde casada com um membro ligado ao (...) Um rapaz ligado ao marido dela é ligado ao João Rodrigo⁸⁰, um grande líder do Partido Comunista Brasileiro. Esse pessoal ficou na minha casa, não ficaram na casa da sogra, mas ficaram na minha casa, e eu assumi o risco e nunca me arrependi disso aí⁸¹.

Em seu depoimento inicialmente é demonstrado que existe uma desconfiança sobre a afinidade de Menezes com a ideologia do PCB. Porém, na prática, ele comprava o que era digno de confiança, ao abrigar os companheiros perseguidos.

O caso de Eduardo Chuahy que era capitão de ordens quando João Goulart assumiu a presidência, em 1961, foi de vinculação ao PTB. Esse cargo de destaque e o fato, principalmente, de ser brizolista, definiu sua perseguição e posterior cassação, quando do golpe de 1964. Eduardo Chuahy⁸² descreve sua proximidade com outro petebista de grande envergadura, Darcy Ribeiro:

E era muito meu amigo. Então o Brizola chegou, era continuação do Jango. E eu entrei no partido, eu organizei, trouxe gente. Os meninos vieram muito por minha causa, amigos e tal. E precisava de gente candidata, e eu falei, eu não vou ser candidato. Aí o Darcy falou, vai ser sim, eu vou falar com o Prestes. Aí falou com o Sodré⁸³ que era meu amigo também, falou para o Prestes. Aí o Prestes me apoiou. Não que eu fosse da turma do Prestes, mas o Prestes me apoiou. Eu fui eleito com 45 mil votos, naquela época.⁸⁴

⁷⁷ Luís Carlos Prestes foi comandante de uma famosa marcha pelo Brasil, mais conhecida como Coluna Prestes, e líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos, foi uma das figuras da América Latina mais perseguidas do século XX.

⁷⁸ Gregório Lourenço Bezerra, se destacou por ser dirigente comunista brasileiro (PCB), participou dos Levantes da ANL, sendo deputado constituinte de 1946 e opositor do golpe de 1964 e da ditadura militar. Acabou organizando e liderando o levante militar promovido pela Aliança Nacional Libertadora, mais conhecido como a "Intentona Comunista". Acabou sendo condenado a 28 anos de prisão, primeiro para Fernando de Noronha e, depois para o Rio de Janeiro, no Presídio Frei Caneca, onde dividiu cela com o ex-comandante da Coluna Prestes e secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes.

⁷⁹ Não conseguimos identificar quem era

⁸⁰ Não conseguimos identificar quem era

⁸¹ CABRAL, José de Menezes. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

⁸² Eduardo Chuahy acabou sendo dirigente do PDT (Partido Democrático Trabalhista), fundado em 1979. O qual foi acompanhando o nascimento.

⁸³ Nelson Werneck Sodré, foi um autor marxista, publicou 56 livros, era um militar com bases nacionalistas, teve uma vida particularmente voltada ao desenvolvimento de teorias e debates sobre o comunismo no Brasil

⁸⁴ CHUAHY, Eduardo. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Aqui é necessário realizar um pequeno destaque sobre a vinculação desses militares a partidos de esquerda, pois nem todos os envolvidos com a política partidária eram comunistas. Muitos poderiam ser considerados de esquerda nacionalista ou vinculados com a luta armada ou mesmo os resistentes ao golpe de 1964:

Noutros casos, a exemplo de Carlos Lamarca, essa presença à esquerda foi mais ostensiva na luta armada que na luta política, bem como aqueles militares que resistiram aos expurgos de 64; sem mencionar os muitos subalternos das Forças Armadas que participaram da luta de resistência à ditadura nas muitas organizações de esquerda surgidas com este objetivo, em muitas delas, hegemônicas na condução⁸⁵.

Quatro dos militares dissidentes abordados aqui estavam vinculados a partidos de esquerda, sendo apenas quatro dos abordados nesta pesquisa, porém, cinco deles não explicito em seus depoimentos se mantinha ou não efetividade dentro dos partidos de esquerda, mas a pluralidade de pensamento demonstra que existe uma grande proximidade com os pensamentos trabalhistas e nacionalistas. Carlos Lamarca⁸⁶ foi o caso mais notável de militar com envolvimento na luta armada. Embora grande parte dos perseguidos dentro das Forças Armadas tivessem algum vínculo, mesmo que seja de pouca aproximação com algum partido político de esquerda ou comunista, nem todos deles realmente tinha uma justificativa baseada nessa primícia, é apontado por Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 146) que até mesmo pequenas ações, tais como encontros literários poderiam ser considerados perigosos e ativamente combatidos, sem qualquer direito de defesa sobre as acusações, conforme ele vai descrever as violências cometidas em torno de um grupo de oficiais da Academia da Força Aérea que se reuniam para realizar um debate literário.

Em setembro de 1968, antes da decretação do AI-5, alguns cadetes aviadores da FAB, com paixão pela leitura e o cinema, organizaram ingenuamente um círculo de leitura e debates na Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, à época em transição para a Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga. O local dessas atividades era o cinema da unidade e as reuniões literárias de conhecimento dos colegas. Os livros e filmes eram adquiridos ou alugados no mercado. Do grupo de cadetes investigados, três deles de uma mesma turma foram sumariamente desligados da FAB sob a acusação de inaptidão para o oficialato, e absorvido um quarto cadete do último ano, que seguiu carreira com restrições até deixar o serviço ativo. (CUNHA, 2014, p. 146).

⁸⁵ DA CUNHA, Paulo Ribeiro. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. **Revista militares e política**, Rio de Janeiro, n° 1, p.30, 2008.

⁸⁶ ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários. **Acervo**, v. 21, n. 2, p. 105-122, 2011.

Mais adiante Paulo Ribeiro (2014, p. 146) da Cunha afirma que com abertura de alguns documentos em relação ao caso mencionado acima, fica utilizado como base da acusação que o real motivo da perseguição era a suspeita de que o grupo literário estava se encontrando para leitura e debate de teses marxistas.

Anistiados em 2005, devido à localização de um documento reservado do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), seu conteúdo expôs a real motivação política que norteou o desligamento, pois no documento lia-se que o Círculo do Livro seria “uma espécie de grupo de estudos de teses marxistas, para cujas hostes tentaram aliciar os cadetes”. (CUNHA, 2014, p. 146).

Ao terminar este capítulo fica evidente uma participação ativa de militares no debate político dentro das Forças Armadas, tanto a esquerda quanto a direita, conforme atesta a CNV:

Pela história do desenvolvimento das Forças Armadas fica evidente que sempre houve, dentro das corporações, militares comprometidos com o avanço político interno e da sociedade. Este envolvimento, evidentemente, não foi homogêneo. Foram várias as nuances de engajamento político e de posicionamento defendida por militares nacionalistas, desde a esquerda, até posições moderadas. Fundamental, também, é demonstrar que estes sofreram perseguições, prisões, torturas e, até mesmo assassinatos pelas ideias que defendiam e pelo suposto risco que representavam à instituição e à sociedade, como os demais militantes políticos da época. (CNV-SP, 2014, p.5).

Em diferentes nuances, comunistas, nacionalistas ou moderados, os militares dissidentes tiveram carreiras interrompidas. No próximo capítulo, analisaremos a repressão que se abateu sobre esse grupo.

2. “PEDAGOGIA DO MEDO” COMO PRÁTICA DE TERRORISMO DE ESTADO

Este capítulo nasceu com a pretensão de entender como a ditadura militar se utilizou do medo como forma de reeducar as massas brasileiras para assimilar e entender o novo modelo político que se seguiram a partir de 1964, utilizando a violência como instrumento principal para se estabelecer.

Vale aqui destacar a contribuição apresentada pelos pesquisadores Alessandro Batistella e Enrique Padrós (2019) na abertura do dossiê intitulado *Ditadura de Segurança Nacional no Cone Sul*, da Revista *História Debates e Tendências* acerca do estabelecimento de um conglomerado de golpes nos Estados da América do Sul, que buscou constituir um inimigo interno que necessitava ser combatido por ser subversivo

Nas décadas de 1960 e 1970, uma série de golpes de Estado nos países do Cone Sul deu início ao ciclo de ditaduras militares ou civis militares na região, atingindo países como Brasil, Uruguai, Chile e Argentina. Estas ditaduras se estruturaram a partir das diretrizes gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), das orientações de estratégia da teoria da contrainsurgência norte americana e da doutrina de guerra revolucionária francesa, instituindo, assim, a noção de “guerra interna”. Dessa forma, as Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul criaram o “inimigo interno” chamado genericamente de “subversivo” e adotaram amplamente uma política repressiva baseada no Terrorismo de Estado, que ultrapassou os limites da “repressão legal”, permitida pelo arcabouço jurídico constitucional, utilizando “métodos não convencionais” tais como o sequestro, a detenção ilegal, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores e seus cadáveres para aniquilar a oposição política e o protesto social, fossem estes armados ou não. (BATISTELLA; PADRÓS, 2019, p. 358).

A violência, que desde os primeiros momentos, constituiu parte intrínseca da ditadura militar, teve como aparato ideológico a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), como abordado por Enrique Padrós (2013):

O golpe de 1964, no Brasil, abriu a etapa dos regimes apoiados na Doutrina de Segurança Nacional, antecipando o que em pouco menos de dez anos seria um oceano de ditaduras espalhadas pelo Cone Sul, interconectadas como uma teia de aranha diante de suas necessidades de controle sobre a oposição derrotada, dentro e fora do país. A violência estatal foi uma constante. Para atingir os comportamentos mais cotidianos de convivência, como forma de impor a sua ordem e normativa, essas ditaduras implementaram um plano sistemático e bem-organizado de violação política, física, psicológica, massiva e sistemática dos direitos humanos. Assim, desencadearam ações repressivas inéditas e seu maior refinamento foi a aplicação da metodologia da sequência sequestro-detenção ilegal-tortura execução-desaparecimento, com os efeitos invariáveis de responsabilidades não assumidas, imposição de impunidade para os executores e geração de uma cultura do medo no interior da sociedade. (PADRÓS, 2013, p.6).

As violências ocorridas com base na política de Terrorismo de Estado não se aplicavam apenas aos inimigos da ditadura, mas atingiam diretamente toda sociedade civil ou qualquer membro do corpo do próprio Estado. Além de garantir que existiria uma linha coesa dentro das Forças Armadas, Enrique Padrós comenta que essa política envolvia uma possibilidade de corrigir internamente o comportamento de subversão dentro das corporações. No caso das ditaduras latino-americanas, o TDE foi o atalho repressivo que permitiu acelerar a superação dos seguintes desafios:

“

primeiro, a eliminação dos focos considerados mais ameaçadores, os “inimigos internos” associados com a “sedição” ou a “subversão”; segundo o enquadramento geral da população, inclusive o setor considerado mais refratário, ao novo padrão de comportamento político desejado e à obediência às diretrizes dos setores que assumiram o controle do poder; terceiro, a moldagem das instituições a fim de obter, mediante cooptação, obediência voluntária e adesista” (PADRÓS, 2006, p. 14).

Observando a funcionalidade do TDE, podemos entender que ele pode ser enquadrado como forma de *educação*⁸⁷ para reprimir qualquer possibilidade de questionamento ao golpe de 1964, quanto as decisões políticas e econômicas tomadas pela ditadura depois de 64, assim, possibilitando uma forma de garantir que toda estrutura da sociedade vai aceitar qualquer tomada de decisão sem questionamento. Reeducação a sociedade através do medo passa a ser uma necessidade para a consolidação do poder; implementar uma pedagogia da submissão e do medo nos seguintes aspectos abordados por Eduardo Viola (2015), onde a educação deixa de ser aquele dispositivo técnico, onde o conhecimento é organizado para se tornar em um aparelho ideológico interrompendo a possibilidade de transformação dos sujeitos na sociedade, o autor cita ainda que:

através da implantação de uma pedagogia do medo, a educação deixa de ser somente um dispositivo técnico organizador de um sistema de conhecimentos que precisa ser repassado – e recriado - como herança aos mais jovens, transformando-se também, em um aparelho ideológico, um lugar que passa a impedir a construção de sujeitos sociais enquanto projeta a formação de atores da economia de mercado. Um modelo pedagógico que institui práticas intervencionistas que eliminam a possibilidade de o sistema de ensino produzir educandos capazes de se reconhecer como sujeitos de direitos, ou como é comum nos manuais da educação, se reconheçam como indivíduos aptos a exercer a cidadania. (VIOLA, 2015, p.85).

⁸⁷ Aqui compreende-se como papel importante, o uso da educação como aliada para manutenção do sistema de opressão, indica-se a leitura do livro “Pedagogia do Oprimido” e “Educação como Prática de Liberdade” de Paulo Freire. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

O TDE introduziu no cotidiano e no inconsciente um modelo pedagógico intervencionista, onde a violência era base para retirada da dignidade humana. O processo de reeducar a sociedade, possibilitou à ditadura uma forma de encontrar as falhas dentro da própria organização das Forças Armadas, garantindo uma forma de atacar, perseguir, prender e torturar militares que não estivessem alinhados às políticas da ditadura. Ainda para Eduardo Viola, o aprofundamento de uma pedagogia do medo a partir de 1964, configurou-se nas seguintes características; intervenção da política educacional, consolidação do medo como forma de ensino e exílio de todos aqueles que não concordasse com esse modelo de obediência civil:

“educação brasileira foi submetida a um rígido controle que desarticulou as iniciativas de educação popular, impôs intervenções nas Universidades e elaborou listas com cassações de educadores e de estudantes. Os primeiros, foram destinados ao exílio, aos segundos, a obediência. Para os demais, não cobertos pela instituição escolar, sobraram os enfrentamentos, as ruas e o calabouço com suas torturas e desaparecimentos”. (VIOLA, 2015, p.86).

A prática repressiva da DSN, foi explicitada por meio do chamado Terrorismo de Estado (TDE), por onde toda estrutura do Estado era utilizada para operar as ações de violações de direitos humanos. Essas violações estavam atravessadas pela sustentação do campo jurídico-político operada diretamente pela implementação dos Atos Institucionais.

Sustentar uma mudança no campo jurídico não garantia uma passividade da oposição sobre questionar o golpe e a ditadura, sendo que os militares necessitavam ir além do aspecto jurídico para garantir uma grande sustentabilidade da ditadura. Para consolidar o golpe e a ditadura, uma grande preocupação era como o governo anterior observava algumas questões de cunho sociais, no período anterior a 1964, o qual colocou em pauta a questão da igualdade social, o que poderia desestabilizar o arranjo de classes então vigente conforme Viola (2015):

O golpe de Estado de 1964 e a ditadura, que a ele se seguiu, imaginavam que as demandas por reconhecimento e de igualdade social que a sociedade brasileira vinha construindo a partir de um processo de autorreconhecimento, poderiam constituir uma consciência não ingênua que precisavam ter fim. (VIOLA, 2015, p. 81).

Os militares observaram que era necessário colocar fim nesse projeto de ampliação da cidadania, o que seria realizado por meio de ações articuladas, como explica Viola:

O primeiro impacto desta nova lógica pedagógica evidencia-se na comunicação e/ou no modo como as mídias assumem seu lugar de ferramentas poderosas no desenvolvimento de uma lógica social que desarticulou conhecimentos políticos, tácitos e explícitos, que atuavam no sentido do fortalecimento de uma cidadania para todos. (VIOLA, 2015, p.84)

A implementação de uma pedagogia do medo, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, teve como objetivo desmobilizar toda uma geração de indivíduos e impossibilitar o desenvolvimento da autonomia política:

Nesse sentido, através da implantação de uma pedagogia do medo, a educação deixa de ser somente um dispositivo técnico organizador de um sistema de conhecimentos que precisa ser repassado – e recriado - como herança aos mais jovens, transformando-se também, em um aparelho ideológico, um lugar que passa a impedir a construção de sujeitos sociais enquanto projeta a formação de atores da economia de mercado. Um modelo pedagógico que institui práticas intervencionistas que eliminam a possibilidade de o sistema de ensino produzir educandos capazes de se reconhecer como sujeitos de direitos, ou como é comum nos manuais da educação, se reconheçam como indivíduos aptos a exercer a cidadania. (VIOLA, 2015, p.885).

Agora, é importante destacar como essa prática do medo repercutia na perseguição aos militares dissidentes. As violações ocorriam de forma psicológica, física e emocional, contudo, cada violação decorre de maneira única e dentro de sua devida particularidade, principalmente nos espaços de vivência que a vítima estava. O depoimento de Darcy Rodrigues é revelador:

Como eu disse, o tratamento que eles nos deram, como diz uma gíria militar: “Não está no regulamento.” Então, nos estaquearam, me torturaram, me puseram no pau-de-arara e eu repetia, apanhava por isso, mas repetia a minha graduação e o meu nome. Minha graduação e meu nome. Aí o Erasmo Dias falou assim: “Não, deixa, Ele não quer falar, vamos torturar o Lavecchia para que ele fale.” Isso é a coisa mais terrível que pode existir, você ser responsável pela tortura de um companheiro.⁸⁸

O caso de Darcy é diferente do caso de Amadeu Felipe, porém o medo era algo próximo dos dois, seja pelo medo da morte ou pelo medo em sofrer possíveis violações que poderiam ser cometidas contra os familiares dos mesmos. Para Amadeu não existia segurança, mesmo estando em casa, foi perseguido dentro da própria residência, ficou sendo vigiado e acabou se entregando para evitar uma possível represália ao seu núcleo familiar:

⁸⁸ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Estava todo mal, sentei na cama pra tirar o sapato bateram na porta ela (esposa) foi atender tinha uma janelinha era um cara dizendo 2 sargentos conhecidos meus. Dizendo pra ela “Tira o Amadeu, Tira o Amadeu que nós precisamos do Amadeu que o levante vai ser agora” ela contou pra mim eu desconfeiei abri a janelinha e vi que eles estavam com um monte tinha tropa atrás tinha cento e poucos homens atrás eu resisti até de manhã até 06 horas da manhã porque eu fiquei com medo que fizessem barbaridade com a minha família aí de manhã já chamo “Chama o comandante” eu digo “Quem é? Como é teu nome?” minha mulher ficou tomando nota aqueles negócios todos. Eu digo “Olha, eu vou me entregar.”⁸⁹

As perseguições sofridas ao grupo família estava relacionada a forma de tortura e perseguição, o núcleo familiar sofria de todas as formas, conforme Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 147) destaca que a filha de um sargento da aeronáutica Mario Mota⁹⁰, não conseguiu realizar a matrícula de suas filhas em um colégio católico sobre a acusação de ter um pai comunista, sendo que a segunda filha teve sua condição de adotada retirada, que possibilitou a perda de outros direitos.

Revelações outras, algumas bem surpreendentes, surgiram de forma contundente em depoimentos e entrevistas recentes. Uma delas, é que a perseguição não se limitou aos militares, mas também às suas famílias. Sabia-se que suas esposas recebiam como viúvas de maridos vivos, mas há relatos de constrangimentos a seus filhos nas escolas, ameaças, expulsões e mesmo prisões. Casos graves e igualmente dramáticos vieram à tona, como o que aconteceu em 1965 com o sargento da Aeronáutica Mário Mota Rodrigues, atual coronel reformado e pai de duas filhas, uma delas adotiva. Em relato ao jornalista Emílio Sant’Anna Neto (2005), foi dito que a primeira filha foi proibida de realizar sua matrícula em um colégio católico na cidade de São Paulo pela acusação de ter um pai comunista. Sob a mesma alegação, sua segunda filha, então com 13 anos, teve retirada a condição de adotada. (CUNHA, 2014, p. 147).

A pedagogia do medo foi uma fórmula importante para a ditadura. Contudo, como se contorna o medo? Quais atitudes os militares dissidentes realizaram para enfrentá-la? Amadeu Ferreira, demonstra que qualquer possibilidade pode ser uma entrega para o medo.

eu fiquei com medo que fizessem barbaridade com a minha família aí de manhã já chamo “Chama o comandante” eu digo “Quem é? Como é teu nome?” minha mulher ficou tomando nota aqueles negócios todos. Eu digo “Olha, eu vou me entregar.” São 06 horas da manhã na rua estava cheia, lotada de gente e eu morava em Magalhães Bastos ali pertinho de Realengo. Estava fardado. Me entreguei. Ele “Passa a arma primeiro” eu passei primeiro o meu revólver passei as coisas. Não fui morto nesse dia por isso que eu disse a você ainda pouco que uma série de contingências me ajudaram. Porque eu tinha uma posição política junto com os argentos muito forte.⁹¹

⁸⁹ FERREIRA, Amadeu. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

⁹⁰ Conforme descrito na introdução os militares abordados nesta pesquisa, foram entrevistados pela CNV, o que impossibilita um maior aprofundamento sobre o militar citado para maior descrição de suas funções dentro das Forças Armadas.

⁹¹ FERREIRA, Amadeu. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

A ditadura brasileira foi pródiga em manter o regime sob normas constitucionais. Primeiro, mantendo a Constituição de 1946, e, após, substituindo-a pela de Carta de 1967, na qual houve incorporação dos vários Atos Institucionais (AIs), decretados desde 1964, os quais iam tornando o arbítrio legal. O de mais triste memória foi o Ato Institucional nº 5 (AI 5), decretado durante o governo de Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, o mais duro expediente de repressão, o qual marca o início de um período de fechamento ainda maior da ditadura e de máxima censura.

Dentro do campo político de oposição a ditadura militar brasileira, desde a sua consolidação existiu uma grande mobilização contrária ao golpe, que de certa forma cominou na construção de grandes manifestações e organização buscando como forma uma iniciativa de barrar o avanço da ditadura, conforme destaca Rodrigo Patto Sá Motta:

É certo que a oposição se fez presente desde o princípio da ditadura, porém, a intensidade da resistência ao poder autoritário aumentou entre 1967 e 1968, tendo como marcos principais o ativismo estudantil, a ação parlamentar, as greves operárias e o início da luta armada promovida pela esquerda radical. (MOTTA, 2018, p. 199).

Ainda para Motta (2018) essa efervescência construída através da oposição acabou subindo de forma abrupta pela esquerda radical o que acabou destacando na morte do estudante conforme ele descreve abaixo:

Mas em 1968 a temperatura política subiu a níveis bem mais graves, inclusive porque se intensificaram as ações terroristas, de esquerda e de direita. O ano começou com várias marchas estudantis, sendo que em uma delas foi assassinado o jovem Edson Luís (28 de março de 1968), que se tornou símbolo a inspirar mais protestos liderados por universitários. (MOTTA, 2018, p. 199).

Dentro do processo de resistência da esquerda a ditadura militar e principalmente as políticas arbitrárias implementadas pelo governo, vem a articulação do ditador Costa e Silva em dar uma resposta firme para esses protestos. Motta (2018) afirma que apesar da grande imprensa está diretamente sendo beneficiada pela ditadura, não tinha como manter uma proximidade das pautas levantadas pela esquerda radical, o que fazia com que existisse uma crítica contra mais aberta pela mídia contra a ditadura que acabava mobilizando para mudanças radicais na constituição dos Atos Institucionais:

A promessa de diálogo do governo Costa e Silva não resistiu a tais desafios, notadamente em razão da resposta da direita radical ao incremento das ações oposicionistas, provocando uma escalada repressiva por sua vez geradora de mais protestos. Durante a crise a ditadura foi perdendo a confiança de parte de seus apoiadores iniciais, o que é perceptível no noticiário da imprensa. O governo recebeu muitas críticas da mídia, acusado de incompetência para conduzir o desafiador quadro político. Um dos temas mais abordados era a lentidão do Ministério da Educação para implementar a prometida reforma universitária, considerada essencial por muitos para aplacar a rebeldia dos jovens. A grande imprensa não gostava da esquerda radical e apoiava a repressão contra o “terrorismo”, porém, temia que uma resposta excessivamente violenta do Estado piorasse situação. (MOTTA, 2018, p. 200).

O AI-5 foi o resultado do planejamento do autoritarismo, segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância (...) O AI-5 fez parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias, mas dotada de valor legal, adaptadas e autoconferidas pelos militares (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 230).

O AI-5 consolidou, de forma institucional, a perseguição aos *inimigos* do regime. Dentre as ações possibilitadas pelo AI-5 estava o fechamento do Congresso Nacional, dando total poder ao presidente para decretar estado de sítio pelo tempo que considerasse suficiente, demitir funcionários públicos, cassar mandatos, confiscar tudo que acreditava suspeito e intervir na política dos estados e municípios.

As práticas de torturas foram comuns no percurso da ditadura, enquanto os militares abordados neste trabalho foram apenas um exemplo de quais seriam as consequências de se colocar contra o regime. A vivência desses militares dissidentes sob a ditadura foi um processo de perseguição constante em função do cargo que o mesmo ocupava, e ao mesmo tempo, tido como um traidor da instituição que ele tinha a obrigação de defender, o Exército.

As acusações durante um processo de tortura são frequentes, principalmente quando existe a necessidade de descobrir qualquer informação que seja necessária para conseguir prender o máximo de opositores. Esse processo de tortura, baseado em uma suposição, reflete como qualquer motivo poderia ser uma sentença de morte durante o AI-5.

É importante também entender que o processo de institucionalização do AI-5 não vem sem manifestações contrárias. O ano de 1968 se tornou um ano de mobilização constante, com a participação ativa do movimento estudantil, sendo notícia o assassinato do estudante Edson Luís, que foi executado pela polícia em um protesto realizado no estado do Rio de Janeiro. Este incidente teve grande repercussão nacional e foi amplamente noticiado, gerando

protestos estudantis por todo o país. Leylianne Alves Vieira (2020) aponta como Edson Luís é lembrado por sua morte:

Sua camisa ensanguentada foi utilizada como bandeira de um movimento que ganhava força, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, começava a ser asfixiado pela repressão. Edson Luís de Lima Souto, secundarista, é lembrado por ter sido um dos primeiros casos de estudante morto publicamente durante a ditadura, um nome que se repete sempre que rememoramos aquele regime no Brasil. Após Edson Luís, muitos outros estudantes foram mortos, nos porões da ditadura ou no meio da rua, em nome da ordem e da segurança nacional. (VIEIRA, 2020, p.292).

Com a promulgação do AI-5, tais protestos passam a ser duramente reprimidos e sua divulgação é amplamente censurada. Um dos exemplos é a celebração de uma missa na Catedral da Sé, em São Paulo, em homenagem ao estudante de Geologia Alexandre Vannucchi Leme, morto pelo Exército em 1973, conforme coloca Angélica Muller:

A realização da missa na Catedral da Sé, em 30 de março, contou com a participação de 25 sacerdotes e em torno de 5 mil pessoas, em sua grande maioria estudantes. Era a primeira grande manifestação pública dos tempos sombrios do regime. O aparato militar, enorme, contava com uma metralhadora de frente para a Catedral e câmaras da TV Gazeta que filmavam, rosto a rosto, aqueles que se faziam presentes, com o 'pretexto de transmitir a missa'. (...). A mídia estava censurada e não podia noticiar eventos dessa natureza (diferentemente do que ocorreu no período anterior, quando a morte de Edson Luís foi noticiada em âmbito nacional). Mas, se a notícia da celebração da Sé não foi conhecida pela grande massa da população, o mesmo não ocorreu no que se refere à sua circulação pelas universidades em todo país. (MULLER, 2011, p. 175).

Ou seja, embora não fossem feitos atos diretos contra o regime, em função da grande repressão do período, tais atos de resistência tiveram uma grande importância simbólica nos ambientes onde foi possível sua circulação e divulgação.

A implementação do AI-5, como forma de controle do Estado, de todos os seus aparelhos e da sociedade em geral, decorre de um ponto extremamente importante, do qual pouco se fala: o deputado, Márcio Moreira Alves, do MDB, partido de oposição à ditadura militar, proferiu, na tribuna comentários ferozes ao regime militar, por onde acabou em motivar a instalação do AI-5 com maior celeridade ainda, como é comentado por Carlos Alberto Fontoura no livro organizado por Celso Castro:

Foi um período essencialmente ditatorial. Já havia uma série de razões pelas quais o governo estava sendo acutilado por todos lados, culminando com o discurso do sr. Márcio Moreira Alves, altamente ofensivo às Forças Armadas. E aí houve uma reação generalizada das três Forças em todo o país. Porque o governo não é senhor de si. Ele governa "em nome de". O Costa e Silva não queria assinar o AI-5. Tenho certeza absoluta disso, pois ele cansou de me dizer. [...] Relutou até a última hora. Eu estava em Porto Alegre em dezembro de 1968, como chefe do Estado-Maior do Exército, e telefonei ao Médici, que era meu amigo e chefe do SNI: "Médici, está difícil conter a tropa - "tropa" era como designamos os chefes da área. Daqui a pouco vamos ter indisciplina, coisas mais graves. Não sei no que vai dar." Diz ele: "Não, Fontoura, espere. Vai haver alguma medida. Tenham um pouco de paciência". Realmente, dois ou três dias depois veio o AI-5. Havia uma pressão muito grande das Forças Armadas nessa direção. (FONTOURA, 1994, p. 81).

O governo não queria deixar de controlar qualquer situação referente às críticas recebidas, fossem elas de dentro ou de fora. Assim, pode-se entender que o AI-5 é como uma resposta que o regime passava para todas as ações empreendidas pela oposição, sendo necessário o total controle destas ações, como também o endurecimento no combate às atividades consideradas subversivas.

O AI-5 tem seu término após dez anos – sua revogação ocorreu apenas durante o governo de Ernesto Geisel. Contudo, o Brasil ainda vivia dentro do regime militar. A maior justificativa que o regime utilizou foi a necessidade de solucionar as crises sociais que assolavam a nação, como também o controle da ameaça da instauração de uma ditadura comunista que estava crescendo em todo território, como afirma Carlos Fico:

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da "utopia autoritária", segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a "subversão", a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de "país do futuro". (FICO, 2004, p.20).

As medidas afetaram diretamente Eduardo Chuahy, que foi obrigado a pedir demissão, sendo, posteriormente, preso e levado para a OBAN:

(...) quando chegou o AI-5 me procuraram, me demitiram, foi lá o major Nole, e pediu minha demissão ao chefe do departamento, vocês chamam gabinete, era o Olin Pedro que foi prefeito do Rio de Janeiro. Ele me chamou, diz ele que dependia das verbas federais, Dr. Larinha o senhor não se incomoda que eu peço demissão, a carta de demissão está aí. Eu fiz uma carta política e me demiti. Dois dias depois me prendem e me levam para o OBAN.⁹²

⁹² CHUAHY, Eduardo. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

A tortura física não foi o único instrumento utilizado pela ditadura, a intervenção psicológica era um fator importante na perseguição, tanto que Amadeu Felipe da Luz, relata:

...não sofri nenhuma tortura. Eu nunca fui torturado fisicamente. Nunca! Eu não sei porque, mas eu nunca fui torturado fisicamente. O que eles fizeram muito foi, por exemplo, uma vez eu preso já em outra situação fui à Porto Alegre. Quando eu cheguei a Porto Alegre eu fui para uma cela que não tinha ar. Era uma cela no terceiro ou quarto porão pintado de preto que os soldados da guarda é que me deram um toquinho de madeira assim e disseram pra mim sargento põe no canto em baixo e põe o nariz ali senão se não vai resistir. Essas coisas assim, nunca comi direito, nunca dormi direito. Fui colocado na cela do passado. Na fortaleza de Santa Cruz. As celas do passado têm 60 cm de altura, 60 cm, 80 cm e 1 metro. Elas têm 2 metros de comprimento e ali você é jogado (sic) água porque (sic) pra lavar as tuas necessidades. A comida que vai é toda (sic), mas isso já na fortaleza de Santa Cruz depois do Caparaó. Então, você não anda. Quando eu saí dali eu não andava. As pessoas me levavam, os outros presos ou soldados me levavam (sic).⁹³

Amadeu foi confinado a um espaço exíguo, que impossibilitava qualquer movimento, sem poder comer ou mesmo dormir direito, sendo a única forma de realizar suas necessidades fisiológicas era ali dentro a “cela do passado”, lugar que dispensava a tortura física por parte dos torturadores, pois era em si feita para aniquilar o preso.

Por ocasião da prisão de Eduardo Chuahy, ele relata que.

Você tinha militância política? Você estava fazendo algum tipo de militância no partido?
Eduardo Chuahy – Vem uma viatura do DOPS, vai levar um, vai levar um, aí nós soubemos que ia ser um de nós, DOPS todo mundo se borrou, eu fiquei assustado, porra, 32 dias aqui, agora eu vou para o DOPS. Não era eu. Chegaram na porta, Eduardo Chuahy, falei, agora eu estou ferrado. Ficou todo mundo alegre, porque não eram eles, fui, tomei a viatura, fui para o DOPS. No DOPS um delegado me interrogou, perguntou o que é que eu pensava filosoficamente, eu falei as minhas, eu pensava diferente, pensava isso e tal. O senhor não é cristão? Falei não, eu não sou, eu sou mesopotâmico. Mas cinco mil anos antes de Cristo a Mesopotâmia criou (sic) , é cópia da Mesopotâmia, e conversei filosoficamente com ele, o cara sei lá, gostou de mim, chegou 9h da noite ele falou, o senhor pode ir embora. Mas para onde? Vai para a rua, você some do DOPS⁹⁴

O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) teve uma atuação destacada na repressão aos chamados “subversivos”. Marcília Gama da Silva (2011 p.48) esclarece que o papel da “Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) atuará, enquanto polícia política, no controle do crime ideológico. Por crime ideológico entendem-se os “crimes” baseados na perversão das ideias, ou em ideias consideradas permissivas, “perigosas”, “malditas””.

⁹³ FERREIRA, Amadeu. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

⁹⁴ CHUAHY, Eduardo. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

2.1 Vidas clandestinas: a memória dos militares dissidentes

Ao considerar a clandestinidade como uma opção de sobrevivência, muitos perseguidos políticos tornaram esse processo essencial, baseando em seu momento de perigo diante da ditadura, conforme esclarece Scarpelli em seu trabalho (2010):

Consideramos a experiência da clandestinidade bastante heterogênea. Como vimos, são histórias distintas, vividas em função de uma série de circunstâncias, inclusive dos traços de personalidade de cada indivíduo que passou por isso. Houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outros sucumbiram. Houve aqueles que conseguiram se proteger, outros tantos que tombaram pelo caminho. Há quem foi capaz de lutar, reorganizar o movimento operário, os sindicatos, se integrar na produção e tornar-se também operário ou camponês. Outros que viveram solitários, trancados em “aparelhos”; houve aqueles que entraram em processo de depressão, isolamento e solidão, e nem por isso algumas trajetórias tornam-se mais ou menos importantes que outras.⁹⁵ (SCARPELLI, 2010, p. 9-256).

Colocar-se na clandestinidade nunca é de forma voluntária, com desejo próprio do perseguido político, mesmo que a vítima tenha uma possibilidade de sair do país ou mesmo não tendo de garantir sua subsistência na clandestinidade, por vezes a própria solidão, em estar isolado da sociedade, se tornava mais uma forma de violação por parte do estado repressivo da ditadura. No caso de Darcy Rodrigues colocar na clandestinidade foi se tornando inevitável, conforme ele descreve que acabou antecipando em razão da ação realizada em Itapecerica, contra Carlos Lamarca.

tínhamos planejado entrar na clandestinidade no dia 26 de janeiro de 1969⁹⁶, com a realização da ação do 4o Regimento. Como a ação não foi realizada e teve as quedas de Itapecerica⁹⁷, o Lamarca⁹⁸ resolveu fazer parte da ação e a partir daí a gente mergulhou na clandestinidade, ou seja, no dia 24 de janeiro de 69. Então a partir do

⁹⁵ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Vidas Clandestinas**: ditadura militar e as memórias da clandestinidade. In: **X Encontro Nacional de História Oral: Testemunho, História e Política**. 2010, Recife 2010. Acesso em: 06 fev. 2023.

⁹⁶ Em 1969, quando o regime militar estava a todo vapor, assumiu como presidente no dia 30 de outubro o general Emílio Garrastazu Médici, confirmando um mandato de quatro anos e meio, se estendendo até 1974. Médici teve carreira militar próxima aos ditadores que o antecederam, o que acabou influenciando na sua forma de manter a ditadura. Darcy Rodrigues entrou na clandestinidade dia 24 de janeiro de 1969.

⁹⁷ Não foi possível encontrar documentação para maiores esclarecimentos sobre essa questão.

⁹⁸ Carlos Lamarca foi um militar desertor e guerrilheiro brasileiro, um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar instaurada no país em 1964, ver: ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários. **Acervo**, v. 21, n. 2, p. 105-122, 2011.

dia 24 de janeiro de 69 nós mergulhamos na clandestinidade. Inicialmente eu fiquei em São Paulo, coordenei uma base do grupo tático de São Paulo^{99, 100}.

Pedro Lobo foi outro perseguido que também se obrigou a entrar na clandestinidade, porém, sua articulação não era apenas dentro do Brasil, mas nos países vizinhos. Podia ir embora para Argentina e articular um grupo de apoio para aqueles que se mantivessem dentro do território brasileiro e acabassem necessitando de auxílio do partido e dos camaradas de luta;

Maria Rosa (Comissão Nacional da Verdade) – O senhor ficou quanto tempo na clandestinidade?

Pedro Lobo - Eu fiquei um ano no Chile. Cheguei em setembro de 72 e no dia 30 de agosto de 73 eu viajei para a Argentina. A gente estava organizando um traslado nosso pra Argentina. Nosso que eu digo. O grupo nosso de revolucionários, os sargentos. Os sargentos e alguns civis também. A gente pretendia fazer uma rede de apoio na própria fronteira do Brasil¹⁰¹

Apesar das experiências militares de Pedro Lobo e Darcy Rodrigues, um fator que dificultou ainda mais as possibilidades de organização de resistência foram as formas de comunicação e organização entre os grupos de resistência, conforme Darcy vai explicando mais um pouco.

agora o grande problema foi que nós tínhamos uma série de informações que eram passadas de forma superlativa. Não, porque temos condições de assimilar o pessoal do 4o Regimento imediatamente deslocá-los para o campo onde vocês vão iniciar o trabalho de preparação da Guerrilha e tal. E não havia nada, não havia nada, nós saímos do quartel e ficamos escondidos¹⁰²

É importante notar, que o comentário de Darcy Rodrigues revela uma precariedade das condições de resistência. Uma das dificuldades que encontravam era que não havia apenas a repressão e a perseguição, mas a deficiência da organização interna, e o que dificultava repensar as formas de resistência. E, nesse sentido, a segurança era importante no relato do capitão Darcy Rodrigues, ante a pergunta sobre se os companheiros sabiam de sua patente de sargento

⁹⁹ Para colocar em prática o seu projeto, a organização estruturou-se a partir de um modo mais militar do que político. A ALN era dividida entre GTE- Grupo Tático Estratégico, responsável pelo planejamento da guerrilha Rural, GTA- Grupo Tático Armado, voltado para as ações armadas, GA- Grupo de Ação, ligado ao trabalho de massas, GI- Grupo Independente, setores de apoio. Acima destes grupos havia o Conjunto Regional e o Conjunto Nacional (SALLES, 2008: 212).

¹⁰⁰ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹⁰¹ LOBO, Pedro. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹⁰² RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Todos. Bom, o Espinosa era do movimento de massa de Osasco e me conhecia pessoalmente inclusive, na legalidade. O Carlos eu acredito que também sabia que eu era de origem militar, porque é incrível, mas o comportamento do militar ele é diferente do comportamento do operário, por exemplo. O operário é mais, ideologicamente, ele é mais definido, ele tem mais convicção de classe e não sei o quê. Mas o componente militar, ele se diferencia por quê? Porque ele tem mais capacidade de organização clandestina, exige mais as questões de segurança¹⁰³

Darcy Rodrigues expõem algo importante sobre as identificações dos grupos de na ditadura, cada segmento dentro da vida clandestina consegue seguir um padrão de organização. Um fator importante é que os militares perseguidos se colocam com superioridade em relação aos outros perseguidos políticos, principalmente em razão da experiência organizativa do meio militar no que se refere, por exemplo, à hierarquia do Exército.

Na dissertação de mestrado do Wilma Maciel (2004) com título *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*, a autora faz uma abordagem sobre as questões de organização que podem ser cruciais para acirramento de atritos e divisões internas:

Um das questões que moviam as organizações eram as formas de luta, privilegiar um trabalho político ou se dedicar às ações armadas, dadas as dificuldades de organização em face da repressão que se instalou. Esse impasse vai gerar atritos e divisões dentro das esquerdas armadas. Em função dos objetivos de um projeto revolucionário que tem na luta armada uma valorização dos atributos militaristas dos militares, característica daqueles que tinham formação militar, os militares serão associados ao militarismo que também é assumido por muitos civis. Na impossibilidade de colocar em prática um trabalho político que organizasse as massas para a luta contra o regime, o militarismo e o isolamento social a que foram submetidos serão associados às causas da derrota. (MACIEL, 2009, p.179).

A clandestinidade, conforme o depoimento do capitão Darcy Rodrigues, não liberta: “então a clandestinidade é terrível, não é, porque você fica preso fora de casa. É uma prisão. Todo mundo acha estranho eu falar isso, mas é uma prisão. Só que é uma prisão diferente, é uma prisão fora do convívio, você fica isolado do mundo”¹⁰⁴.

A prisão pode se diferenciar de acordo com a localização do indivíduo e seu contexto. Darcy Rodrigues mesmo vivendo uma luta constante contra a ditadura militar e arriscando uma possível detenção, vivia uma prisão simbólica, aquela que impossibilita a vítima de ir e vir em sociedade, aquela que por muito menos acaba deixando de se manifestar perante a sociedade, onde seu lugar para falar sobre o sofrimento que estava vivendo era nulo, sem qualquer chance de escuta.

¹⁰³ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹⁰⁴ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Sílvia Clara, no artigo *“Lugares, Discursos e Subjetividades nas Organizações: o caso de uma prisão”*, comenta sobre como essa nulidade do sujeito diante da sociedade caracteriza.

Por isso, a normalidade é associada a elementos concretos como o trabalho, que é fonte de dignidade moral porque estabelece, entre outros aspectos, uma rotina segura, tal como na prisão. O aprendizado da obediência remete o sujeito ao “ajuste social” e ao afastamento da prisão. “Desobedecer” é aproximar-se da possibilidade do crime. As opções são simplificadas e estigmatizam o sujeito. (SILVA, 2013, p.401).

No caso de Pedro Lobo, a sensação de não retornar para casa, até mesmo a possibilidade de colocar em risco os companheiros de partido, também podem ser consideradas como uma forma de perseguição psicológica:

Quando eu saía de manhã de casa, ela [esposa] lembra disso: “Se eu não voltar pra casa hoje é porque ou eu fui preso ou eu morri” aí você tinha umas providências que eu a alertava, depois já te explicou quais eram as providências “Você toma essas providências em termo de segurança porque alguma coisa aconteceu comigo.” Eu tinha absoluta certeza de que eu nunca iria abrir partido como nunca a polícia soube do partido¹⁰⁵

Pedro Lobo era um militar dissidente comprometido com a luta e a causa, vinculado ao PCB, não cogitando realizar a entrega de seus companheiros e muito menos a estrutura da organização que atuava, mesmo que isso envolvesse a própria vida. Importante destacar que isto não era uma peculiaridade do depoente Pedro Lobo, mas de certa forma abrangia uma boa parte desses militares, pelo histórico de formação que carregavam dentro das Forças Armadas. No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), fica nítido que a mobilização desses militares era muito forte, conforme segue.

Vários oficiais da Marinha, da Aeronáutica e do Exército que se mobilizaram em defesa da Constituição foram presos e depois liberados. Posteriormente, em 1964, foram cassados. Outros militares no Rio de Janeiro, por não concordarem com o golpe e não admitiram ser presos, entraram na clandestinidade. Entre os presos por defender a legalidade democrática estava o marechal Lott, já na reserva, que lançou um manifesto à nação repudiando a atitude golpista dos ministros militares. (CNV, 2014, p..22).

Aceitar a prisão sem se posicionar ou chegar a lutar não foi opção para esses militares dissidentes, não bastava não concordar com o golpe, era necessário combatê-lo de todas as

¹⁰⁵ LOBO, Pedro. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

formas, mesmo essa forma sendo se colocar na clandestinidade e organizar outros quadros para lutar contra a repressão.

Os militares que estiveram na clandestinidade foram considerados inimigos da ditadura, o que acabou impossibilitando o seu retorno para uma vida normal, conforme esclarece o relatório da CNV (2014).

Centenas foram para o exílio no pós-1964 e outros tantos após 1968, em razão do AI-5. Muitos militares morreram ao retornar clandestinamente ao Brasil, outros retornaram somente anos depois, e há aqueles que nunca mais voltaram ou morreram no exílio. Cuba foi o destino de muitos exilados militares que optaram pela luta armada; enquanto outros foram trocados por embaixadores (CNV, 2014, p.25).

No trabalho de Lorena Burjack (2011) existe uma configuração específica de lugares que os perseguidos e torturados pela ditadura militar optavam por se exilar, conforme descreve:

os países que se destacaram pelo recebimento de exilados do regime militar brasileiro foram o Uruguai, por ter acolhido a maioria dos exilados da primeira geração; Santiago foi considerada a capital da segunda geração de desterrados; Cuba, pelo treinamento guerrilheiro oferecido”

Cuba acabou assumindo um papel importante na base da resistência da esquerda ao golpe de 1964 e à ditadura militar, grande parte dos perseguidos pela ditadura brasileira optou por seguir para Cuba pelo modelo econômico, social e político da ilha.

Porém, nem todo militar perseguido ou mesmo, militantes do movimento estudantil ou sindical tinha condições de entrar na clandestinidade, boa parte conseguia se manter em virtude a uma boa rede de apoio que girava em torno dessas figuras, as quais vinham de uma classe média ou mesmo tinham proximidade com políticos que se solidarizavam com a luta de resistência, conforme fica esclarecido pelo Relatório final da CNV:

Considerando o que foi a “clandestinidade” para os perseguidos pela ditadura, saliente- -se que o regime militar foi muito diferente para os egressos da classe média (políticos, estudantes, profissionais liberais) e para os trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto a classe média, em geral, possuía uma rede de proteção financeira para si ou para sua família (cônjuge e filhos, se os tivessem), trabalhadores que não fossem filiados a algum partido, em especial, ao Partido Comunista Brasileiro, não tinham como se manter e à sua família. Passavam, então, a viver às custas da solidariedade dos companheiros, eles e a família de forma muito precária, isolados, solitários. (CNV, 2014, p.71).

É importante destacar que boa parte vinha de uma vida pobre e por vezes com falta de documentos, muitas vezes sem nenhum suporte do partido, o que foi o caso de Pedro Lobo:

Pedro Lobo – No Chile clandestino porque eu saí do Brasil sem documento nenhum. Nenhum! Saí com a calça, uma camisa no corpo e sem documento nenhum.¹⁰⁶

A pobreza acabou marcando boa parte da trajetória política dos militares abordados neste trabalho, não sendo um impeditivo para atuar contra o golpe ou contra a ditadura. Alguns, como o caso do Amadeu Felipe Luz, vinha de uma família abastada financeiramente o que possibilitava uma atuação sem grandes preocupações.

Por seu turno, Darcy Rodrigues afirma que mesmo depois de toda perseguição, com a possibilidade de uma aposentadoria, as condições financeiras não foram favoráveis:

eles me anistaram e no mesmo ato me trouxeram para as Forças Armadas e me aposentaram. Ato contínuo, me aposentaram. Com um negócio que era para eu não sobreviver com a aposentadoria. Então eu fui aposentado com 9,30 avos do soldo de 2o Sargento. Ou seja, tinha que trabalhar. E aí foi a luta, de 80 até 82 eu não conseguia emprego. Inclusive eu falo, na biografia, que foi escrita pelo Pedroso¹⁰⁷, eu falo que fui pedir emprego até de Auxiliar de Serviços Gerais na rodoviária. E o Diretor administrativo falou: “Para você não tem serviço.” E eu não queria fazer nada extraordinário, queria sobreviver e queria dar sobrevivência para a minha família¹⁰⁸

Mesmo em processo de anistia, as relações de opressão ainda eram fortes, pois as múltiplas violências que um perseguido sofria não eram apenas a tortura física, mas também as humilhações que subsistiam e o estigma de ser tratado como vencido. Nesse sentido, Rodrigues vê no trabalho da CNV uma oportunidade de redenção:

Por que? Porque eu estou convencido que nós cumprimos a nossa obrigação. Eu estou convencido que a nossa história nós podemos contar. Agora a história dos Albernarez, dos Ustras, de toda a direita, todos os torturadores, essa história eles não contam. Pelo contrário, pelo contrário, eles fazem questão de apagar. E aí vai o meu agradecimento, mas o meu agradecimento de coração a vocês que estão resgatando a história do nosso país¹⁰⁹

A oportunidade que os militares dissidentes, avaliados na pesquisa tiveram de expor suas estratégias para tentar escapar da perseguição do Estado, permite confrontar certas versões sobre o período, as quais idealizavam as Forças Armadas uma perspectiva homogeneizadora,

¹⁰⁶ LOBO, Pedro. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹⁰⁷ O trabalho comentado pelo depoente acabou não sendo possível encontrar uma edição para um aprofundamento deste trabalho. ver: JÚNIOR, Antonio Pedroso. **Sargento Darcy, Uma vida dedicada à busca do socialismo**. Barra Bonita – SP: Texgraf, 2003.

¹⁰⁸ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹⁰⁹ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

que encobre as fissuras que a corporação teve de enfrentar durante o período e a CNV acaba por desvelar,

3. O QUE FALAM OS MILITARES DISSIDENTES?

Ao longo da leitura dos depoimentos, foi possível perceber a repetição de determinados temas, os quais consideramos importantes para reconstruir as narrativas e memórias desse grupo de militares dissidentes tais que acabam possibilitando a forma de descrever os principais pontos abordados nos itens que seguem neste capítulo. Assim, os subcapítulos denominados como “O Estado”, “Tortura e Prisão” e “Anistia: afirmações e controvérsias na visão dos militares dissidentes” se consolidam como pontes entre o que é dito em depoimento e as possibilidades de abordagens neste trabalho.

3.1 O Estado

Durante a consolidação da primeira Comissão da Verdade em território africano, existia uma atenção cautelosa do mundo sobre como a política interna de países que passaram por ditaduras iriam se comportar diante do primeiro país que julgaria crimes de direitos individuais, devido aos fatos que ocorreram no período do *apartheid*, na África do Sul, entre 1948 e 1994, e no caso da América Latina, durante a fase das ditaduras militares, entre as décadas de 1960 e 1980.

Instalar uma Comissão da Verdade na América do Sul foi protagonismo da Argentina, seja pelo seu histórico peculiar de mobilização popular que garantiu uma política interna de reparação aos direitos violados durante o período ditatorial que vivenciaram nos anos de 1976 a 1983. Isso acabou influenciando outros países a tomar parte na reparação de direitos individuais. Porém é extremamente importante destacar que Argentina já vivenciava ações na busca de reparações de suas vítimas¹¹⁰.

Aqui é necessário realizar uma crítica no comportamento do estado brasileiro em se atentar à necessidade de uma Comissão da Verdade, sendo um dos últimos países da América do Sul em constituí-la, visto que ocorreu muito tempo depois que grande parte das vítimas e dos torturadores já estavam mortos. Importante destacar que a CNV, ao longo do seu processo de trabalho, não tinha prerrogativas no âmbito jurídico, como a de julgar ou declarar sentença o que também gera um debate sobre a sua real efetividade, porém isso não é discussão para

¹¹⁰ “A Argentina, por outro lado, constitui um exemplo em matéria de justiça de transição. Conforme já visto, desde os primeiros momentos posteriores ao fim do regime autoritário, o país constituiu sua Comisión Nacional sobre la Desaparición, e, posteriormente, revogou, de forma expressa, todas as legislações que anistiava os autores de violações de direitos humanos (Lei de Pacificação Nacional, Lei do Ponto Final e Lei da Obediência Devida) (BOARIN; ALBERTO, 2018, p.5).

este trabalho. Apesar de não conseguir efetivar de fato a prisão dos torturadores, a Comissão Nacional da Verdade acabou ocupando um espaço de constituição de memórias das vítimas e identificação dos culpados como forma de reparação histórica ao sofrimento causado pela ditadura, Castro e Schinke (2016) demonstram qual o papel em torno da CNV no campo jurídico.

Os debates que sucederam a aprovação da Lei nº 12.528/11 pelo Congresso Nacional em 2011 sobre o papel da Comissão Nacional da Verdade revelam que desde o princípio essa questão se demonstrou controversa. O referido ato normativo, que criou a comissão no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, traz em seu primeiro artigo a referência de que a finalidade da Comissão Nacional da Verdade seria “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (CASTRO; SCHINKE, 2016, p.297).

Para Carlos Fico, a CNV poderia ter centrado seu papel na necessidade de mapear grande parte dos documentos que ainda não estão disponíveis para construção da historiografia brasileira sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar¹¹¹. Ao trazer que era necessário avançar no mapeamento das documentações ainda não relevadas pelo Estado, Carlos Fico entra em um campo que vem se tornando cada vez mais importante para historiografia brasileira, um debate acerca de certo revisionismo que apregoa a inexistência de uma ditadura brutal e sanguinária, possibilitando um combate à desinformação e à falsificação da história.

Porém é importante ressaltar que a CNV, em sua organização, teve de considerar a Lei da Anistia, de 1979, que perdoava os crimes políticos de torturadores ocorridos durante a ditadura, o que de certa forma garantiu a imobilidade para reivindicar ações dentro do campo jurídico, vale destacar que esse assunto será tratado mais à frente neste trabalho.

A falta de percepção do trabalho da CNV acaba sendo apontada por Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 150), que descreve quais os equívocos que se entendem pelo papel da Comissão e relação as suas atribuições, principalmente pela associação direta ao Governo brasileiro daquele momento e não as instituições jurídicas do estado.

¹¹¹ Carlos Fico afirma que “Por isso, creio que a Comissão da Verdade deveria centrar seus esforços no mapeamento desses arquivos. Não se trata da revivescência do fetiche historicista em relação ao documento, mas do fato de que a abertura dos arquivos pode permitir a superação de alguns equívocos, como o mito de que a ditadura brasileira não foi violenta. Milhares de pessoas foram prejudicadas - além daquelas que foram obviamente atingidas pela tortura, pela violência explícita. Crianças foram separadas de seus pais. Jovens foram impedidos de estudar. Profissionais qualificados tiveram suas carreiras destruídas. Esposas, maridos, filhos, pais e avós foram massacrados psicologicamente pela crueldade do ‘desaparecimento’”. (FICO, 2012. p.50).

O segundo equívoco, talvez o principal, refere-se ao total desconhecimento sobre o papel e as atribuições da CNV. Entre eles, o de associar a Comissão enquanto uma comissão de governo, e não de Estado, esquecendo ou omitindo que a mesma foi objeto de sanção pelo Congresso Nacional. Outro remete às suas atribuições. Na Exposição de motivos que fundamentou a lei n. 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, está posto que o “Estado brasileiro por seus agentes públicos cometeu graves violações em detrimento da pessoa”. Por essa razão, a CNV deve cuidar exclusivamente de averiguar os fatos consumados por agentes públicos. Com a edição da lei n. 9.140/1995, cujo ciclo normativo a lei n.12.528/2011 encerra, o Estado brasileiro reconhece como mortos, por seus agentes públicos, “pessoas que tenham participado ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas” (artigo 1o da lei n. 9.140/1995). (CUNHA, 2014, p. 150).

Para Ricoeur (2008, p. 195), “todos os delitos do esquecimento estão contidos nessa pretensão incrível a apagar todos os vestígios das discórdias públicas”. A anistia nesse sentido, pode ser entendida como um não perdão, já que para perdoar é preciso que se lembre do que aconteceu, e não um esquecimento forçado de crimes cometidos, em busca da paz social.

François Ost (2005, p. 173), em análise dessa passagem do texto de Ricoeur, enumera dentre esses “delitos do esquecimento” o enorme “risco de banalizar o crime ou ainda neutralizar todos os valores, bons ou maus, colocando-os lado a lado numa medida comum de clemência, como quando se anistia os antigos opositores para melhor anistiar os antigos opressores”. Foi essa modalidade de esquecimento que norteou a Lei nº. 6.683/79, a qual, no Brasil, concedeu anistia aos torturadores.

Diante disso, se faz fundamental para a presente discussão asseverar a diferença feita por Ricoeur entre a anistia e o perdão, representando a primeira apenas uma “caricatura de perdão” (RICOEUR, 2007, p. 495) e diretamente ligada ao esquecimento, enquanto o último nada tem a ver com o esquecimento, mas sim com a memória: seu projeto é de “anular a dívida” e é incompatível com o de anular a memória (RICOEUR, 2008, p. 196).

A Lei da Anistia, desde sua construção, pode ser ligada a duas das categorias de esquecimento trabalhadas por François Ost, como formas negativas deste: o esquecimento-recalque e o esquecimento-falsário. O primeiro é ligado à ideia de história enquanto desfile dos vitoriosos, enquanto triunfo dos vencedores. Diz ele que os esquecimentos-recalque são aqueles:

através dos quais se visam esses fenômenos de amnésia coletiva, que dizem respeito aos vencedores em relação à sorte que suas conquistas, guerras, cruzadas e outros *jihads* impuseram aos vencidos, vítimas anônimas enviadas para as masmorras da história; esquecimento dos massacres, genocídios, crimes contra a humanidade (OST, 2005, p. 162).

Para o autor, essa espécie de esquecimento visa a apagar do corpo social os flagelos que são impostos aos vencidos no decorrer da história. Há, aqui, uma ligação com o que Foucault (1999, p. 85) designa de “discurso histórico de tipo romano”, ou seja, um discurso histórico que, narrando a história dos reis, dos soberanos ou de suas vitórias, vincula juridicamente os homens ao poder “mediante a continuidade da lei, que se faz aparecer no interior desse poder e em seu funcionamento” (FOUCAULT, 1999, p. 76).

Os temas se tornam referenciais importantes para entender como os depoentes constroem a narrativa sobre o período. Parte dos entrevistados, 42%, entendem que a violação sofrida durante o regime ditatorial tem no Estado a figura central na obstrução dos direitos individuais, seja também a representação dele em boa parte das violências sofridas. Primeiramente pela utilização de toda estrutura que é disponibilizada para realizar essas violações e é o Estado também reconhecido como mediador na reparação de danos às vítimas, já no período democrático.

Apesar da busca constante na reparação de direitos violados, a perseguição aos opositores se estendeu inclusive no período de discussões sobre a anistia para aqueles que eram considerados subversivos. O depoente Vicente Sylvestre revela como a Anistia, além de beneficiar os torturadores, ainda negou reconhecer as violações de seus direitos:

Depois passou todo esse tempo, eu estava com mais de 30 anos que era o tempo para a aposentadoria. Pois bem, nisto vem a Lei da Anistia Federal, então nós fizemos requerimento para a Lei da Anistia (...) para a Comissão de Anistia, pleiteando algum reparo que o Estado de Direito[fizesse]. Os companheiros todos entraram com o requerimento, com a mesma redação, com os mesmos comprovantes, jornal da época: policiais militares, tal, tal, presos, estava tudo... Juntamos tudo isso. Para todos deu promoção, deu indenização, chegou a minha vez e do cabo Josias, deu indeferida, porque a relatora da Comissão de Anistia, ela disse que não (ininteligível) [foi] provado que Vicente Sylvestre foi expulso da Corporação por motivo político¹¹²

Vicente Sylvestre é exemplo típico de como a estrutura do Estado foi manipulada para dar continuidade em alguns casos à perseguição durante a transição da ditadura para o período democrático. A demora em realizar sua aposentadoria, mesmo contendo tempo para conseguir encaminhar e com advento da Lei da Anistia, ele ainda sofreu indeferimento do processo que abriu logo após a redemocratização como forma de reparar o sofrimento, esse indeferimento acabou impossibilitando a aposentaria, o que pode também se configurar como um tipo de tortura, vinculado a degradação do ser humano.

¹¹² SYLVESTRE, Vicente. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

3.2 Tortura e prisão

Um tipo de perseguição velada está baseado no que Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 147) apresenta como política discriminatória, onde a alguns militares que estavam em processo de efetivação da anistia política, tiveram obstáculos para consolidação, sendo a perda de direitos como política final da perseguição.

Uma segunda revelação refere-se às políticas normativas relacionadas aos militares anistiados, que deveriam ser objeto de efetivação, mas têm encontrado obstáculos burocráticos e políticos, que remetem em última instância à esfera jurídica governamental via Advocacia Geral da União (AGU) e os comandos militares. Em depoimentos à CNV, militares cassados denunciaram que ainda persiste uma política discriminatória, cujo resultado final tem sido a perda de direitos; leia-se, está em curso um processo de desanistia. (CUNHA, 2014, p. 147).

Importante discutir sobre as práticas de tortura praticadas pela ditadura e como foi o impacto nesses militares dissidentes das Forças Armadas, por isto é necessário compreender quais são as concepções de violências aplicadas pela ditadura diante da Doutrina de Segurança Nacional, para Carlos Fico:

O mesmo pode ser dito da tortura: negada pelos militares num primeiro momento, atribuída aos “excessos” de subalternos num segundo, hoje não é mais possível negar a responsabilidade e conivência dos oficiais-generais. Outros estereótipos também vão sendo revistos, como o do caráter supostamente combativo da imprensa ante a censura política: às poucas atitudes de contestação, somavam-se numerosas práticas de autocensura e conivência pragmática com censores (FICO, 2002, p. 196).

Para Carlos Fico, na obra *Ditadura militar e concordata moral*, a tortura e a violação já não podem mais ser negadas ou escondidas, seja as violações de censura ou práticas de morte, essas evidências existem e são incontestáveis diante da produção documental estabelecida.

O depoimento de Darcy Rodrigues, vem a contribuir com o que está sendo exposto, pois revela um pouco das torturas sofridas:

Na OBAN eram três Capitães comandantes de equipe. Capitão Dalmo, da Cavalaria, que eu não sei o sobrenome, Capitão Homero, que esse é conhecido, inclusive foi denunciado aí, saiu na revista e o Albernaz. (...) E foi um dos caras mais raivosos na tortura contra mim. Eu me lembro de um dia que ele girou com tanta força o magneto que quebrou o magneto. Magneto é aquela maquininha de dar choque. Aí o Albernaz falou: “E agora?” Ele falou: “Não, vamos dar choque de parede nele.” O que é choque de parede? Por um fio na tomada. Aí o Albernaz falou: “Mas o choque direto assim queima, vai queimar e deixar...” Ele falou: “Não, põe um algodão molhado. Que aumenta a amperagem e não queima.” Mas mesmo assim eu tenho várias partes do

corpo que tem cicatrizes fundas, não é, de pedaços de carne que caiu. E aí puseram lá o fio na tal de tomada e começaram a dar choque.¹¹³

Darcy Rodrigues ficou sobre a disponibilidade de três militares responsáveis por sua tortura, sofreu com eletrochoque, depois do aparelho de choque ter quebrado, foi eletrocutado com a fiação direto na tomada com o corpo todo molhado, as consequências ficaram na pele de Darcy, marcada pela tortura e o ódio de um passado com muita crueldade.

Para Carlos Fico,

A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou. Curiosamente, tanto para os linhas-duras apenas “ideológicos” (militares radicalmente contrários à “subversão”, mas que não atuavam diretamente na repressão) quanto para os pragmáticos rigorosos (supostos moderados, como Ernesto Geisel, que, no entanto, admitiam a tortura e o assassinato como necessidade conjuntural), a tortura tinha o mesmo significado: era um “mal menor”. Seguramente cabe nuançar a questão, pois é certo que, na cabeça de alguns militares, havia diferenças entre matar um guerrilheiro no Araguaia e torturar um estudante comunista preso no Rio ou em São Paulo (FICO, 2004, p. 35).

Para Marilena Chauí (1987) diante do primeiro seminário *Tortura Nunca Mais*, pode se definir a tortura como uma degradação do ser humano, onde é colocado o indivíduo como uma “coisa” ou “algo”, porém, ele continua permanecendo importante para o torturador, observando que a ação em torturar pode render algum benefício, como ela vai descrevendo abaixo

A loucura da situação de tortura é esta: deseja-se que, através da dor e da degradação, um ser humano vire «coisa» e ao mesmo tempo permaneça gente para que reconheça no torturador um outro ser humano, pois se tal reconhecimento não existir, não pode haver confissão, não pode haver capitulação e sobretudo não pode haver admissão do poder do torturador. Assim, o que a tortura cria é a situação-limite e impossível na qual se destrói a humanidade de alguém para que esse mesmo alguém atue como humano, isto é, estabeleça com o algoz uma relação intersubjetiva, sem a qual o torturador perde a função e perde o sentido¹¹⁴;

A tortura é importante para demarcar quem, naquele espaço, é o indivíduo com controle da situação e quem deve ser considerado humano, diante da subjetividade da violência. Dentre as táticas de tortura mais comuns, os depoimentos indicam que uma das mais usadas era a de colocar o preso em um espaço no qual ele se sentisse vulnerável, sem qualquer ação, como foi o caso relatado por Amadeu da Luz:

¹¹³ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹¹⁴ CHAUI, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

Mas de qualquer forma isso aí eu fui preso. Fui pro grupamento da unidade (...) já tem um episódio interessante fui pra companhia de polícia da Vila Militar que era companhia de polícia do exército aí não quiseram me torturar também aí me levaram pro regimento escola de infantaria que fica ali e um regimento a mais forte unidade militar da América do Sul (...) caía carrapato em cima de você. A comida era nojenta¹¹⁵

Amadeu foi encaminhado para um agrupamento de uma unidade militar, em que a violência física não foi a primeira ação que ele sofreu, ele foi jogado em uma prisão sem luz, suja e, com as paredes cheias de carrapatos, o que dá a entender que o preso não é um ser humano, mas sim um animal pronto para o abate.

Para Cassol (2009) a violência é uma forma prática de tornar o sujeito inerte, passivo das ações e silencioso à sua desumanização.

Contudo, a violência intrínseca à tortura é paradoxal, “pois o torturador deseja da ‘coisa’ [do sujeito que ele próprio reduziu à condição de objeto ao desumanizá-lo] é que ela atue como ‘gente’: uma coisa é inerte, passiva e silenciosa, mas o que o torturador deseja da ‘coisa’ é que ela sofra, grite, confesse, fale”. (CASSOL, 2009, p.30).

As torturas tinham um ciclo importante para os torturadores: primeiro, era necessário que o sujeito se reconhecesse no espaço enquanto submisso e dominado; posteriormente era preciso reconhecer quem eram os dominadores da situação.

No caso de Pedro Lobo, essa estratégia consistiu em: primeiro ele sofreu uma violação dos intermediários, contando com uma surra de até dez pessoas que era realizada por membros da baixa patente. Depois ele foi encaminhado para um processo de tortura física que consistia na aplicação do pau de arara e eletrochoque, conforme ele descreve.

A tortura tinha primeiro (...) foi o seguinte primeiro era o que eles chamavam de amaciamento a gente apanhava no chão com 8 a 10 investigadores, sargento de exército, soldado do exército espancando e cada um batendo como queria da forma que queria até depois que a gente estava amaciado, segundo eles. Arrebatado aí eles levavam depois para o pau de arara. Ia para o pau de arara nu pendurado no pau de arara. Era um cavalete com ferro com cavalete. O senhor sabe o que é o pau de arara. Onde se levava o choque elétrico era uma maquininha. E o choque de início eu queria dar uma de valente e não queria gritar mais depois eu notei que se eu gritasse seria melhor porque o nosso organismo ao receber a descarga elétrica o pulmão eu tenho a impressão que ele se contrai e com o grito eu tenho a impressão que aliviava alguma coisa. Então aí depois eu passei a gritar à vontade. Mesmo sem querer gritava, porque ao pulmão (sic) comprimir a voz sai sem você querer. Aí eu gritava era assim. Os outros companheiros da mesma forma¹¹⁶

¹¹⁵ FERREIRA, Amadeu da Luz. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹¹⁶ LOBO, Pedro. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

Importante esclarecer que não existia apenas um método de tortura, mas um CONJUNTO de ações que fazia com que o torturado sentisse dor a cada momento que estivesse preso. Pedro Lobo, além da tortura do pau de arara e o eletrochoque, foi amarrado de cabeça para baixo, onde era obrigado a respirar urina humana com a boca presa.

Me amarraram no banco com a cabeça mais baixa e puseram salmoura ou urina introduzindo, não sei, introduzindo pelo nariz. Tapava a boca e introduzia pelo nariz. Era muito pior que o pau de arara, viu. Essa tortura era a pior dava uma alucinação terrível. Isso ardia dentro do pulmão e todos sabiam como foi. (LOBO, Pedro: Depoimento, 2013. Entrevista Concedida a CNV)

A tortura física é uma ação prática que busca resultados imediatos através da força, mas a tortura psicológica é necessária para obtenção do êxito dos torturadores ao longo do tempo. Ameaçar de matar, mandar prender familiares, possibilitar uma forma de que o preso fale são formas de realizar a desumanização do indivíduo, sendo uma alternativa aos métodos que não encontram êxito.

Ele, o general, me ameaçava todo dia de morte. Aí um dia eu disse “General, já que o senhor vai me mandar me fuzilar eu tenho um pedido a fazer pro senhor” aí ele falou “Qual é o pedido?” eu falei “Eu quero comandar o meu fuzilamento que o senhor me dê o direito de comandar o meu fuzilamento” eu tinha aprendido no quartel naquela instrução militar de como é o fuzilamento. Manda o pelotão em sentido a engatilhar apontar fogo, eu disse “Eu vou comandar o meu fuzilamento, general” ele não me respondeu nada. Ficou quieto. Porque era, eu acredito que era, a chamada da guerra psicológica. A tortura psicológica. Achei que devia reagir daquela forma. (LOBO, 2013).

Pedro Lobo chegou a desejar a própria morte em vários momentos, na busca de conseguir dar um fim ao sofrimento que estava vivenciando. Ao possibilitar uma garantia, mesmo que seja pequena de que o torturado em algum momento vai ter controle da situação, mesmo que seja a possibilidade de escolher a própria morte, é uma forma de tortura psicológica.

Outro fator é a percepção do tempo que o torturado acaba sofrendo, não tem um período certo, buscando desnortear o indivíduo, fazendo ele perceber que independente do tempo, ele vai estar sofrendo. Indagando sobre o horário em que era torturado, Jorge Borges diz: “Das 2h da manhã até as 4h, 5h. Não tinha um horário sempre. Era uma ou duas vezes por semana que ocorria isso¹¹⁷.”

Jorge Borges, foi outro militar que sofria com a tortura em qualquer momento, não existia uma cronologia de tortura para distinguir a noite do dia ou mesmo um momento de pausa, o

¹¹⁷ JORGE, Borges. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

que garantia também aos torturadores uma imagem de que sempre estavam dispostos e fortes diante da vítima, Borges relata:

Eles molhavam a cela às 5h da manhã, deixavam todos descalços, quando estávamos todos numa cela só. E davam um colchão de solteiro para doze dormirem. Nós atravessávamos, botávamos a cabeça, e o corpo ficava no piso. À noite ninguém conseguia dormir. Era ordenado que alguém passasse algo na grade para fazer barulho, porque você não podia dormir. A comida era servida o resto, com algo em cima. Visita não podia receber, e a informação era de que não estava ali, tinha desaparecido¹¹⁸

Jorge Borges sofreu violências físicas, psicológicas e torturas diárias, estava preso em uma cela que na sua visão era imprópria até para animais, não dormia e muito menos comia, quando comia ele recebia sua alimentação inapropriada para consumo, ele era acordado constantemente para impossibilitar seu descanso, sofria afogamento e socos, além dessas violações e ainda conta outra técnica usada pelos torturadores:

O choque da “maricota”, que era um aparelho vulgo “maricota”, esse era dia sim, dia não, e tinha dias em que eram duas vezes. Quando eles queriam uma conversa sua, eles colocavam naquele aparelho ali. Isso não aconteceu comigo. Eu tive sorte. Mas tinha pessoas que falavam que não era o que aconteceu. No choque, as pessoas falavam. E aí eles achavam motivo para incriminar e condenar dentro do que a pessoa confessou¹¹⁹

As torturas poderiam ser também indiretas, tais como situações que outros presos estavam passando no mesmo momento que ele conta que ouvia gritos e de repente aparecia o preso cheio de sangue e hematomas, defecado. Ao testemunhar que as pessoas que estavam presas na mesma prisão, estavam em constante sofrimento, desencadeava uma tortura psicológica, a qual faz os presos se aterrorizarem pela possibilidade de passar pelas mesmas atrocidades.

A utilização de conceitos para definir fenômenos históricos é algo importante na compreensão e análise dos momentos de efervescência social. Observando os conflitos na história do Brasil recente, percebe-se que têm se constituído grupos com o intuito de questionar as análises sobre a tortura que a ditadura militar brasileira praticou durante o regime. Tais grupos negam ou justificam a tortura. É extremamente importante trazer ao debate

¹¹⁸ JORGE, Borges: **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹¹⁹ JORGE, Borges: **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

historiográfico os reflexos diretos da ditadura na sociedade, pois só o conhecimento histórico pode garantir que essa memória não se apague com o passar dos anos e que não se repita.

Caracterizar o regime político inaugurado em 1964-85 como ditadura militar leva a identificar certos traços gerais que o caracterizam como tal, tais como a censura, o autoritarismo, os sequestros e as execuções articuladas e aplicadas por agentes militares que se incorporaram como poder à frente do Estado brasileiro. (acrescentar fonte)

Ao analisar o depoimento prestado por Darcy Rodrigues um de nossos depoentes, podemos identificar ações práticas que tornam a violência característica fundamental da ditadura brasileira:

Nós ficamos estacados no relento, durante aproximadamente 10, 11 dias. Então deitados, com as mãos e com as pernas abertas, com uma estaca em cada munheca e uma estaca em cada tornozelo. Ali nós tivemos chuva, sol, todas as intempéries e olha que o Vale do Ribeira naquela época chovia todos os dias. Durante aproximadamente 11 dias nos deram somente uma refeição quente, em 10 dias e um café, e um café da manhã. Ou seja, quando o Vale caiu, estava pesando aproximadamente 63 quilos, quando eu cheguei na Argélia, eu estava com 51 quilos. Para ver a insanidade do tratamento. Eles me tiraram da estaca para colocar em um pau-de-arara improvisado e aí vai uma, vou falar o nome de um Sargento que nunca apareceu em lugar nenhum e que eu conheci profissionalmente, foi o Sargento Aramis, juntamente com o Major Oyama¹²⁰

A identificação de um sistema autoritário pode ser feita quando ele é mantido pelo uso da violência e da força, em caráter excepcional e totalmente ilegítimo. Essas características podem ser visualizadas. Outro fator importante para compreender um sistema autoritário é a consolidação do silêncio como arma central, deixando a sociedade sem qualquer tipo de contato com as violências realizadas, colocando os dissidentes em total isolamento, estabelecendo o distanciamento como arma.

Darcy Rodrigues é reflexo direto desse tipo de ação:

Eu permaneci durante 60 dias, 30 porque a sindicância tem uma duração de 30 dias, com possibilidade de duas prorrogações de 15 dias. Então terminado os 30 dias houve a primeira prorrogação, terminado a primeira prorrogação houve a segunda prorrogação. Então fiquei preso 60 dias incomunicável.¹²¹

Preso inicialmente por 60 dias, Darcy Rodrigues enfrentou um processo característico do regime, no qual não existem prazos e muito menos uma resposta para as perguntas que podem ser realizadas. Este depoente não foi um caso isolado, ele é reflexo da organização

¹²⁰ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹²¹ RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

autoritária do regime, onde a busca constante de informações sobre presos políticos por seus familiares se torna uma ação sem respostas excluindo o direito à dignidade de uma busca.

No livro “Retratos da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985”, a autora Ana Carneiro (2010), transcreve um depoimento que demarca como eram as relações burocráticas de busca por desaparecidos:

Lembro como se fosse hoje. Tinha um corredor comprido e eu entrava naquele corredor e ele vinha de lá de dentro e eu ficava na porta, uma porta larga. Ele ficava do lado de dentro e eu do lado de fora. No dia 7 de setembro de 1964, seu marido ouviu a notícia de que João Alfredo havia sido libertado dias antes. A informação era de que ele teria sido solto no dia 28 de agosto. Mas não apareceu em casa. Ela dirigiu-se ao quartel e lá recebeu a confirmação: “Ele foi solto no dia 27”. No dia seguinte, retornou ao quartel: “Meu irmão não apareceu! Onde está meu irmão?” Nunca obteve a resposta. (CARNEIRO, 2010, p.85).

Podemos afirmar que a característica da ditadura na modernidade é a concentração total do poder e nenhum apreço pela ordem política que a antecede. Silva (2021, p.02) Ditaduras carregam traços excepcionais, um dos mais marcantes é que são centralizadoras em todas as funções, sem ao menos pensar em compartilhar as atribuições do estado com a sociedade, onde não existe nenhuma abertura para o debate da estruturação política.

Darcy Rodrigues relata sobre o modo como a ditadura abordou sua primeira prisão – dentro deste processo podemos identificar que o regime se caracterizou também pelas diferenças de tratamento que militares e grupos civis passaram durante abordagens no período da repressão, estabelecendo uma divisão nos processos de prisão:

(...) E daí descemos para a baixada santista, fiquei preso inicialmente na Fortaleza de Itaipu, quando eu tive o desamor de conhecer o Erasmo Dias. Posteriormente eu fui para um campo de concentração da base aérea em Itapema, ali era realmente um campo de concentração. O alojamento cercado com uma cerca de arame farpado com intervalo de 10 centímetros de um arame do outro, e uma metralhadora colocada numa caixa d'água, que tinha como campo de tiro os dois lados do alojamento.

Interlocutor não identificado – Só uma pergunta, nesse campo era só militares ou tinha civil também?

Sr. Darcy Rodrigues – Só militares. Os sargentos do exército ficaram com os suboficiais da aeronáutica e do outro lado ficaram os sargentos da aeronáutica. Então deveria ter a capacidade de mais ou menos umas 200 pessoas. Do lado dos sargentos da aeronáutica deveria ter aproximadamente 100 sargentos. Base Aérea de Itapema.¹²²

Em sete de abril de 1964, portanto, logo após o golpe, Darcy Rodrigues foi preso sob suspeita de envolvimento subversivo. No mesmo período, já se tinha o número de 30 sargentos

¹²² RODRIGUES, Darcy. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

do exército presos, o que vem a provar que não era incomum membros das Forças Armadas envolvidos com ações consideradas subversivas e serem presos.

Algumas áreas sofreram diretamente as ações da ditadura: as áreas de comunicação e imprensa, o Legislativo – que já não podiam ser mais autônomos e se tornam submetidos ao poder central –, além outros espaços que sofreram diretamente as ações da ditadura, entre eles os partidos políticos de oposição, que tiveram sua extinção imediata.

Entre as justificativas para implantação do regime ditatorial estão declarações de que o regime seria um mal necessário, onde a ditadura estaria na busca constante de uma solução para sanar os males do país e impor a ordem no seio da sociedade. Contudo, se torna importante lembrar os exemplos que a história acabou trazendo sobre este regime, o qual se arrastou por 21 anos e se faz presente na memória do povo brasileiro.

As múltiplas formas de prisão são caracterizadas em conceitos e práticas diferentes, pode-se entender mais sobre essas práticas ao analisar o depoimento do capitão Darcy Rodrigues. A prisão pode se diferenciar em diversos aspectos, de acordo com a localização do indivíduo no contexto. Darcy Rodrigues, vivendo uma luta constante contra ditadura militar, não só experienciou uma prisão física como vivia uma prisão ainda mais simbólica, aquela na qual não podia se movimentar e muito menos se manifestar perante a sociedade, onde era inexistente seu lugar como cidadão, em que se tornou totalmente nula qualquer ação de reparação jurídica naquele momento.

As perseguições não ocorreram apenas durante a ditadura, mas se arrastaram por alguns anos depois do regime, já no processo de abertura para a democracia. As perseguições seguem ocorrendo firmemente contra aqueles que se opuseram, Darcy Rodrigues acaba vivenciando essas perseguições em repetidos momentos. O professor Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 142) aponta que a luta desses militares não estava baseada apenas em seu período de perseguição durante a ditadura ou de clandestinidade, mas perdurou durante todo o período de pós-redemocratização, onde se mantinha uma agenda constante de paralizações e reivindicações.

No entanto, há mais um dado a ser revelado: a agenda de intervenção política ou militante desse grupo denominado militares perseguidos foi nucleada entre 1946 até 1964 na defesa da legalidade democrática, seguida de uma segunda agenda no pós-64 até 1988, pautada na luta pela restauração da democracia. Aliás, um pouco mais, já que a luta pela efetivação de seus direitos continua com uma agenda de democratização das Forças Armadas e das Polícias Militares. Basta constatar a agenda dos novos movimentos de oficiais e praças nas Forças Armadas, o capitão e a APEB, que emergiram no cenário pós-Constituição de 1988, bem como as quase três centenas de greves e paralisações das várias corporações policiais espalhadas pelo país. (CUNHA, 2014, p. 142).

Mesmo em processo de anistia, as relações de opressão ainda são fortes, as múltiplas violências que um perseguido sofre não são apenas a tortura, mas também as ações que conseguem humilhar e tratar o opositor como vencido. É retirada a dignidade do sujeito, onde a garantia mínima de trabalho não é possível. Não ter direito ao trabalho é viver à margem, o que se constitui em observar uma violência à dignidade, assim, para Miraglia (2010) demonstra como ocorre a construção do direito fundamental básico que é o trabalho:

Pode-se afirmar que a dignidade da pessoa humana é princípio cujo conteúdo é mais facilmente definido pela enumeração das formas de sua violação. Em outras palavras, seria mais fácil distinguir as situações que implicam ofensa à dignidade da pessoa humana do que atribuir-lhe conceito preciso. Não obstante, entendemos ser necessária a tentativa de construção do conceito de trabalho digno, a fim de afirmá-lo como direito fundamental inerente a todos os seres humanos. (MIRAGLIA, 2010 p.9039).

A maior dificuldade enfrentada por uma ditadura é a busca constante de legitimação, sendo que sua consolidação não vem apenas por meios autoritários e de coerção. No caso brasileiro, o êxito econômico que uma parcela da população logrou durante o regime foi fundamental para alicerçar sua legitimidade¹²³.

3.3 Anistia: afirmações e controvérsias na visão dos militares dissidentes

O conjunto de depoimentos que compõem nossa fonte principal, revela que há inconformidade e ressentimento em relação à Lei da Anistia, de 1979, a qual, na visão geral, desconsiderou os danos profissionais e pessoais sofridos Grande parte dos questionamentos provém da situação na qual os integrantes do grupo se encontravam à época do testemunho à CNV. A menção à questão da Anistia, embora não tenha sido tão recorrente nos depoimentos desses militares dissidentes, tem uma grande importância para o andamento deste trabalho. Mesmo assim, a relevância do tema não se pode medir em termos percentuais, mas em termos da incidência sobre o destino dos militares em questão nessa pesquisa.

O Comitê Brasileiro de Anistia surgiu em 1978, congregando diversos setores da sociedade brasileira e respectivas diversidades de demandas, tais como o retorno à democracia, a transição política, a libertação dos presos políticos e o retorno dos brasileiros exilados. Finalmente, em 27 de junho de 1979, com o país dividido pelas disputas de poder, o então

¹²³ Ver: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Mudanças econômicas no período militar. In REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 92-111.

presidente e ditador, João Batista Figueiredo, entendeu ser o momento de restabelecer a união nacional através de uma questão comum a todos: a anistia. A ideia da ditadura militar era que, com a anistia e o fim do bipartidarismo, os políticos exilados retornariam ao país, dividindo e enfraquecendo a oposição.

A proposta de anistia apresentada pelo Comando Geral de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, por exemplo, tinha como princípios a revogação da Lei de Segurança Nacional e o desmantelamento dos órgãos de repressão, a ampliação dos efeitos àqueles que já tinham sido condenados, o restabelecimento integral das pessoas demitidas aos seus empregos e a reintegração ao serviço público, bem como, uma prestação de contas, por parte do governo, acerca dos presos políticos, mortos e desaparecidos e a não-inclusão dos torturadores no rol dos anistiados.

A proposta do governo, contida no projeto de lei assinado por João Batista Figueiredo anistiava os torturadores e membros dos órgãos repressivos, através do obscuro conceito de “crimes conexos” (BRASIL, 1979b)¹²⁴. Como parte da estratégia política, os parlamentares da oposição decidiram apoiar o projeto de lei apresentado pelo presidente da República, com a perspectiva de propor as emendas e substitutivos necessários a uma anistia mais ampla, geral e irrestrita o possível¹²⁵.

A anistia foi a medida utilizada para pôr fim aos conflitos internos e conduzir à “pacificação” política do país. A pergunta que se impõe é se essa pacificação seria possível somente com a anistia e, em especial, se a autoanistia feita pelo governo através da ideia de “crimes conexos”, presente no texto da Lei n.º. 6.683/79, não possibilitou a manutenção de crimes do Estado contra os civis, na medida em que implicou o esquecimento dos delitos cometidos pela ditadura militar. Para Ost (2005, p. 172), a anistia se classifica em dois tipos, a depender dos seus efeitos: menor e maior. A anistia menor, ou anistia das penas, interviria após a condenação, interrompendo a execução das penas e apagando a condenação.

Inferimos que a condução do processo de construção da Lei da Anistia, por parte do governo, e a inclusão dos representantes da ditadura militar entre os anistiados, foi uma medida de construção dessa história que até hoje parte dos envolvidos nega a existência da tortura durante a ditadura ou invoca a anistia como forma de não ter que voltar a esse assunto.

¹²⁴ Art. 1º: [...]

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

¹²⁵ Ver: SOUSA, Arnaldo Vieira. Lei da Anistia: o direito entre a memória e o esquecimento. **Cadernos UNDB**, São Luís, v. 4, jan-dez 2014, p.11

A outra espécie de esquecimento a que a anistia pode ser ligada é o esquecimento-falsário que, para Ost (2005, p. 161), representa as “mil e uma formas de mentiras piedosas da história oficial para legitimar uma ditadura ou reforçar uma ideologia, trabalhando à vontade com a simples verdade dos fatos”. O processo de construção da anistia recíproca teve esses efeitos de falseamento da história e dos papéis representados pela sociedade e, em especial, pelos militantes, durante a ditadura militar.

É o que Reis Filho demonstra:

No caso do Brasil, a sociedade que conta, ou seja, a situada nos estratos superiores da pirâmide social, e que acompanhava os debates, não pareceu incomodada com os deslocamentos de sentido e com os resultados obtidos com a Lei da Anistia, [...]. Ao contrário, houve júbilo, o que é próprio das grandes conciliações. [...] a sociedade, reconhecendo-se essencialmente comprometida com os valores democráticos, se auto absolvía de qualquer transação com a ditadura. [...] A ditadura foi considerada um corpo estranho. Quanto à tortura, o que tem uma sociedade democrática a ver com torturas praticadas no âmbito de uma ditadura que já se foi? [...] A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera. (REIS FILHO, 2001, p. 136-137).

Durante as primeiras semanas do mês de março de 2021, emergiu uma mobilização popular que propunha a reinterpretção da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os grupos que buscam uma releitura da Lei da Anistia, principalmente colocam em debate o julgamento de crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura, e consideram que a lei acabou nascendo para uma pacificação aos crimes cometidos pelos militares, conforme pode se deprender do texto da lei, artigo primeiro:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Os depoentes acrescentam suas percepções sobre a Lei da Anistia, revelando insatisfações, conforme fica registrado por Eduardo Chuahy:

Na verdade, houve uma anistia, mas não para nós, para nós não houve anistia. Quer dizer, houve anistia para o Figueiredo, o Figueiredo foi inteligente, ele fez anistia para o pessoal dele. E deu uma parte da anistia para a gente, mínima. Você conversa com qualquer pessoa lúcida, não houve anistia, o indivíduo não tem, com o militar é normal que seja isso, eles odeiam a gente, odeiam¹²⁶

Apesar de grande parte dos depoentes terem sido beneficiadas pela lei, uma boa parte ficou com seus processos em análise, transcorrendo anos até sair um parecer, o que dá continuidade em um sofrimento diante do Estado e da sociedade. Por isso, se tornou necessário trazer para o debate quais os ressentimentos ocupam a memória dos dissidentes.

Pierre Ansart (2004) destaca que é necessário considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte. Ao longo dos depoimentos, percebe-se que uma questão que se sobressai é o desejo imediato por reparações.

A Lei da Anistia, na concepção do depoente Darcy Rodrigues, foi utilizada como forma de puni-lo ao invés de conseguir reparar as dores causadas pela violência passada, uma aposentadoria compulsória e até mesmo sua impossibilidade de sobrevivência, lhe deixa sem qualquer aparato de questionamento sobre o Estado, assim como Darcy Rodrigues, o ponto fundamental para revisão da lei da anistia é perceber que entre os depoentes em sua grande maioria já estão mortos e não devem ser beneficiados com a revisão da Lei.

Cabe destacar o apontamento realizado por Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 150) sobre a responsabilidade de uma possível revisão da Lei de Anistia, é destacado pelo mesmo a posição dos membros da CNV, porém, não cabe as atribuições da Comissão qualquer indicativo de mudança da lei, sendo apenas uma recomendação dentro do relatório final uma possível abertura de processo contra os torturadores, sendo de responsabilidade das estruturas políticas institucionais o papel de decidir sobre a revisão ou não da lei.

uma falsa polêmica é a de que a CNV tem por objetivo a revisão da Lei da Anistia. É de domínio público a posição individual dos comissários sobre a questão da revisão ou não da anistia, mas é consensual que o processo de revisão não faz parte de suas atribuições, embora a CNV possa recomendar ao final dos trabalhos, a abertura de processo contra torturadores, dada a nova jurisprudência sobre a matéria. Concretamente, tramita na Câmara dos Deputados, um projeto de revisão da Lei de Anistia patrocinada pela deputada Luiza Erundina, questionando a validade da anistia aos torturadores, leia-se, crimes conexos. A própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com mais uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), objetivando rever esse dispositivo, desta feita com o argumento de que tortura é crime contra a humanidade, portanto imprescritível. Mas

¹²⁶ CHUAHY, Eduardo. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

são movimentos advindos do Congresso Nacional, da sociedade civil, ou mesmo de pressões de fóruns internacionais. (CUNHA, 2014, p. 140).

De acordo com a CNV (2014), os dados sobre a perseguição aos militares eram muitos precários, o que impossibilita por vezes o andamento de processos para o julgamento que possa garantir a efetividade da Lei da Anistia para esse grupo.

Os dados relacionados à perseguição de militares nesse período ainda são muito precários. Oficiais e praças ainda aguardam o julgamento de seus processos de anistia. Um efetivo diagnóstico quantitativo reclama levantamento detalhado. Sabe-se que centenas de militares foram expulsos das Forças Armadas e que outros tiveram suas carreiras abortadas. (CNV, 2014, p.15).

O benefício da lei da anistia para as vítimas não passava de uma desculpa que buscou beneficiar os torturadores o que fica mais explícito quando Ricardo de Carvalho, advogado do depoente Aloísio Cerqueira, faz a seguinte afirmação:

Porque naquela época, a ordem era a seguinte: “Pegou em arma, vai morrer de tiro, ou então vai morrer na base da tortura, ou simulando um acidente.” Como é que o Emílio Garrastazu Médici saiu da condição de general para ser presidente da República? Pelo sucesso no Araguaia, o sucesso da missão no Araguaia o levou à Presidência da República. Por que houve a anistia? Porque todos que pegavam em armas foram mortos, teve anistia por causa disso¹²⁷

Questionamentos sobre os fundamentos da lei da anistia ganharam força durante o ano de 2010, quando o ex-ministro Eros Grau¹²⁸, se tornou relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), A ação foi ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a possibilidade de uma releitura da lei. Depois de 2010, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, foi possível perceber que tanto os militares que sofreram perseguição durante o regime, quanto os familiares de vítimas mortas, ainda buscavam uma possibilidade de julgamento sobre esses crimes. Indo além de compreender o ressentimento e a mágoa desses militares perseguidos e torturados é necessário se atentar para o detalhe que os mesmos vivem e socializam sob um regime democrático de direito, o que torna legítimo as inquietações sobre um passado não resolvido.

¹²⁷ CARVALHO, Ricardo de. **Depoimento**. Entrevista Concedida a CNV, 2013.

¹²⁸ Em seu voto, o ex-ministro Eros Grau defendeu que a Lei de Anistia deveria seguir da mesma forma que foi constituída. Ou seja: anistia ampla, geral e irrestrita. Ver: BARRIENTOS-PARRA, Jorge David; MIALHE, Jorge Luís. Lei de Anistia: comentários à sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153. **Revista de informação legislativa**, v.49, n.194, p. 23-40, 2012.

Como identificar quem realmente detinha legitimidade para ser contemplado pela lei da anistia? Como o Estado poderia agir para não ampliar os sofrimentos já existentes nessas vítimas? A solução seria, de fato, a revisão da lei. Jorge Borges acabou encontrando as mesmas dificuldades, com seu caso sendo analisado por um coronel, acabou sendo indeferido, apenas por não sensibilizar suficientemente quem estava com o processo em mão.

Marcelo Oliveira (Comissão Nacional da Verdade) – Eu só tenho mais uma pergunta. O senhor ingressou com um processo na Comissão de Anistia? Como está isso? Que informação o senhor tem? Jorge Borges – Marcelo, eu fui ouvido no dia 26 de outubro de 2012, lá na OAB. Marcelo Oliveira (Comissão Nacional da Verdade) – Em Curitiba ou aqui? Jorge Borges – Em Curitiba. O conselheiro foi o coronel Henrique de Almeida Cardoso. Mostrei o processo para ele, aliás, foi encaminhado, e ele chegou lá e mostrou para mim assim: “Olha, o seu processo está nas minhas mãos, nada do que tem aqui me comoveu, eu não vou ler o processo (JORGE, 2013).

Porém, Jorge Borges acabou sendo anistiado na patente de soldado, mesmo passando pelas adversidades de por vezes ser um militar que se colocou contra a ditadura militar, conseguiu o que a grande maioria de quem se opôs a ditadura militar não conseguiu.

A historiografia vem discutindo os limites que a anistia de 1979 teve, conforme destaca Rodeghero:

A reflexão sobre anistia e esquecimento pode ser útil para compreender como se iniciou a transição da ditadura para a democracia, na segunda metade dos anos 1970, processo que ainda está incompleto. Hoje, quando se questiona, por exemplo, se a Lei da Anistia atingiu tanto opositores, quanto agentes da ditadura, ou quando se discute a criação e o funcionamento da Comissão da Verdade, diferentes atores políticos se referem ao período da transição, e especificamente à lei de 1979, para dizer que naquela oportunidade houve uma negociação entre governo e oposição em torno do projeto aprovado pelo Congresso. (RODEGHERO, 2012, p.97).

A reflexão em torno da Lei da Anistia é necessária, para compreender qual foi seu impacto na vida desses militares dissidentes:

Acredito que a interpretação de que a anistia de 1979 foi um pacto entre o governo e a oposição, reiterada inúmeras vezes, desde o final da década de 1970 até os dias de hoje, contribui em muito para que ainda seja difícil tratar com transparência estas questões. Atores políticos de peso, situados no Judiciário, mas também no Executivo e no Legislativo, na imprensa e entre os militares têm defendido este pacto de esquecimento. Não custa lembrar as palavras de um dos “militantes da memória” da ditadura, o ex-ministro Jarbas Passarinho, em entrevista à Folha de São Paulo. Para ele, “foi uma anistia mútua”. É preciso reconciliação. Para reconciliar é preciso esquecer” (RODEGHERO, 2012, p.130).

A autora afirma que entre ambos os campos, governo e oposição houve um pacto para sustentação da lei da anistia, o que tornou difícil avançar no debate transparente de algumas mudanças na lei, porém é importante destacar que esta afirmação foi realizada antes da

consolidação dos trabalhos da CNV em 2014 e antes do levantamento das entrevistas utilizadas como fonte deste trabalho. Vale ressaltar como foi a aplicação desta lei aos torturadores que estavam controlando o Estado e àqueles que sofreram com as violações de seus direitos individuais e quais foram os impactos na memória destes indivíduos.

Flora Abreu¹²⁹ (1987), afirma que a lei da anistia acabou se referindo aos crimes políticos, sendo que, em seu entendimento, a tortura realizada por militares insere-se no rol dos crimes comuns:

Em 1979, ainda sob a ditadura militar, por pressão da sociedade, foi concedida uma anistia, que não foi ampla, geral e irrestrita, como se exigia, mas sim o instrumento que nas classes dominantes usaram para deixar na impunidade os torturadores. A eles a anistia também deveria ser aplicada. Acontece que a anistia é esquecimento, destina-se aos vencidos, logo não se aplica nem se refere aos que a estão concedendo. Mesmo que assim fosse, a anistia se refere aos crimes políticos, e tortura não é crime político. É crime comum. Assim, exigimos do atual regime uma posição clara em relação à tortura e aos torturadores. Exigimos, no mínimo, o afastamento de todos os torturadores de funções públicas, exigimos o esclarecimento das mortes e desaparecimentos dos presos políticos, exigimos que os responsáveis por estes crimes não fiquem impunes.¹³⁰

Flora Abreu demonstra que a Lei da Anistia não foi aplicada de forma ampla, como boa parte dos perseguidos desejava, servindo aos militares para manter a impunidade, com Fim da ditadura. Aqui vale voltar para o que Rodeghero (2009) destaca sobre os militares, as autoridades civis e a mídia terem contribuído para o prevalecimento da anistia esquecimento:

O mais trágico, porém, é que a vitória da anistia ao esquecimento não se deu apenas pela maioria que o governo dispunha no Congresso, em agosto de 1979. A consolidação da amnésia foi resultado de posturas assumidas pela própria oposição ao Regime e pela sociedade como um todo, depois da aprovação da lei. Contribuíram, para isso, os discursos de militares, autoridades civis e da grande imprensa que diziam que o tema da tortura era intocável depois da anistia (considerada) recíproca. Quem tocasse em temas como esse, estaria sendo revanchista. O próprio movimento pela anistia teria sido um tanto culpado pela vitória do esquecimento, por difundir a ideia de que a sociedade como um todo tinha lutado contra a Ditadura, quando, na verdade, o Regime teve um considerável apoio popular. (RODEGHERO, 2009, p. 138).

Com isso, a diferença entre aqueles que lutavam pela manutenção da ditadura e os que visavam à restituição da democracia sumiu, assim como foi apagado o rastro do apoio dado a ditadura militar por várias camadas da sociedade e, mais que isso, foi construída a ideia de que a sociedade resistira à ditadura e a vencera.

¹²⁹ Flora Abreu foi uma militante perseguida durante a ditadura militar, acabou sendo forçada a entrar em exílio, com o fim da ditadura retornou para o Brasil e organizou o grupo Tortura Nunca Mais, para buscar justiça aos mortos e torturados.

¹³⁰ . ABREU, Flora. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 33.

Por fim, a lembrança de que a tortura era prática cotidiana das atividades policiais foi relegada aos porões da ditadura. Outro falseamento, talvez o maior, foi o de que a anistia surgiu em um tom conciliatório e de que foi produto de intensa discussão no seio da sociedade, com a Lei nº. 6.683/79 representando o produto final desses debates. Ao todo nestes depoimentos apenas os três depoentes tiveram disponibilidade em se manifestar sobre a Anistia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à parte final desta pesquisa, consideramos importante destacar alguns pontos. Em termos de contextualização, a Ditadura Militar é um período na história brasileira no qual deve ser lembrada como o momento em que a estrutura do Estado foi utilizada para violentar e torturar qualquer indivíduo que não estivesse de acordo com o golpe de 1964 e a ditadura que se prosseguiu. Esse momento também deve ser marcado pelas graves violações de direitos humanos individuais, que foi pilar de sustentação da ditadura, onde a perseguição, tortura e morte era aplicada independentemente do meio social que os inimigos dos ditadores estivessem.

Ao encarar que tanto o golpe de 1964, quanto a ditadura militar que se estabeleceu com o golpe, tiveram sua consolidação marcada pela censura, autoritarismo, sequestros e execuções, articuladas e aplicadas por agentes militares que ocupavam espaços de poder à frente do Estado brasileiro. Porém, quando se fala em perseguidos políticos é jogado na mesa da historiografia apenas os movimentos estudantis, sindical e de trabalhadores urbanos/rurais, o que torna quase inexistente o debate sobre a existência de militares que disseram não ao golpe e à ditadura.

A fim de esclarecer a compreensão sobre o perfil dos militares abordados durante este capítulo, cabe inferir algumas questões, do ponto de vista dos depoentes não se tem um esclarecimento ao certo do papel da Comissão Nacional da Verdade sobre os seus depoimentos, seis dos onze desses ex-militares chega com uma grande expectativa para um auxílio da CNV para auxiliar na revisão dos seus processos de anistias, depositam uma grande esperança de que a Comissão lhes de respostas e soluções em demandas anteriores, como por exemplo em questão indenização do sofrimento causado pela ditadura. Sendo que a CNV não tem esse papel jurídico de realizar indicações ou mesmo alterações em processos jurídicos, assim, acaba prejudicando o próprio fluxo dos depoimentos para que se consiga de fato um apanhado histórico do depoente.

Apesar da Comissão da Comissão Nacional da Verdade brasileira, ter sido uma das últimas comissões a ser organizadas na América do Sul, é destacar a importância do seu trabalho em debater as violações ocorridas e garantir um espaço de escuta para essas vítimas.

Apontamos uma crítica estritamente que foi anteriormente abordado nos capítulos iniciais, onde sentiu-se a falta do núcleo de historiadores brasileiros que debatem e pesquisam sobre o período histórico da ditadura militar brasileira na composição da Comissão Nacional da Verdade.

Cabe inferir três pontos sobre esta falta, primeiramente é caracterizam onde boa parte deste corpo de pesquisadores tem um grande referencial teórico sobre tal período, segundo que o rigor técnico desses profissionais poderiam auxiliar grandemente a forma da condução dos trabalhos da Comissão, terceiro que a forma que as entrevistas foram conduzidas poderiam ter um método mais efetivo ao trazer a memória desses militares para o debate sem deixar o entrevistado perdido sem entender a real função da CNV.

Sobre os militares abordados neste trabalho é fato encarar alguns pontos nesta conclusão, primeiro que os depoentes não observam na Comissão Nacional da Verdade um esclarecimento sobre seu papel, se de fato ela poderia auxiliar em seus processos de revisão da anistia ou mesmo na responsabilização de seus torturadores, o que torna o debater sobre a totalidade da relevância da CNV em alguns casos e qual foi realmente sua função para as vítimas além da escuta e da garantia do direito à memória. Boa parte dos depoentes estão na fase final da vida, que de certa forma devemos levar em consideração as mágoas causadas tanto pela falta de justiça, quanto pelo reconhecimento da historiografia sobre esses militares.

Parte dos militares dissidentes que estiveram na linha de frente ao golpe e da ditadura militar, foram perseguidos, torturados e em sua maioria entraram na clandestinidade, seja pela organização política que faziam parte ou de forma compulsória para não correr risco de morte por parte dos ditadores. Deve-se encarar também esses militares como dissidentes, membros que discordam totalmente da política oficial da ditadura militar, esses militares dissidentes sofreram durante quase toda vida por não compactuar com as medidas autoritárias das Forças Armadas.

Boa parte dos militares dissidentes mantinha vínculo com partidos políticos de esquerda ou mesmo de centro esquerda, não se pode encarar todos como comunistas, apenas quatro dos onze militares mantinham vínculos diretos com o PCB, VPR e outras organizações.

E afinal de contas, o que faz esses militares se voltarem contra a hierarquia das Forças Armadas e colocarem a própria carreira em risco? Em grande maioria os militares abordados neste trabalho são de baixa patente vindos das classes populares e ao ingressar na carreira militar se deparam com uma estrutura totalmente diferente daquilo que realmente acreditavam antes de ingressar. A família torna-se um central para que esses militares questionem o golpe e a ditadura, quando se colocavam contra qualquer ato de violência, em sua maioria retomava a educação que os pais e mães davam e que não podiam ir contra essa educação moral, cinco dos onze desses depoentes abordam a família em algum contexto de suas decisões.

Entre todo o processo de ingresso desses militares nas Forças Armadas, suas carreiras, as ações em torno do debate político e a passagem pelo golpe de 1964 e a ditadura militar, ocorrem ações que fazem esses personagens ponto importante para o debate historiográfico. Primeiro pela necessidade em encarar que dentro das Forças Armadas não existe uma hegemonia de pensamento em torno do debate político, social e econômico que gira em torno da ditadura militar. Segundo que com advento da ditadura existe uma necessidade dos torturadores em transpassar para sociedade que todo o corpo das Forças Armadas estava alinhado, sem a construção dessa imagem, podemos entender que o projeto de poder baseada no medo e no terror poderia fracassar.

Deve-se inferir que a ditadura militar se utilizou da tortura e do medo principalmente como forma de reeducar as massas para poder se consolidar através das instituições jurídicas, tais como conhecemos como os Atos institucionais. Os depoentes abordados neste trabalho sofrem diretamente com a consolidação desses Atos. Entende-se que a tortura, o sofrimento imposto a esses militares vem com uma carga totalmente distinta se caso comparado com os estudantes, trabalhadores e políticos de oposição. Não era apenas a eliminação de um oponente a ditadura militar, mas de um traidor de seu próprio meio.

Entendendo a importância dos militares utilizados como fonte nesta pesquisa, cabe salientar que no âmbito do campo da memória, há um ressentimento dos depoentes diante do debate público que se sucedeu ao longo do período de redemocratização. Tais mágoas estão em não serem considerados heróis importantes pela ditadura, falta de reconhecimento dos estudos historiográficos sobre os militares dissidentes. Apesar do debate sobre os sofrimentos causados pela ditadura militar não estar em torno dos militares que se colocaram contra o golpe é papel da historiografia trazer para o debate teórico e principalmente político, a importância desses militares para resistência ao golpe.

Por fim, é importante finalizar este debate sobre como a Comissão Nacional da Verdade acabou não tendo um papel de influência nas mudanças jurídicas sobre torturadores e torturados, mas, como afirma Paulo Abrão na abertura do livro *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*, a CNV não tratará apenas de entender o passado, mas a possibilidade de entender e garantir que o sofrimento dos presos políticos seja reconhecido pela justiça brasileira e que possibilite uma nova compreensão dessas vítimas.

Realmente a Comissão Nacional da Verdade não teve um respaldo jurídico para realizar mudanças em processos ainda abertos sobre anistia de presos políticos ou indicação de parecer sobre processos de acusação dos torturadores, mas ela manteve seu papel forte e

necessário para história brasileira no que se refere a necessidade de continuar realizando o debate e questionamentos sobre o que de fato foi o impacto do golpe de 1964 e da ditadura na sociedade brasileira. Compreende-se, portanto, que as ações repressivas no regime militar não só ocorreram como tiveram aparatos para consolidá-las e revesti-las de legalidade, institucionalizando medidas de violação aos direitos humanos.

O ano de 2018 no Brasil foi marcado pela corrida presidencial e o discurso dos candidatos que foram para o segundo turno daquela eleição se fundamentou no debate sobre os fatos ocorridos durante a Ditadura Militar brasileira. De um lado, disputava Fernando Haddad, candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), partido que governou o país durante 14 anos, tendo como presidentes um ex-sindicalista e uma ex-estudante que foi presa e torturada pela ditadura, representava o discurso que se opunha ao regime militar. Do outro lado, Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL (Partido Social Liberal), então deputado federal pelo Rio de Janeiro, proferia uma retórica de campanha que fazia referências à aprovação de medidas tomadas durante a ditadura, tais como maior controle das práticas políticas exercidas por grupos populares, rememoração do golpe e aplausos para agentes condenados por tortura, incluindo o torturador da presidenta Dilma Rousseff, a qual havia estado à frente do poder executivo federal entre 2010 e 2016.

O cenário de manifestações acerca das eleições nos reportou à conjuntura política da ditadura militar. O discurso dos defensores da ditadura ficou tão inflamado que influenciava, direta ou indiretamente, a liberdade de expressão e de opinião na sociedade. Àquela altura, quem se expressasse em defesa dos direitos humanos, por exemplo, era taxado de esquerdista, comunista e vagabundo. A polarização política, que crescia desde a deposição da presidenta em 2016, atingiu o seu auge naquela eleição: o eixo político foi deslocado de tal maneira que opiniões tradicionalmente situadas “ao centro” passaram a ser caracterizadas como “de esquerda”¹³¹.

Os anseios de uma parcela de brasileiros em 2018, quanto à memória predominantemente favorável às ações realizadas pelos militares a partir de 1964, consolida a necessidade de busca por documentação que retire toda e qualquer dúvida sobre os fatos ocorridos durante o regime ditatorial. Levantar as ações que abarcam o conceito de ditadura é trazer à evidência todo o obscurantismo sobre esse passado mal resolvido deste país.

¹³¹ Ver: FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, p. 401-430, 2021.

É interessante notar, também, que cada ditadura, no que se refere à América do Sul, adotou formas diferentes de aplicar a violência contra sua população, onde as modalidades de tortura, perseguição e morte variam pela questão geográfica, política e econômica. O Brasil acabou construindo uma modalidade focalizada em uma versão do terrorismo psicológico sobre a vítima, não deixando escapatória para levantar forças e conseguir se colocar de forma direta contra o regime.

Utilizar os depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade e, principalmente, utilizar alguns dos personagens militares que foram perseguidos, se torna uma necessidade da atualidade, visto que está em curso a elaboração de uma narrativa de que não existiu uma ditadura militar e que, no caso desta ter ocorrido, ela teria sido branda. Tal narrativa fica completamente inverossímil se considerarmos o que foi disposto neste trabalho, no qual foram analisadas as memórias e a história dos militares que foram, presos, torturas e expurgados.

A natureza do regime fica clara quando a ditadura não expressa receio em utilizar o uso da força para garantir sua legitimidade, conseguindo controlar tanto os movimentos de oposição quanto a subordinação da população pelo simples medo de se colocar contra qualquer ação de autoritarismo aplicada pelo regime, ainda que esta implique na retirada ou na violação dos direitos humanos dos indivíduos.

Em outras palavras: houve ditadura. E este é um fato histórico que deve ser evidenciado e divulgado na sociedade brasileira para que o estado democrático de direito possa finalmente se consolidar neste país.

Ditadura nunca mais.

REFERÊNCIAS

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ALAMINO, Caroline Antunes Martins. **Presídio Maria Zélia**: repressão política no governo constitucional de Getúlio Vargas. Universidade Federal de Santa Catarina, **Programa de Pós-graduação em História** (Tese de doutorado) p. 21, 2018.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (Res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível, São Paulo, Editora Unicamp, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

AZOLINI, Rafael Arduini; CORREIA, Iara Toscano. A imprescritibilidade do dano moral nos crimes cometidos na ditadura militar. **Revista FACISA ON-LINE**, v. 6, n. 1, 2017.

BATTISTELLA, A.; PADRÓS, E. (2019). Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. **Revista História: Debates E Tendências**, v. 19, n.3, pp. 358-360, 2019.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política** – Obras escolhidas. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS–Revista Científica**, n. 34, p. 143-159, 2014.

CASSOL, G. Tortura na ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista Sociais E Humanas**, v. 20, n. 2, pp. 33–46, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/782> . Acesso em: 20 mar. 2023

CASTRO, Ricardo Silveira; SCHINKE, Vanessa Dorneles. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: o discurso sobre o judiciário. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 14, p. 291-316, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 33.

CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. **Militares e Política**, n. 6, 2011.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. São Paulo: Zahar, 2012.

COMPARATO, Bruno Konder. O impacto dos processos de revisão das leis de anistia na qualidade da democracia na América Latina. **O público e o privado**, v. 9, n. 18, , p. 15-30, 2011.

CUNHA, P. R. da. A Comissão Nacional da Verdade e os militares perseguidos: desafios de um passado no tempo presente e futuro. **Acervo**, v. 27, n. 1, p. 137–155, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/464> . Acesso em: 20 mar. 2023.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Ed.). **Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2014.

DE BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

DE VASCONCELOS, Cláudio Bezerra. A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964. **Locus: Revista de história**, v. 12, n. 2, 2006.

DO AMARAL, Augusto Jobim; FIEDLER, Cássia. **O legado autoritário na criminalização dos movimentos sociais no Brasil**. In: Estudos de Derecho Iberoamericano, v. 2, p.268-277, 2019.

FICO, C. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, v. 28, n. 47, p. 43–59, jun. 2012.

FICO, Carlos. Ditadura militar e concordata moral. Editora **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 191–195, 2002.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, v. 24, p. 29-60, 2004.

GALLO, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7457> . Acesso em: 26 mar. 2023.

GIANNAZI, Carlos. **A doutrina da segurança nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Revista Estudos Históricos**, v. 25, n. 49, p. 129-148, 2012. São Paulo: Evidências.

KEHL, Maria Rita. A histeria e o ressentimento. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, v. 10, n. 25, p. 76-84, 2003.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)**. 2009. Tese – (Doutorado). Universidade de São Paulo. Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil I 1. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/historia-oral-miolo.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2023

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **O direito do trabalho e a dignidade da pessoa humana pela necessidade de afirmação do trabalho digno como direito fundamental**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. 2010, p. 9038-9047. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3828.pdf>> ,

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, p. 195-216, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, 2011.

NASCIMENTO, Alice et al. Terrorismo de estado. **Em Debate**, n. 3, p. 87-102, 2007.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

OST, François. **O tempo do direito**. Tradução de Caio Fernandes. Bauru: Edusc, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Fapa, 2006.

PADRÓS, E. S. **Ditaduras de segurança nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v.27, 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerraPadros.pdf

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH–São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2011.

Pinheiro, Carlos Eduardo. **Memória dos presos políticos no período ditatorial brasileiro**. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH. **Anais[...]**. São paulo, 2011, p.1-21 Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPH.pdf 2011. Acesso em: 20 mar. 2023.

RODEGHERO, C. S.. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, C. S.; MONTENEGRO, A. T.; ARAÚJO, M. P. (Org.). **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, v. 1, p. 97-136.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Revista Tempo (Revista do Departamento de História da UFF)**, v. 14, p. 199-217, 2008.

SILVA, B. “Lembrar e Nunca Esquecer”: O caso Darcy Rodrigues perante a Comissão Nacional da Verdade. 158 – 171. ANAIS_05.12. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14Ur-SkzR98WDNUXtahgdncuaOWF5P68c/view>>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SILVA, B. A. (2022). O jornal Folha de SP e as narrativas sobre comissão nacional da verdade em 2014. **Revista De Estudos Interdisciplinares**, v.3, n. 6, pp. 41-49, 2022. Disponível em: <https://ceeinter.com.br/ojs3/index.php/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/232> . Acesso em: 20 mar. 2022

SILVA, Clara Luísa Oliveira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Lugares, discursos e subjetividades nas organizações: o caso de uma prisão. **Cadernos Ebape. Br**, v. 11, n. 3, p. 383-401, 2013.

SILVA, B. Casa de Ferreiro, Pau de Arara. **Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF**, v. 20, n. 2, pp. 151 – 161, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/srph.v20i2.12703> . Acesso em: 20 mar. 2023

Gama da Silva, Marcília. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVEIRA, L.B. **Ditadura e desterro: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos estados unidos (1964-1979)**. Dissertação – (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História. 2011. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/LORENNABURJACKDASILVEIRA.pdf> .

Acesso em: 26 jul. 2022.

VIEIRA, Leylianne Alves. Memórias e disputas: o caso Edson Luís e a memória de 1968. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 2, 2020.

VIOLA, Eduardo Solon Annes; DE ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Ditadura e educação: conexões a serem ressignificadas. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 78-96, 2015.

FONTES

A perseguição aos militares que resistiram à ditadura. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I Tomo Parte 1 A-perseguaao-aos-militares-que-resistiram-a-ditadura.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-perseguaao-aos-militares-que-resistiram-a-ditadura.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021

SYLVESTRE, Vicente; LOULA, Maria; CUNHA, Paulo. **DEPOENTE: Vicente Sylvestre Categoria do depoente: Vítima militar -Coronel Responsáveis pela tomada de depoimento.** [s.l.: s.n.], 2013. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Vicente Sylvestre -_18.03.2013.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Vicente_Sylvestre_-_18.03.2013.pdf) . Acesso em: 27 set.2021

OLIVEIRA, Marcelo; LERNER, Daniel. **DEPOENTE: JORGE BORGES Categoria do depoente: Vítima militar Responsáveis pela tomada de depoimento.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Jorge Borges 28.06.2013.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Jorge_Borges_28.06.2013.pdf) . Acesso em: Acesso em: 27 set. 2021

LOULA, Maria; CUNHA, Paulo; RODRIGUES, Darcy. **DEPOENTE: DARCY RODRIGUES Categoria do depoente: Vítima militar, capitão Local: São Paulo Responsáveis pela tomada de depoimento: TOMADA DE TESTEMUNHO (transcrição).** [s.l.]: , 2013. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Darcy Rodrigues -_Completo.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Darcy_Rodrigues_-_Completo.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021

LERNER, Daniel; CÂMARA, Dom; LUIZ; *et al.* **DEPOENTE: ALOÍSIO CERQUEIRA LIMA Categoria do depoente: Vítima militar Tipo de arquivo: Áudio Responsáveis pela tomada de depoimento: Aloísio Cerqueira Lima 6/6/2013 -Completo.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Aloisio Cerqueira Lima -_06.06.2013 - ct rp.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Aloisio_Cerqueira_Lima_-_06.06.2013_-_ct_rp.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021

DEPOENTE: ADIR FIGUEIRA Categoria do depoente: Vítima militar. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Adir Figueira e Jose Bezerra da Silva 16.04.2013 - rp.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Adir_Figueira_e_Jose_Bezerra_da_Silva_16.04.2013_-_rp.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021.

DEPOENTE: BOLÍVAR MARINHO SOARES DE MEIRELLES Categoria do depoente: Vítima militar, coronel. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Bolivar Marinho Soares de Meirelles.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Bolivar_Marinho_Soares_de_Meirelles.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021

DEPOENTE: AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA e PEDRO LOBO DE OLIVEIRA Categoria do depoente: Vítimas militares. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/especialistas/fv Amadeu Felipe e da Luz Ferreira e Pedro Lobo 19.03.2013.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/especialistas/fv_Amadeu_Felipe_da_Luz_Ferreira_e_Pedro_Lobo_19.03.2013.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021.

CUNHA, Paulo. **DEPOENTE: JOSÉ DE MENEZES CABRAL Categoria do depoente: Vítima militar Local: São Paulo Responsáveis pela tomada de depoimento.** [s.l.: s.n.],

2013. Disponível em:

[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Jose de Menezes Cabral.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Jose_de_Menezes_Cabral.pdf) .
Acesso em: 27 set. 2021.

CUNHA, Paulo; DE, Carolina; MELO, Campos. **Responsáveis pela tomada de depoimento: Nomes citados Locais citados Organizações citadas.** [s.l.: s.n., s.d.].

Disponível em:

[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Kardec Lemme -
_RDK_19.06.2013.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Kardec_Lemme_-_RDK_19.06.2013.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021.

CUNHA, Paulo; DE, Carolina; MELO, Campos; *et al.* **DEPOENTE: EDUARDO CHUAHY Categoria do depoente: Vítima militar TOMADA DE TESTEMUNHO (transcrição).** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:

[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Eduardo Chuahy_17.06.2013.
pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Eduardo_Chuahy_17.06.2013.pdf) . Acesso em: 27 set. 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE RELATÓRIO Volume I [s. d.]. **Gov.br.**

Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf
f. Acesso em: 26 abr. 2022. **A perseguição aos militares que resistiram à ditadura.** [s.l.: s.n.,
s.d.]. Disponível em:

[http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-
i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-perseguido-aos-militares-que-resistiram-a-ditadura.pdf](http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-perseguido-aos-militares-que-resistiram-a-ditadura.pdf) .

Acesso em: 27 set. 2021

DE, Violações. **Parte II AS ESTRUTURAS DO ESTADO E AS GRAVES.** [s.l.: s.n., s.d.].

Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf .

Acesso em: 27 set. 2021

ANEXOS

ANEXO A - Cartaz procurado da época, destaca na foto Carlos Roberto Zanirato, Jose Mariane Ferreira Alves, Darcy Rodrigues e Carlos Lamarca, todos militares dissidentes das forças armadas

PROCURA-SE

Se você souber do paradeiro de algum
dêstes homens, telefone para 2-5898
(em Santos)
ou dirija-se à Delegacia mais próxima



Nome: CARLOS ROBERTO ZANIRATO — vulgo "CABRAL"
Filiação: Herminio Zanirato e Ernestina Ferreira Zanirato

Nome: JOSÉ MARIANE FERREIRA ALVES — vulgo "MARIANI"
Profissão: ex-cabo do EB
Filiação: Antônio de Souza e Maria F. de Souza

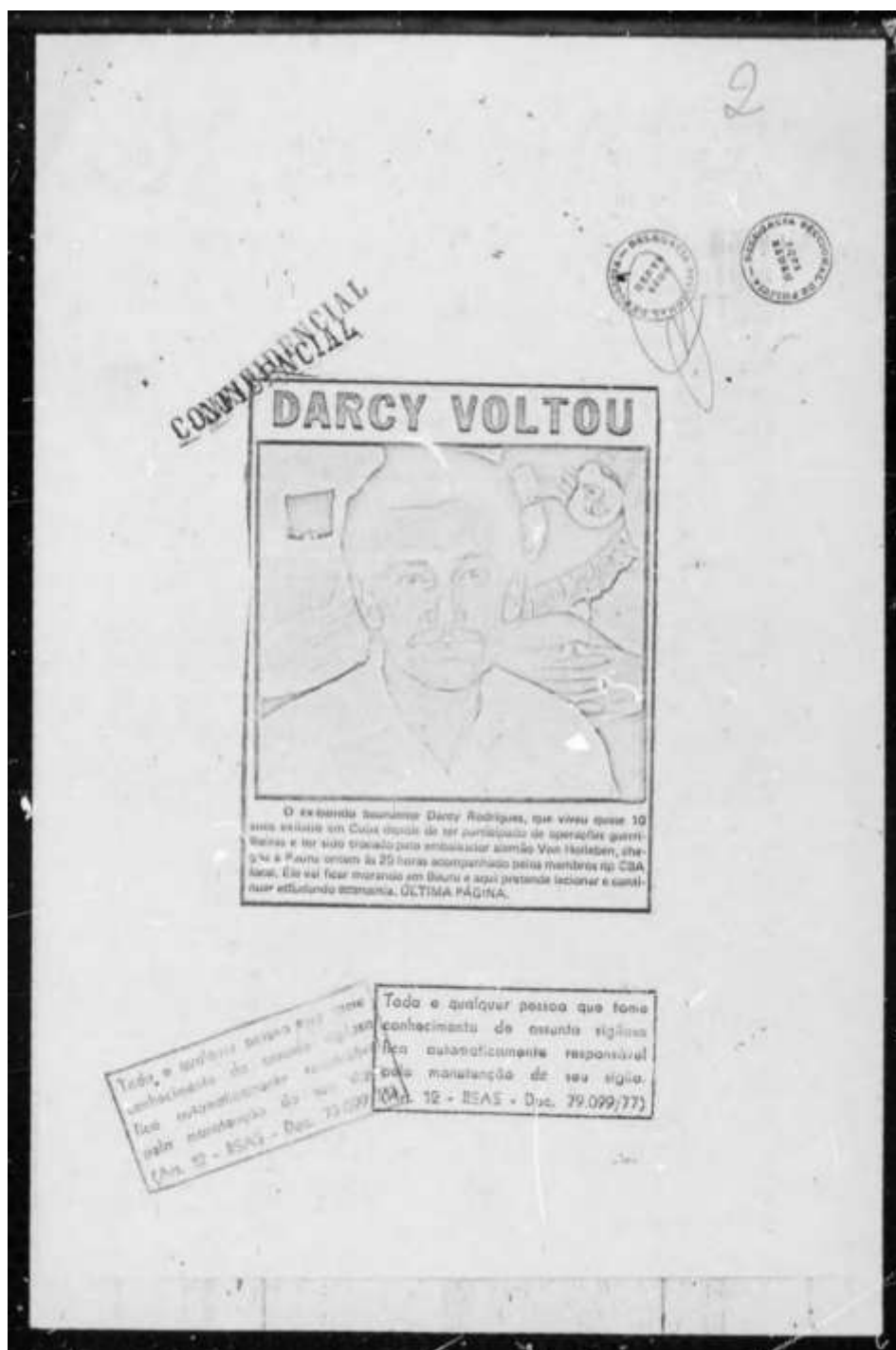
Nome: DARCY RODRIGUES — vulgo "SÍLVIO"
Profissão: ex-2.º sargento do EB
Nascido em: 19 Nov. 41
Natural de: Avai/SP

Nome: CARLOS LAMARCA — vulgo "JOÃO"
Profissão: ex-capitão do EB
Nascido em: 27 Out. 37
Natural da Guanabara
Filho de Antônio Lamarca e Gertrudes da Conceição Lamarca
ALTURA: 1,78 m
CÔR: branca

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI), SNI/1979/Arquivo Nacional.



ANEXO B - Recorte de jornal coletado pela Secretaria de Segurança Pública da cidade de Bauru em relação ao retorno de Darcy Rodrigues do exílio



Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI), SNI/1979/Arquivo Nacional.

ANEXO C - Relatório de monitoramento coletado pelo serviço nacional de informações (SNI) referente as atividades políticas do depoente Amadeu Felipe da Luz Ferreira


015971 81 1

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

INFORME Nº 019/16/AC/81



DATA : 16 JUN 1981

ASSUNTO : ATIVIDADES DE AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA

REFERÊNCIA : TELEX Nº 795/TS-235 DE 22 ABR 81

ORIGEM : ACT/SNI

AVALIAÇÃO : A-1

DIFUSÃO : CISA

1. O nominado é filho de ANTÔNIO CARLOS FERREIRA e ETELVINA M. DA LUZ FERREIRA; DLN: 16 DEZ 35 - BLUMENAU/SC; é casado; industrial (possui uma indústria de médio porte à Rua São Salvador, 445 - LONDRINA/PR - Tel 22-6300; residente à Rua Mato Grosso, 94 - Aptº 14, na mesma cidade.

2. Atividades políticas atuais, em LONDRINA:

- militante ativo do diretório do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB) e integrante da Tendência Popular do partido;
- participa do 1º Curso de Formação Política, promovido pelo Movimento Jovem, Tendência Popular e Movimento Trabalhista do PMDB;
- mantém ligações com elementos subversivos de diversas facções estudantis;
- está participando do movimento nacional de rearticulação dos sargentos da ativa e da reserva.

3. Sobre o movimento que envolve os sargentos, e a posição hierárquica de AMADEU FELIPE no mesmo, até o momento, não se obteve dados de maior profundidade. O assunto, no entanto, continua em processamento.

* * *

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

015971 81 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

| |
|-------------------|
| S. N. I. |
| AGENCIA CENTRAL |
| 007720 - 8 MAI 81 |
| PROTOCOLO |

INFORME Nº 106/81/20/DSI/MEC

DATA: 07 MAI 81
 ASSUNTO: AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA - GUERRILHA DE CAPA
 RAO - SUBVERSÃO.

REFERÊNCIA:
 ORIGEM:
 AVALIAÇÃO: B-2
 DIFUSÃO ANTERIOR:
 DIFUSÃO: AC/SNI - CIE

ANEXOS: XEROX DE RECORTE DA ENTREVISTA NO JORNAL "FALA
 PARANÁ".

01M703

1. DADOS DE QUALIFICAÇÃO:

NOME: AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA (Codinome Olinto)
 FILIAÇÃO: Antonio Carlos Ferreira e Etelvina M. da Luz Ferreira
 DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 16/12/35 - Blumenau/SC
 ESTADO CIVIL: Casado
 PROFISSÃO: Industrial
 ENDEREÇO : Rua Mato Grosso, 94 - Aptº 14 - Londrina/PR.
 TÍTULO DE ELEITOR: 82.763 - 42ª Zona - 72ª Seccção
 CONOTAÇÃO POLITICA: Esquerdista milita no PC do Brasil

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Militante ativo no Diretório do PMDB em Londrina, integrante da "Tendência Popular, mantém vinculações com o PC do Brasil" através do estudante da FUEL e integrante da Tendência Estudantil Fábio Caldas de Mesquita.
- Participou de promoção do 1º Curso de Formação Política em Londrina realizado pelo PMDB.
- Mantém ligações com subversivos do PCB, PCRR e outras entidades de esquerda, atuantes em Londrina.

Toda pessoa que tiver conhecimento de fatos, dados, documentos ou informações pela comunicação de seu sigilo.
 Art. 12 do Regulamento que dispõe sobre o Decreto n.º 75.907/77 (R. 13.535)

CONFIDENCIAL



015971 81 4
02/02

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 106/01/20/DSI/MEC


01M703

- Estão participando do movimento de rearticulação para a convenção nacional dos sargentos da ativa e da reserva.
- "Ex-comandante militar" da Guerrilha de Caparaão, em 1966, condenado a 10 anos de reclusão e mais 2 por medida de segurança, tendo cumprido parte da pena na Fortaleza de Santa Cruz/RJ, foi libertado em 1971, indo fixar-se em Londrina no mesmo ano.
- O nominado concedeu entrevista ao jornalista Marcelo Eiji Oizawa (ex-estudante da FUEL e pertencente ao Grupo Estudantil 'Poeira do Jornal FALA PARANÁ, abril 1981). Xerox anexada.
- Mantém vinculação com os subversivos que atuam na Tendência Popular e Movimento Trabalhista do PMDB em Londrina.

Toda pessoa que tiver conhecimento do conteúdo deste documento é responsável pela conservação do seu sigilo.

Art. 11 da Regulamentação emitida pelo Decreto nº 11.069/22 (D.S.A.S.)

P.O. Duarte DSI/MEC



CELESTINO KUNES DE OLIVEIRA
CHEFE DE SEÇÃO

CONFIDENCIAL

ANEXO D - Relatório do Centro de Informações da Aeronáutica, referente as atividades de Eduardo Chuahy

OK

VAREAS 75 p12


CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CISA P.OT. N. 1073 nº Seção CIA 84 Em 22 MAR 1984
 Data de Entrada 23 MAR 84

1 - ASSUNTO _____ EDUARDO CHUAHY, DEP EST PDT/RJ - ATIVIDADES
 2 - ORIGEM _____ CISA-RJ
 3 - DIFUSÃO _____ SNI/AC-CIE-CENIMAR-A2/COMAR-3-CISA/BR
 4 - DIFUSÃO ANTERIOR _____ xxx
 5 - ANEXO Cópia de discurso.

| NUMERAÇÃO | | INFORMAÇÃO Nº |
|-----------|-------|-------------------|
| M Aer | P N I | |
| | | 0211 /220/CISA-RJ |



Em anexo, cópia do discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, dia 14 MAR 84, pelo Dep Est PDT/RJ EDUARDO CHUAHY (cassado pelo AI-1, quando Cap Ex), militante do PCB a la Prestes, recordando o "Comício do ⁵ formas", dia 13 MAR 64, na Central do Brasil, que "para nós, ² uma data que guia o Partido, o PDT, na sua caminhada pelas ⁸ ruas interrompidas há vinte anos, mas que a força do povo organizada, e hoje nas ruas, na luta pelas eleições diretas, fará com que a Nação se aproprie do aparelho institucional do Estado".

: : : : :
: : : : : : : : : :

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS, (Art. 18, do Dec. n.º 70.090, de 06 Jan 77 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Digitais).

15/15-09.



CONFIDENCIAL

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI), SNI/1979/Arquivo Nacional.

ANEXO E - Discurso do então deputado, Eduardo Chuahy, em 14.03.1984, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro



ANEXO F - Relatório coletado pelo Serviço Nacional de Informações sobre as atividades de Francisco Jesus da Paz

| | |
|--|--------------------------------------|
| CONFIDENCIAL | |
|  PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA DE SÃO PAULO | |
| ASP/SNI 28 JUN 82 012095 | |
| INFORME Nº 326 / 119/ASP/82 | |
|  | |
| DATA: | 24 JUN 82 |
| ASSUNTO: | ATIVIDADES DE FRANCISCO JESUS DA PAZ |
| REFERÊNCIA: | |
| ORIGEM: | ASP/SNI |
| AVALIAÇÃO: | A.1 |
| DIFUSÃO ANTERIOR: | |
| DIFUSÃO: | SSARQ |
| ANEXOS: | |
| <p>FRANCISCO JESUS DA PAZ, filho de João Roque da Paz e Virgínia Maria de Jesus, RG 3.046.354, nascido em 06 FEV 40 em POÇO DAS TRINCHEIRAS, AL, reside na Rua Professor Marcondes Domingues, 158, Aptº nº 1, Parada Inglesa, SÃO PAULO, SP.</p> <p>É 2º Sargento da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e atual presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos da PMESP. Mantém relacionamento com o senador FRANCO MONTORO, apoiando sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo.</p> <p>Seu nome constou em uma das fichas apreendidas, pelo DOPS/SP, em 06 DEZ 69, de alunos do Curso de Química, na residência do terrorista ISHIRO NAGAMI.</p> <p>Em ABR 72, foi afastado da função de tesoureiro do Clube dos Subtenentes e Sargentos da PMESP face a sua conduta anti-estatutária.</p> <p>No dia 04 JUL 75, foi detido pelo DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES/II EXÉRCITO (DOI/II EX) sob suspeita</p> | |
| CONFIDENCIAL | |
| - segue - | |

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO _____ INFORME _____ Nº 326 / 119 /ASP/ 82 (FI.02/02)

ta de pertencer ao setor militar do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Na ocasião, declarou possuir em sua residência os livros "O CAPITAL", "PENSAMENTOS DE MAO TSE TUNG" e outros com o objetivo de conhecer profundamente as teorias marxistas. Na época, cursava o 4º ano do Curso de Economia das FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU). Acreado finalmente, com os militantes do PCB JOSIAS FRANCISCO PARAÍSO, LUIZ GONZAGA PEREIRA, JOÃO BUONOME e RENATO OLIVEIRA MOTA, ficou exposto que o epígrafado é apenas simpatizante do marxismo e fanático em leituras dessa natureza. Foi liberado em 17 MAI 75.

TOA PESSOA COM O CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (RS4S)

CONFIDENCIAL

ANEXO G - Militares no exílio e os perseguidos pela operação condor

| FORÇA | OFICIAIS | PRAÇAS | TOTAL |
|------------------|----------|----------|-------|
| Aeronáutica | 3 | 35 | 38 |
| Exército | 10 | 20 | 30 |
| Marinha | 3 | 204 | 207 |
| Forças Policiais | 1 | 2 | 3 |
| Total | | Praças | 261 |
| | | Oficiais | 17 |
| | | Total | 278 |

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI), SNI/1979/Arquivo Nacional.

ANEXO H - Ficha de cadastro do depoente Vicente Sylvestre para comissão nacional da verdade



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Vicente Sylvestre

18/03/2013 - Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | Vicente Sylvestre |
| Categoria do depoente: | Vítima militar - Coronel |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 01:37:51 |
| Ocasião: | Testemunho colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 18/03/2013 |
| Local: | São Paulo, SP |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Maria Rosa Loula e Paulo Cunha |
| NUP: | 00092.000439/2013-83 |
| Nomes citados: | |
| Locais citados: | |
| Organizações citadas: | |

ANEXO I - Ficha de cadastro do depoente Jorge Borges



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Jorge Borges

28/06/2013 - Completo

| | |
|--|--|
| DEPOENTE: | JORGE BORGES |
| Categoria do depoente: | Vítima militar |
| Tipo de arquivo: | Vídeo |
| Duração: | 01:29:07 |
| Ocasão: | Testemunho colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 28/06/2013 |
| Local: | Foz do Iguaçu, PR |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Marcelo Oliveira e Daniel Lerner |
| NUP: | 00092.001356/2013-10 |
| Nomes citados: | Carlos César Resende (capitão), Coronel Lins, Júlio Cerdá Mendes (capitão), Mário Espedito Ostrowski (Diabo loiro), Orlando (cabos), Vitalmiro, Otávio Raimolfo da Silva, Jean (sargento), Câmara, Fonte, Ofici (cabos), José Roberto Neusarl, Jefferson (coronel), Ibiapina (major), Marques Curvo (coronel), |

| | |
|------------------------------|--|
| Locais citados: | Pêrsio Ferreira, Emídio de Paula, Guedes (coronel), Velasquez (S2), Gaspar (codinome de cabo), Raposo, Oswaldo (sargento), Frias (sargento), Rocha (soldado), Aramis (tenente R2 - S2), Batista (sargento), Moura (sargento), Izabel Fávero, Jamil (tenente), Silvino Dalbor, Custódio, Silvino Dalbor, João Neusar Machado, Lúdir Coelho, Jamário Matos (Milionário) e José Alves dos Santos (José Rico), Stroessner, Castelo Branco, Alberi Vieira dos Santos, Silva (capitão), Ortega (sargento), Silvio Tavares, Aldino Arsi, Schmidt, Bernardino Jorge Velho (Bigode Branco), Assunção (sargento), Maggi (soldado), Dino Pompadreu, Areski (capitão), Aluisio (capitão), Graha (capitão), Henrique de Almeida Cardoso (coronel) |
| Organizações citadas: | 1º Batalhão de Fronteira, Companhia de Material Bélico, IBC Grupo dos Onze, grupo de Três Passos |

ANEXO J - Ficha de cadastro do depoente Darcy Rodrigues



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Darcy Rodrigues

19/03/2013 - Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | DARCY RODRIGUES |
| Categoria do depoente: | Vítima militar, capitão |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 02:28:05 |
| Ocasião: | Testemunho colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 19/03/2013 |
| Local: | São Paulo |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Maria Rosa Loula e Paulo Cunha |
| NUP: | 00092.000437/2013-94 |
| Nomes citados: | |
| Locais citados: | |
| Organizações citadas: | |

ANEXO K - Ficha de cadastro do depoente Aloísio Cerqueira de Lima



TOMADA DE DEPOIMENTO
(transcrição)

Aloísio Cerqueira Lima

6/6/2013 – Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | ALOÍSIO CERQUEIRA LIMA |
| Categoria do depoente: | Vítima militar |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 01:02:16 |
| Ocasão: | Depoimento reservado |
| Data: | 6/6/2013 |
| Local: | Brasília, DF |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Daniel Lerner |
| NUP: | 00092.002213/2013-17 |
| Nomes citados: | Dom Helder Câmara; Luiz Antônio Pereira de Araújo Pimentel; Auro Melo; José Sette Câmara Filho; Carlos Frederico Werneck de Lacerda; Honestino Guimarães; Vladimir, Arthur Aparenc; Lúcio Flávio; Ribamar Basto de Melo e Souza; GR dos Santos; Joel César Menezes; Dantas; Abenante de Melo e Souza; Sérgio Paranhos Fleury; Nilton Cruz; Emílio Garrastazu Médici; Luiz |

| | |
|------------------------------|---|
| Locais citados: | Ribeiro; Hugo Guimarães Costas; Luiz Inácio Lula da Silva; Wilson Pinheiro; Marina Silva; Chico Mendes; slom Moueir Grechi. 707, Bloco G, casa 115, HIG Sul; Elite Clube; 1º Batalhão de Infantaria do DF, na rua Fvaristo da Veiga, no Rio de Janeiro; Brasília; Universidade de Brasília (UnB); restaurante Macaravélho; Escola de Recruta de Taguatinga; Araguaina. |
| Organizações citadas: | n/c |

A

ANEXO L - Ficha de cadastro do depoente Adir Figueira e José Bezerra da Silva



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Adir Figueira e José Bezerra da Silva

16/4/2013 – Completo

| | |
|--|--|
| DEPOENTE: | ADIR FIGUEIRA |
| Categoria do depoente: | Vítima militar |
| Tipo de arquivo: | Áudio. |
| Duração: | 01:17:18 |
| Ocasião: | Testemunho colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 16/04/2013 |
| Local: | Rio de Janeiro, RJ |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Mariana Barros e Guaracy Mingardi. |
| NUP: | 00092.002084/2013-67 |
| Nomes citados: | Valéria Viana Bitencourt; Luzia da Silva Gomes; Aginaldo Bernardo dos Santos; Ernesto Geisel; João Batista Figueiredo; Jair do Amaral Vasconcelos; Joelmir Campos de Araripe Macedo; Dalton Antônio Dias Mosqueira; Castelo Branco; Almir Figueira; Zuzu Angel; Edgar Stuart Angel; Rubens Paiva; Brilhante Ustra; Fleury; Paulo Burnier; Rui Moreira Lima; Deber Fernandes Valentim |
| Locais citados: | Base Aérea do Galeão; Base de Guaratinguetá; DOI-CODI; CISA; CENIMAR; DOPS; DARJR |
| Organizações citadas: | MRS; Associação de Cabos da Aeronáutica |

ANEXO M - Ficha de cadastro do depoente José de Menezes Cabral



TOMADA DE DEPOIMENTO
(transcrição)

José de Menezes Cabral

10/12/2013 - Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | JOSÉ DE MENEZES CABRAL |
| Categoria do depoente: | Vítima militar |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 01:31:58 |
| Ocasão: | Depoimento colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 10/12/2013 |
| Local: | São Paulo |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Paulo Cunha |
| NUP: | 00092.000281/2014-22 |

ANEXO N - Ficha de cadastro dos depoentes Amadeu Felipe da Luz Ferreira e Pedro Lobo de Oliveira

COMISSÃO
NACIONAL DA
VERDADE

TOMADA DE DEPOIMENTO
(transcrição)

Amadeu Felipe da Luz Ferreira Pedro Lobo de Oliveira

19/03/2013 - Completo

| | |
|--|--|
| DEPOENTE: | AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA e PEDRO LOBO DE OLIVEIRA |
| Categoria do depoente: | Vítimas militares |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 03:22:53 |
| Ocasião: | Depoimento coletado por integrantes da CNV |
| Data: | 19/03/2013 |
| Local: | s/i |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Maria Rosa Loula e Paulo Cunha |
| NUP: | 00092.000440/2013-16 |

ANEXO O - Ficha de cadastro do depoente Kardec Lemme



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Kardec Lemme

19/06/2013 – Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | KARDEC LEMME |
| Categoria do depoente: | Vítima militar |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 02:07:47 |
| Ocasião: | Testemunho colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 19/06/2013 |
| Local: | Rio de Janeiro, RJ |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Paulo Cunha e Carolina de Campos Melo |
| NUP: | 00092.000999/2013-38 |
| Nomes citados | |
| Locais citados | |
| Organizações citadas | |

ANEXO P - Ficha de cadastro do depoente Eduardo Chuahy



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Eduardo Chuahy

17/06/2013 - Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | EDUARDO CHUAHY |
| Categoria do depoente: | Vítima militar |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 02:20:01 |
| Ocasião: | Depoimento colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 17/06/2013 |
| Local: | Rio de Janeiro |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Paulo Cunha e Carolina de Campos Melo |
| NUP: | 00092.002311/2014-35 |
| Nomes citados: | |
| Locais citados: | |
| Organizações citadas: | |

ANEXO Q - Ficha de cadastro do depoente Bolívar Marinho Soares Meirelles



TOMADA DE TESTEMUNHO
(transcrição)

Bolívar Marinho Soares de Meirelles

05/02/2014 – Completo

| | |
|--|---|
| DEPOENTE: | BOLÍVAR MARINHO SOARES DE MEIRELLES |
| Categoria do depoente: | Vítima militar, coronel |
| Tipo de arquivo: | Áudio |
| Duração: | 01:24:11 |
| Ocasão: | Testemunho colhido por integrantes da CNV |
| Data: | 05/02/2014 |
| Local: | Rio de Janeiro |
| Responsáveis pela tomada de depoimento: | Paulo Cunha |
| NUP: | 00092.000288/2014-44 |
| Nomes citados: | |
| Locais citados: | |
| Organizações citadas: | |